

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAFAEL GOMES CAVALCANTE

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO PRECARIZADO: UMA ANÁLISE DA  
REFORMA TRABALHISTA COMO LIMITE DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DA  
BURGUESIA INDUSTRIAL**

CURITIBA

2014

RAFAEL GOMES CAVALCANTE

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO PRECARIZADO: UMA ANÁLISE DA  
REFORMA TRABALHISTA COMO LIMITE DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DA  
BURGUESIA INDUSTRIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, Linha de Pesquisa Trabalho, Tecnologia e Educação, do curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Dr. Alessandro de Melo

CURITIBA  
2014

Catálogo na publicação  
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Cavalcante, Rafael Gomes

Educação para o trabalho precarizado : uma análise da reforma  
trabalhista como limite da proposta de educação da buguersia industrial /  
Rafael Gomes Cavalcante – Curitiba, 2014.  
137 f.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro de melo  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da  
Universidade Federal do Paraná.

1. Educação para o trabalho. 2. Educação profissional. 3. Confederação  
Nacional da Indústria. I. Título.

CDD 370.193



## PARECER

Defesa de Dissertação de **RAFAEL GOMES CAVALCANTE** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, DR. ALESSANDRO DE MELO, DR. PAULO DE NOBREGA e DR. DOMINGOS LEITE LIMA FILHO, arguíram, nesta data, o candidato acima citado, o qual apresentou a seguinte Dissertação: **“EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO PRECARIZADO: UMA ANÁLISE DA REFORMA TRABALHISTA COMO LIMITE DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que o candidato está apto ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR. ALESSANDRO DE MELO		APROVADO
DR. PAULO DE NOBREGA		Aprovado
DR. DOMINGOS LEITE LIMA FILHO		Aprovado.

Curitiba, 25 de março de 2014.

**Profª Drª Monica Ribeiro da Silva**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Profª. Dra. Monica Ribeiro da Silva  
Coordenadora do Programa de  
Pós-Graduação em Educação  
Matricula: 125750

*Para meu filho Emanuel, com amor...*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família.

Meu pai, por tudo que me ensinou, minha mãe pela força, amor e carinho, minhas irmãs por sempre estarem ao meu lado.

À Marília, minha esposa, pelo amor, e sobretudo, neste últimos dois anos pela paciência. Tê-la ao meu lado me inspira a vida.

Agradeço ao professor Alessandro de Melo, pela sua inestimável e segura orientação, pelo apoio sempre constante, pelo permanente apoio intelectual e pela sua amizade.

Agradeço aos meus amigos.

Sem eles o caminho até aqui teria sido ainda mais difícil.

Aos companheiros do grupo de pesquisa do GETEH e do NUPEMARX pelas orientações, conversas e contribuições.

Aos meus colegas do mestrado, amigos cujos laços quero manter para sempre.

Aos professores, funcionários e Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, pelo apoio e por tudo que aprendi em nosso convívio cotidiano.

Em especial, à professora Lígia Regina Klein, à professora Maria Auxiliadora Cavazzoti e à professora Noela Invernizzi.

Ao professor Paulo de Nobrega, pelas recomendações e críticas construtivas apresentadas durante todo o mestrado, e também pela sua amizade.

Ao professor Domingos Leite Lima Filho, pela sua enorme contribuição no Exame de Qualificação, as suas orientações foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

E a todas que direto ou indiretamente me ajudaram neste processo de desenvolvimento deste trabalho, a todos meu muito obrigado.

*“Os homens fazem sua própria história,  
mas não fazem como querem” (Karl Marx)*

## RESUMO

Neste trabalho analisa-se a proposta de reforma trabalhista e o projeto de educação básica da Confederação Nacional da Indústria (CNI) nos anos 2000. No Brasil, especialmente a partir da década de 1990, em razão das transformações econômicas, produtivas e políticas que passava o país, a CNI passou a reivindicar, entre outras reformas tais como a tributária e da previdência, uma reforma trabalhista e um projeto de educação adequado as necessidades do mercado de trabalho com o escopo de potencializar a competitividade da indústria nacional em uma economia globalizada. As reformas pontuais de desregulamentação e flexibilização da legislação trabalhista implementada na década de 1990, tais como as apresentadas pela CNI nos anos 2000, implicam em um aprofundamento do processo estrutural de precarização do trabalho. Esta pesquisa buscou questionar o projeto de educação básica da CNI a partir da análise destas reformas pontuais e da proposta de reforma trabalhista apresentada por esta entidade, tendo em vista que propõe uma educação fundamentada pelo e para o trabalho, ao mesmo tempo em que reivindicam uma reforma trabalhista que precariza este trabalho. Nesse sentido, buscou-se demonstrar a faceta ideológica da proposta de educação básica da CNI. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pautada nos pressupostos do materialismo histórico dialético, que buscou compreender os fundamentos da proposta de reforma trabalhista e educacional da CNI, no contexto de sua inserção na sociedade capitalista. A pedagogia burguesa materializada na CNI cumpre o papel de adaptação e conformação para o mercado de trabalho precarizado e, portanto, não tem a intencionalidade, como é apresentada, de reverter a situação de opressão e exploração, ao contrário, é uma pedagogia que reforça a exploração a partir do intento de formar trabalhadores mais “produtivos” ao capital; não é uma pedagogia que humaniza, mas ao afirmar a precarização das condições de trabalho faz apenas acirrar as condições de alienação dos trabalhadores; é uma pedagogia que não pode produzir seres humanos críticos, já que o seu intento é o de esvaziar a escola de conteúdos críticos, focando-se em conteúdos básicos para a leitura, escrita, matemática e lógica; e, por fim, não é uma pedagogia que explore e desenvolva todas as potencialidades, a não ser as potencialidades necessárias para que o trabalhador possa sobreviver em situações de crise estrutural, tal qual a vivemos atualmente, ou seja, a flexibilidade, a iniciativa, a criatividade, o trabalho em equipe, a comunicação entre outras, são resignificadas e sequestradas por um projeto de adaptação e, logo, de subserviência dos trabalhadores ao capital. Desta forma, concluímos que o projeto de educação básica da CNI corresponde a uma educação precária para o trabalho precarizado.

Palavras-chave: Educação para o trabalho. Educação profissional. Confederação Nacional da Indústria.



## **ABSTRACT**

This article analyzes whether the proposed labor reform and the basic education project of the National Industry Confederation (NIC) in the 2000s. In Brazil, especially from the 1990s, due to economic, productive and political passing the country, the NIC began to claim, among other reforms such as tax and social security, labor reform and proper education project the labor market needs with the aim of enhancing the competitiveness of domestic industry in a globalized economy. The specific reforms of deregulation and relaxation of labor laws implemented in the 1990s, such as those presented by the NIC in 2000s, imply a deepening of structural precarious work process. This research sought to question the basic education project of NIC from the analysis of these specific reforms and labor reform proposal presented by this entity, given that proposes an education founded by and for the work at the same time claim a labor reform that precarious this work. In this sense, sought to demonstrate the ideological facet of basic education proposal of NIC. It is a literature search, based on the assumptions of dialectical historical materialism, which sought to understand the fundamentals of the proposed labor and education reform of NIC, in the context of its inclusion in capitalist society. Bourgeois pedagogy embodied in the NIC plays the role of adaptation and conformation to the precarious labor market and therefore does not have the intention, as presented, to reverse the situation of oppression and exploitation, by contrast, is a pedagogy that reinforces the exploration from the attempt to train workers more "productive" to capital; it is not a pedagogy that humanizes, but to affirm the precarious working conditions is only intensify the conditions of transfer of workers; is a pedagogy that can't produce critical humans, since their purpose is to empty the school of critical content, focusing on basic content for reading, writing, mathematics and logic; and finally, it is not a pedagogy that explore and develop the full potential unless the necessary capabilities for the worker to survive in situations of structural crisis, like to live in today, that is, flexibility, initiative, creativity, teamwork, communication and others are re-signified and kidnapped by an adaptation project and thus the subservience of workers to capital. Thus, we conclude that the basic education project of NIC corresponds to a poor education for precarious work.

**Key words:** Education for work. Vocational education. National Confederation of Industry.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estimativa da PEA, do número de ocupados e de desempregados. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1999-2009 (em milhões de pessoas).....	46
Figura 2 – Taxas de desemprego total. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1999-2009 (em %).....	47
Figura 3 – Taxas de desemprego total, segundo nível de instrução Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1999-2009 (em %).....	48

## LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCQ's	Círculos de Controle de Qualidade
CGT	Central Geral dos trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNA	Cadastro Nacional de Advogados
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA	Estados Unidos da América
FENABAN	Federação Nacional dos Bancos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
MSI	Modelo de Substituição de Importações
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PEA	População Economicamente Ativa
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PT	Partido dos trabalhadores
SEBRAE	Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SST	Segurança e Saúde do Trabalho
TCH	Teoria do Capital Humano
UNESCO	Organização da Nações Unidas para educação, a ciência e a cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 REORGANIZAÇÃO DO CAPITAL E O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO .....</b>	<b>22</b>
1.1 O trabalho precarizado como condição ineliminável do capital.....	22
1.1.1 Precarização do trabalho no Brasil .....	23
1.2 Mudanças no mundo do trabalho na crise contemporânea .....	24
1.2.1 Reestruturação produtiva e seu impacto no mundo do trabalho.....	28
1.2.2 Reestruturação produtiva e precarização do trabalho no Brasil .....	32
1.2.3 A trajetória histórica da reestruturação produtiva nos anos 80 .....	33
1.2.4 Reestruturação produtiva nos anos 90: implementação do toyotismo no setor mais avançado da produção.....	35
1.3 NEOLIBERALISMO: ESTADO FORTE PARA OS FORTES E MISERÁVEL PARA OS MISERÁVEIS .....	39
1.3.1 Neoliberalismo no Brasil .....	41
1.3.2 Precarização do trabalho no Brasil na era neoliberal nos anos de 1990 ...	43
<b>2 REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL: DESREGULAMENTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1990 .....</b>	<b>49</b>
2.1 Impactos da reorganização econômica e produtiva nas relações de trabalho ..	50
2.2 Flexibilidade e mercado de trabalho .....	52
2.3 Desregulamentação e flexibilização do mercado e relações de trabalho nos anos 90.....	54
2.3.1. Desregulamentação e flexibilização: conceitos .....	54
2.3.2 Mudanças na legislação trabalhista .....	56
2.4 A reforma no sistema de relações de trabalho no Brasil.....	58
2.4.1 As mudanças institucionais no governo de FHC: flexibilização e desregulamentação .....	59
2.4.2 A alocação e gestão da mão-de-obra .....	61
<b>3 ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA DE REFORMA TRABALHISTA DA CNI ....</b>	<b>66</b>
3.1 Posição da CNI sobre as relações de trabalho .....	67
3.2 A posição da CUT sobre o documento 101 proposta de modernização trabalhista .....	72

3.3 Sistema trabalhista e impacto na competitividade: a concepção da CNI .....	74
<b>4 O PROJETO EDUCACIONAL DA BURGUESIA INDUSTRIAL NOS ANOS 2000: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DOCUMENTOS DA CNI.....</b>	<b>88</b>
4.1 O que a indústria “quer e sonha” para o Brasil: uma análise do Mapa Estratégico da Indústria 2007- 2015 .....	88
4.2 Educação para a nova indústria.....	100
4.3 Da precarização do trabalho à precarização da educação .....	111
4.3.1 A empregabilidade .....	113
4.3.2 O empreendedorismo .....	116
4.3 Polivalência.....	119
4.4 O Capital Humano.....	121
4.5 Educação básica e a reforma trabalhista: a articulação da CNI.....	123
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>131</b>

## INTRODUÇÃO

Desde os anos de 1990 o empresariado industrial brasileiro, representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem reivindicado várias reformas com vistas a possibilitar para a indústria e o país maior competitividade no mercado global. Uma das iniciativas pleiteadas pelos empresários, em conformidade com os governos desde os anos 90, é a reforma trabalhista, cuja relação com o projeto educativo do empresariado foi o objeto de análise desta dissertação.

A ideia que norteia este trabalho, em termos de análise conjuntural, é a de que se construiu, e ainda vem se construindo, ao longo da recente história brasileira (pelo menos desde a década de 50), um certo consenso entre as elites econômicas e o Estado brasileiro, um projeto unificado do que seria o caminho para o desenvolvimento nacional, e, com ele, o diálogo interclassista, que remeteria este projeto, que a nosso ver é particular, da classe dominante, como projeto nacional, de todos os brasileiros. É assim que será analisada a reforma trabalhista e o projeto educativo do empresariado industrial, ou seja, como reformas e projetos que, apesar de serem originados no seio da burguesia e do Estado, seu representante político, aparece e torna-se senso comum, como um projeto nacional.

A proposta de reforma trabalhista, ou de modernização da legislação trabalhista, como tem sido apresentada pela CNI, refere-se às modificações nas relações individuais do trabalho. Para os empresários, a adequação da regulação das relações de trabalho às novas transformações do processo produtivo servirá de incentivo ao investimento empresarial e à geração de empregos de boa qualidade. A educação também ocupa um lugar central nas reivindicações empresariais, como um fator determinante para a produtividade e competitividade da indústria neste cenário de transformações econômica, social e produtiva.

Segundo estes, o sistema produtivo atual, marcado pelas novas tecnologias, novos processo de gestão e produção exige uma mão-de-obra qualificada e preparada para responder aos novos desafios da produção e do mercado de trabalho. Desta forma, para a burguesia industrial a reforma trabalhista e a educação para o trabalho são requisitos indispensáveis para o desenvolvimento econômico e social do país. Por outro lado, uma análise cuidadosa desta proposta de reforma trabalhista tem apontado o seu caráter precarizante para o trabalho e suscitado, para nós, dúvidas sobre o caráter democrático e promotor de inclusão social de um projeto educacional

fundamentado neste e para este trabalho. É no âmbito desta temática que se situa esta investigação.

O meu interesse por este tema surgiu quando ainda estava me graduando no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), mais especificamente, quando comecei a participar, em 2008, do Grupo de Estudos em Trabalho, Educação e História (GETEH), vinculado ao Departamento de Pedagogia desta mesma universidade. As discussões que fazíamos sobre a educação brasileira tendo como referencial teórico o marxismo me impulsionava a questionar as proposições para educação do capital e analisar os limites destas propostas. No trabalho de conclusão do curso de graduação pesquisei a inovação tecnológica e o projeto educacional do empresariado industrial, com o objetivo de identificar os vínculos entre inovação tecnológica e formação dos trabalhadores. Nesta dissertação, persisto com o objetivo de demonstrar os limites da concepção educacional da burguesia industrial, buscando de alguma forma contribuir para a construção de uma alternativa educacional que atenda aos interesses da classe trabalhadora.

Os critérios que nos levou a escolher a CNI como interlocutora as demandas do capital para a educação foram: a) a forte influência desta entidade nas orientações política, social e econômica do país; b) o importante papel desta entidade na construção e concepção das políticas educacionais; c) a disponibilidade de acesso aos documentos oficiais que apresentam as suas posições sobre a educação; d) porque, como sugere Rodrigues (1997, p.44), esta entidade é um “[...] organismo que se constrói com o fim de corporificar uma vontade coletiva, no caso, a hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial, para, com isso, preservar e dinamizar a acumulação do capital em geral e do capital industrial, em particular”. Portanto, trata-se de uma entidade com enorme representatividade na disputa por um projeto hegemônico de sociedade.

A CNI foi fundada em 1938, e hoje se constitui como o mais importante órgão de representação da burguesia industrial brasileira. O Sistema CNI é constituído pelo Serviço Social da Indústria (SESI), fundado em 1946 e que tem suas atividades voltadas para a educação básica; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942, dedicado a capacitação e formação profissional e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) que concentra suas atividades no aperfeiçoamento da gestão e

capacitação profissional<sup>1</sup>. Além disso, possui federações filiadas em todos os estados, o que dá à CNI uma articulação nacional de grande envergadura, chegando e induzindo discussões sobre projetos econômicos, políticos e sociais em todo o país.

Conforme indica Rodrigues (1997), em sua análise sobre o pensamento pedagógico da CNI, a luta dos empresários para a adequação da educação às necessidades da indústria é uma constante em toda a história do desenvolvimento industrial do país, alterando-se somente o conteúdo dessas adequações em cada momento histórico.

Nas décadas de 1980 e 1990, segundo indica este mesmo autor, o empresariado brasileiro ingressa de maneira mais resoluta no debate educacional. Passam a levantar bandeiras tradicionalmente pertencentes à classe trabalhadora, como por exemplo, a universalização e qualidade da educação. À primeira vista, essa defesa do capital parece convergir com os interesses da classe trabalhadora. Ora, quem negaria a importância da qualidade e universalização da educação? No entanto, este mesmo período é marcado por uma ofensiva do capital à classe trabalhadora, com um ataque aos direitos trabalhista e a proteção social. Esta realidade persiste até os dias atuais, assim como o discurso de educação de qualidade para o trabalho e as reivindicações de reforma trabalhista é reafirmado em toda a década dos anos 2000, foco da investigação desta pesquisa.

Em síntese, o cenário é, no mínimo, questionador: o empresariado propõe uma educação de qualidade que atenda às novas necessidades apresentadas pelas transformações no processo produtivo – resultado da implementação de novas tecnologias, novas formas de gestão e organização do trabalho e, sobretudo, da concorrência – em um contexto de nova inserção do país no mercado globalizado, ao mesmo tempo em que propõe uma reforma trabalhista que aprofunda as já precárias condições de trabalho no Brasil, diga-se de passagem, característica histórica da formação social deste país<sup>2</sup>. Isto é, propõe uma educação de qualidade para um trabalho precário.

O processo de precarização do trabalho é entendido como um processo de supressão dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital.

---

<sup>1</sup> Dados retirados do site ([www.portaldaindustria.com.br](http://www.portaldaindustria.com.br)).

<sup>2</sup> Podemos remeter esta discussão, por exemplo, para Florestan Fernandes e a sua ideia de superexploração da força de trabalho, típica da forma de dominação burguesa no Brasil (FERNANDES, 2005).



Neste sentido, a precarização possui um sentido de perda de direitos acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. O processo de precarização do trabalho, que aparece sob o neologismo da flexibilização do trabalho, impõe-se por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, como também por meio do alto grau de extração de sobretrabalho de contingentes operários e empregados da produção social (ALVES, 2007). A proposta de reforma trabalhista apresentada pela burguesia industrial brasileira aprofunda este processo de precarização.

O objetivo desta pesquisa é questionar a proposta de educação básica da CNI apresentada no documento *Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil* (CNI, 2007), a partir da análise das propostas de reforma trabalhista apresentadas por esta entidade nos anos 2000. Desenvolvemos esta pesquisa tendo como orientação os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o processo de precarização do trabalho no Brasil no contexto do capitalismo contemporâneo.
- Analisar o processo de desregulamentação e flexibilização da legislação trabalhista e o seu impacto na precarização das relações e condições de trabalho;
- Explicitar e analisar a proposta de reforma trabalhista da CNI nos anos 2000;
- Analisar a concepção de educação básica da CNI neste contexto de precarização do trabalho.

A pergunta que pretendemos responder fica assim sintetizada: é possível uma proposta educacional fundamentada nas novas necessidades do mercado de trabalho, caracterizado pela precarização, alcançar os seus objetivos enunciados de uma educação de qualidade, democrática e promotora da inclusiva social?

Uma das alternativas usadas pelo capital para tornar o seu projeto de educação e sociedade um projeto hegemônico, convencendo a classe trabalhadora das necessidades de se promover uma reforma trabalhista e educacional é romper com a ideia de contradição de interesses entre capital e trabalho.

Segundo Galvão (2003, p.239) do modo como a reforma trabalhista era proposta por seus defensores na década de 1990 – governo, entidades patronais, e intelectuais neoliberais – construía-se a ideia de que há uma só reforma possível, um caminho inevitável para retomar o crescimento econômico; “[...] critérios políticos e

ideológicos, interesses de classe, não são sequer aventados pelos arautos do pensamento único". Na educação, segundo Rodrigues (1997) os documentos da CNI estabelecem como princípio fundamental da sua formulação pedagógica a concepção de que a contraposição entre o capital e trabalho perde o sentido na sociedade contemporânea. Assim, conforme indica Melo (2010, p.64), para os empresários, as relações entre capital e trabalho mediadas por uma nova exigência de qualificação e de mudanças gerenciais, "que "aproximam" trabalhadores e gestores, não podem ser mais entendidas como relações contraditórias, de disputa de duas classes opostas, que lutam por ideais e uma sociedade diferente". Para estes, a nova realidade do mundo do trabalho tende a aproximar capital e trabalho, já que, de um lado, os empresários passam a valorizar os trabalhadores como fatores indispensáveis para o aumento da produtividade e competitividade da indústria, e, por outro lado, porque os "[...] trabalhadores passam a ser mais especializados para o trabalho, agora de acordo com o modelo flexível, que exige destes trabalhadores conhecimentos mais densos e complexos, além de um domínio mais profundo da relação teoria e prática profissional" (Idem, p.64).

Mesmo que não seja o objetivo da dissertação auferir se houve ou não sucesso na empreitada de fazer a sociedade acreditar neste pensamento único, é plausível empiricamente a constatação de que sim, que existe na sociedade um senso comum de acordo com as pautas propostas pelo empresariado e seus aliados, ou seja, há sim disseminada a ideia de que a educação, por exemplo, é o caminho para o desenvolvimento do país (vide o esforço da Rede Globo e seu lema "Educação é tudo"), e que uma educação de qualidade forma para o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, no que se refere à reforma trabalhista, é constatável a entrega dos sindicatos ao serem persuadidos a aceitarem as propostas de reforma trabalhista, ou, como no caso que será analisado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, de inclusive propor reformas precarizantes, de acordo com o princípio de que devemos fazer de tudo para manter os empregos. Assim também é constatável, pela disseminação do empreendedorismo, a ideia de que o problema dos empregos não é do sistema, mas da falta de preparação das pessoas para serem admitidas no mercado de trabalho, ou à falta de iniciativa em abrir um negócio próprio.

Para a burguesia industrial as propostas de reforma trabalhista e educacional vão além das questões de classe, afinal elas significam o crescimento da nação, o

desenvolvimento do país, o que significa mais empregos, melhor qualidade de vida, etc.

A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ganha força as propostas de desregulamentação das relações de trabalho defendidas pelas principais entidades patronais, atribuindo à desregulamentação um papel central para a continuidade da estabilidade financeira do país, recém-saído da crise dos anos 80. As medidas como contratos flexíveis e redução dos encargos sociais seriam requisitos essenciais para diminuir o custo do trabalho, incentivar a contratação, formalizar o mercado de trabalho e combater o desemprego. Mas estas medidas não cumpriram com o anunciado, ao contrário, o que se evidenciou foi o aumento da precarização das condições e relações de trabalho (GALVÃO, 2003; KREIN, 2001; 2007; ANTUNES, 2005; ALVES, 2000; DRUCK, 2013; DRUCK; BORGES, 2002; POCHMANN, 2001; MATTOSO, 1999; entre outros).

Segundo Mattoso (1999) o desemprego e a deterioração das condições e relações de trabalho que se instaurou ao longo dos anos 90 evidenciou que as reformas implementadas pelo governo de FHC, não favoreceram a criação de novos postos de trabalho como apresentados pelas entidades patronais e por este governo como alternativas para o desemprego.

Neste período, para ficarmos com o exemplo da região metropolitana de São Paulo, o número de desempregados em 1999 alcançou a cifra recorde de 1.715.000 pessoas. Houve neste período um elevado crescimento do desemprego em todos os diferentes segmentos populacionais de todas as regiões do país. O desemprego atingiu os jovens, a parcela mais experiente (40 anos e mais) e até mesmo os trabalhadores com níveis de instrução mais elevados. Vale ressaltar que o aumento do desemprego até mesmo para os trabalhadores com maiores índices de instrução, põem em questão o argumento de que o investimento social e pessoal em educação é o principal meio de superação do desemprego (DIEESE, 2001). Na década de 2000, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2011a), há um aumento significativo de formalização do emprego, no entanto, a própria CNI (2012) reconhece não ser possível estabelecer uma relação segura entre aumento da formalização do emprego e as reformas pontuais implementadas na década anterior. Além disto, é preciso ter em mente que a formalização não significa a ausência de precarização das condições e relações do trabalho, como tentaremos demonstrar nesta dissertação.

A tendência de precarização do trabalho não é uma particularidade brasileira, esta tem sido uma característica mundial no sistema de produção capitalista contemporâneo, como indicam vários autores (HOBSBAWM, 1995; MANDEL, 1990; MÉSZÁROS, 2002; SINGER, 1998).

Outro aspecto que merece uma observação, e é somente isto que iremos fazer, é a relação simétrica que a CNI faz entre aumento de mão-de-obra qualificada e o aumento da produtividade. Isto é, a capacidade produtiva das indústrias estaria intimamente relacionada à mão-de-obra qualificada. Segundo o empresariado industrial o Brasil pode correr o risco em momentos em que supera os entraves macroeconômicos, de não dispor das capacidades humanas para alavancar o crescimento. Segundo os empresários, este fato já teria ocorrido em outros momentos, quando a economia foi acelerada e muitas industriais tiveram dificuldades de expandir suas instalações por falta de pessoal qualificado (CNI, 2005).

Reconhecemos que a indústria precisa sim de profissionais melhor treinados – estou usando esta característica porque tendo a concordar com o professor Gilberto Alves (2004; 2006), para o qual o desenvolvimento capitalista não tem exigido maior qualificação e sim especialização – mas não nos parece conveniente afirmar que falta mão-de-obra qualificada. O próprio Sistema CNI tem formado milhões de trabalhadores para o trabalho, além disto, segundo dados do Censo da Educação Superior, de 2001 a 2011 o crescimento de universidades públicas e privadas foi de 110%, isto é, todos os anos são formados milhares e milhares de trabalhadores aptos a se inserirem no mercado de trabalho.

A relação simétrica entre baixos índices de produtividade pela falta de mão-de-obra qualificada também é questionável. Se retomarmos a um capítulo recente da indústria brasileira, anos 1980 e início dos anos 1990, a racionalização da produção em busca de aumento de produtividade se deu pelo enxugamento de mão-de-obra e/ou intensificação do trabalho; nos anos 1990, particularmente, a produtividade da indústria aumenta significativamente – através da implementação sistêmica do toyotismo – e o emprego cresce na proporção inversa da produtividade. Neste período milhares de trabalhadores foram expulsos da indústria, principalmente da automobilística (ALVES, 2000).

Todo o receituário da indústria – reforma educacional; tributária; previdenciária; trabalhista etc. – têm com finalidade proporcionar maior produtividade e competitividade à indústria brasileira – e, de fato, tais reformas podem realmente

significar maior produtividade e competitividade. Mas, o que estas propostas significam para os que estão sujeitos ao seu impacto, a classe trabalhadora?

Pelo menos no que tange às reformas pontuais na legislação trabalhista – ampliação da terceirização, banco de horas, liberação do trabalho aos domingos, contrato por tempo determinado, entre outros - este receituário significou para a classe trabalhadora uma deterioração das condições e relações de trabalho (ALVES, 2000; 2007; 2009; ABRAMO, 2008; DRUCK; FRANCO, 2008; DRUCK, 2013, entre outros). Em uma análise sobre o trabalho atípico e a precariedade do trabalho pós-fordismo, VASAPOLLO (2006, p.46) ratifica que flexibilização e desregulamentação não são solução para o aumento dos índices de ocupação, pelo contrário, “[...] é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições”.

A premissa de que parte essa dissertação é que, dado o quadro de precarização do trabalho, é de se esperar que uma proposta educacional apropriada a este trabalho também seja precária. Nesse sentido, busca-se demonstrar a faceta ideológica da proposta de educação básica da CNI, tendo em vista que propõem uma educação para o trabalho ao mesmo tempo em que sugerem uma reforma trabalhista que precariza ainda mais este mesmo trabalho.

O objeto de análise deste estudo é as propostas de reforma trabalhista e o projeto educacional da CNI apresentadas nos documentos oficiais desta entidade nos anos 2000. Os documentos analisados foram: 101 propostas para modernização trabalhista (CNI, 2012); Conclusões do 3º Encontro Nacional da Indústria 2008: recomendações e propostas (CNI, 2008), Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil (CNI, 2007), Mapa estratégico da indústria: 2007-2015 (CNI, 2005).

Esta pesquisa norteia-se pelo enfoque do materialismo histórico dialético, que sistematiza os princípios que orientam a construção do conhecimento de todos os aspectos de um fenômeno, bem como da realidade, e, sobretudo, das interdependências e relações mútuas que existem entre eles (MARTINS, 2008). Para compreendermos todos os aspectos do fenômeno é necessário apreender a totalidade concreta, o que significar dizer compreende a realidade nas suas íntimas leis e revelar, sob a superfície e a casualidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias para atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade (KOSIK, 1976).

Em nossa pesquisa isso significa dizer que a análise das propostas de reforma trabalhista e educacional da CNI só podem ser compreendidas considerando-as como parte desta totalidade concreta, a sociedade capitalista, e a sociedade brasileira em particular, dado que o desenvolvimento histórico e o papel da burguesia tem aqui uma característica de superexploração da classe trabalhadora.

Nesta perspectiva, a questão crucial reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva, que é como já dissemos a sociedade burguesa (NETTO, 2009). Assim como indica Alves (2006) a compreensão do social, pelo acesso à totalidade em pensamento, é a condição para que o homem compreenda não só a si mesmo, mas todas as atividades humanas e os seus resultados, inclusive a educação. Portanto, compreender a educação, nessa perspectiva, significa antes de tudo o domínio teórico que permite apreender a totalidade em pensamento. Apreender a educação como uma questão social, como uma questão que diz respeito à sociedade.

É baseado nestas considerações apresentadas acima que buscamos analisar as propostas de reforma trabalhista e o projeto educacional da burguesia industrial entendendo que o nosso objeto só pode ser compreendido como parte constitutiva desta totalidade concreta.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que procura analisar os fundamentos da proposta de reforma trabalhista e educacional da CNI, no contexto de sua inserção na sociedade capitalista, levando-se em conta a categoria da totalidade. Levou-se em conta também o enfoque histórico, buscando analisar a evolução nas últimas décadas da precarização do trabalho no país, bem como a categoria da contradição, tendo em vista que nas propostas de reformas trabalhista e educacional está a presença da luta de classes.

Numa concepção marxista sobre a função da educação, o sistema educativo é compreendido como um instrumento de luta contra a alienação, como forma de se “[...] decifrar os enigmas do mundo do trabalho, sobretudo, o do estranhamento de um modelo produzido pelos próprios homens” (SADER, 2008 p. 17). Este trabalho justifica-se porque se insere neste campo de luta, na tentativa de demonstrar o caráter ideológico e os limites da educação sugerida pela CNI ao governo brasileiro para a classe trabalhadora.

Este trabalho buscou demonstrar que a desregulamentação e a flexibilização do mercado e das relações de trabalho têm aprofundado a precarização do trabalho e, logo, a precarização da educação.

O texto está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo iniciamos como uma análise do conceito de precarização. O objetivo é compreender como se constitui este processo de intensificação da precarização, que tem como marco histórico no século XX o processo de reorganização do capital pós-crise de 1973, analisando os aspectos mais gerais desse processo de reorganização e o impacto na economia brasileira, tentando demonstrar neste percurso a precarização como constituinte desta nova fase de acumulação capitalista.

No segundo capítulo analisamos as reformas pontuais na legislação trabalhista na década de 1990, fundamentalmente as implementadas pelo governo de FHC, apontando o impacto destas reformas no processo de precarização do trabalho.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi constituído o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), que contou com a participação das centrais sindicais, das entidades patronais e o governo na discussão sobre a modernização da legislação do trabalho no Brasil. Não avançamos neste capítulo dois até o governo Lula, porque as discussões neste fórum centralizaram-se em torno da reforma sindical, deixando de lado a reforma trabalhista. Como o nosso objetivo era estudar as reformas trabalhista, e não as reformas sindicais, privilegiamos as reformas implementadas no governo de FHC.

No terceiro capítulo, explicitamos e analisamos as proposições de modernização da legislação trabalhista apresentadas pela CNI em seus documentos oficiais, tentando verificar se tais propostas significariam realmente um avanço no processo de modernização da legislação trabalhista brasileira. Apresentamos também neste capítulo a opinião das entidades representativas da classe trabalhadora como forma de demonstração da divergência da classe trabalhadora quanto a implementação das propostas de reforma apresentadas pela burguesia industrial.

No quarto capítulo confrontamos a proposta de educação desta entidade apresentada no documento *Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil* (2007) com o cenário apresentado nos capítulos anteriores.

## **CAPÍTULO I**

### **1 REORGANIZAÇÃO DO CAPITAL E O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de precarização do trabalho a partir da crise do capital que se manifestou na crise de 1973. Iniciamos com uma análise do conceito de precarização utilizando como texto base o trabalho de Giovanni Alves (2007) – Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios para uma sociologia do trabalho.

#### **1.1 O trabalho precarizado como condição ineliminável do capital**

Segundo Alves (2007) uma das determinações estruturais do modo de produção e reprodução capitalista é a constituição sistêmica, a partir de processos de precarização do trabalho vivo, em formas históricas de precariedade social. No processo de desenvolvimento deste modo de produção o sistema do trabalho assalariado, predominante nas sociedades burguesas, constitui a principal forma histórica de precariedade social. O capitalismo contemporâneo tem ampliado esta condição de precariedade social de homens e mulheres despossuídos da propriedade dos meios de produção da vida material.

Neste sentido, a precariedade deve ser entendida como uma condição socioestrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social (ALVES, 2007), de trabalho estranhado como afirmou Marx em 1844 nos Manuscrito econômico-filosóficos (MARX, 2008).

O conceito de precarização, segundo Alves (2007), diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da precariedade. Isto é, enquanto a precariedade é uma condição (a força de trabalho como mercadoria), a precarização pode ser entendida como um processo que possui uma dimensão histórica determinada pela luta de classes e consequentemente pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho. Assim, ao enfraquecer as formas de resistência a voracidade do capital amplia-se este processo de precarização.



O processo de precarização do trabalho é assim um processo de supressão dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital. A precarização possui um sentido de perda de direitos acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. A precarização é assim, uma forma de ser sócio-histórica da condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. Enquanto existir precariedade, isto é, enquanto existir subsunção do trabalho ao capital, haverá possibilidade objetiva de precarização (Ibid.).

No capitalismo contemporâneo a precariedade e a precarização do trabalho tem ampliado de forma assustadora, em razão do enfraquecimento das instâncias defensivas do trabalho (como é o caso da crise do Estado-nação, do partido político do proletariado e dos sindicatos), que, no período da ascensão histórica do capital, colocavam barreiras à voracidade do capital (Ibid.).

O processo de precarização do trabalho, que aparece, entre outros, sob o neologismo da flexibilização do trabalho, impõe-se por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, como também por meio do alto grau de extração de sobretrabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho se explicita através do crescente contingente de trabalhadores desempregados (Ibid.).

#### 1.1.1 Precarização do trabalho no Brasil

Nos últimos trinta anos, e principalmente, na década de 1990, a precariedade estrutural de amplos contingentes da População Economicamente Ativa (PEA), que envolve trabalhadores assalariados empregados e desempregados, assumiu novos contornos, muitos deles não visíveis através das estatísticas sociais (ALVES, 2007).

As reformas neoliberais implementadas a partir do governo Collor e o cenário macroeconômico (marcado por intenso processo de reestruturação industrial, um baixo crescimento da economia e abertura comercial com a intensificação da concorrência intercapitalista), contribuíram para a constituição de um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de desemprego e deterioração dos contratos salariais em decorrência da expansão da informalização e da terceirização.

A nova precarização social do trabalho no Brasil, segundo Druck (2013) nova porque foi reconfigurada e ampliada, possui um caráter abrangente, generalizado e

central, que atinge tanto as regiões mais desenvolvidas do país quanto às regiões mais tradicionalmente marcadas pela precariedade (como o nordeste); acontece nos setores mais dinâmicos e modernos do país como também nas formas mais tradicionais de trabalho informal, e atinge tanto os trabalhadores mais qualificados quanto os menos qualificados. É uma precarização que se estabelece e se institucionaliza como um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho.

Utilizaremos de uma longa citação que faz uma síntese deste processo de precarização do trabalho no Brasil:

compreendida como um processo em que se instala econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...] O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. Essa condição se torna central e hegemônica, contrapondo-se a outras formas de trabalho e de direitos sociais duramente conquistados em nosso país, que ainda permanecem e resistem. O trabalho precário em suas diversas dimensões (nas formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, no adoecimento, nos acidentes de trabalho, na perda salarial, na fragilidade dos sindicatos) é um processo que dá unidade à classe que-vive-do-trabalho e que dá unidade também aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta. Há um fio condutor, há uma articulação e uma indissociabilidade entre: as formas precárias de trabalho e de emprego, expressas na (des)estruturação do mercado de trabalho e no papel do Estado e sua (des) proteção social, nas práticas de gestão e organização do trabalho e nos sindicatos, todos contaminados por uma altíssima vulnerabilidade social e política (DRUCK, 2011, p. 41).

É um processo de precarização que atinge os vários setores da economia e as diversas dimensões do trabalho. Uma precarização cujas formas de manifestação diferem em determinado grau e intensidade, “mas têm como unidade o sentido de ser ou estar precário numa condição não mais provisória, mas permanente” (DRUCK, 2013, p.56).

## **1.2 Mudanças no mundo do trabalho na crise contemporânea**

O período entre o pós-guerra de 1945 e o início dos anos 70 foi marcado por um notável desenvolvimento capitalista. Foram os anos de apogeu do fordismo e do keynesianismo como regime de acumulação e sistema de regulamentação político e social. Anos em que o capitalismo nos países avançados alcançou taxas estáveis de

crescimento econômico, o padrão de vida se elevou, as tendências de crise econômica foram contidas e o capitalismo se dedicou a expansão internacionalista de alcance mundial sob o domínio econômico e financeiro dos Estados Unidos<sup>3</sup> (HARVEY, 2010; HOBBSBAWM, 1995).

Este período foi considerado como a “Era de Ouro” do capitalismo. Mas, a partir do início da década de 70, como bem ressalta Hobsbawm (1995, p. 253) “[...] o dourado fulgiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise”. Explode uma crise de abrangência global cujo impacto foi o aumento da miséria mesmo nestes países ricos.

Conforme afirma Mészáros (2002) não há nada de especial em associar capital a crise. Pelo contrário, ressalta este mesmo autor, as crises são o modo *natural* de existência do capital; é a forma do capital progredir para além de suas barreiras imediatas. As crises são, portanto, como definir Netto e Braz (2011), a expressão concentrada das contradições inerentes ao modo de produção capitalista; são constitutivas do capital.

Mas, a crise que se manifestou no início dos anos 70, e que evidenciou o quadro crítico do capitalismo caracteriza-se de forma diferente das crises cíclicas, ela é conforme aponta Mészáros (2002), fundamentalmente uma crise estrutural<sup>4</sup> que afeta a *totalidade* do complexo social em todas as suas relações com suas partes constituintes. Uma crise que evidencia a incapacidade deste sistema de produção de mercadorias de realizar suas promessas civilizatórias, dentre elas a escola (ALVES, 2011). A novidade histórica desta crise se manifesta segundo Mészáros (2002) em quatro aspectos principais:

- (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo de particular produção, aplicando-se a este não àquele tipo de trabalho, com gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado);
- (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as

<sup>3</sup> Os elementos que levaram o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distinto e o seu longo período de expansão podem ser visto na parte II - “A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX” – No livro *Condição Pós-Moderna* (HARVEY, 2010).

<sup>4</sup> Para uma análise mais detalhada da crise estrutural do capital ver Mészáros (2002) especialmente os capítulos 14, 15 e 16.

convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no deslocamento mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (Ibid., p.795 e 796).

Estas são, portanto, as características da crise estrutural do capital desde a década de 70: caráter universal; global; permanente em lugar de cíclica e rastejante.

É uma crise que decorre de fatores estruturais e não somente de acontecimentos conjunturais, político ou sociais. O desmoronamento do sistema de Bretton Woods, bem como o aumento do preço do petróleo e as lutas operárias e sindicais devem ser considerados apenas como gatilho, como fato conjuntural que amplificaram o movimento em curso<sup>5</sup> (NETTO; BRAZ, 2011; MANDEL, 1990; ALVES, 1998).

Segundo Antunes (2003) os traços mais evidentes desta crise são:

1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção; [...] 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção[...]dado pela incapacidade de responder a retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava:3)hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos[...];4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do welfare state ou do “Estado de bem-estar social” e dos seus mecanismo de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre outras elementos constitutivos que exprimiam esse novo quadro crítico (Ibid., p. 29-30).

Neste contexto, nenhum dos países capitalistas centrais conseguiu manter as taxas de desenvolvimento do período anterior, especialmente do pós-45. Entre 1974 e 1975 registra-se uma *recessão generalizada* que envolve simultaneamente todas as grandes potências (NETTO; BRAZ, 2011). Está é uma das novidades *históricas* desta crise estrutural a qual se refere Mészáros (2002, p.796): “o seu alcance é verdadeiramente global”<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Foram vários os acontecimentos conjunturais, políticos e sociais que marcaram este período. Harvey (2010) indica de forma geral vários deles. Ver também Hobsbawm (1995) e Mészáros (2002). O entendimento dos elementos constitutivos essenciais desta crise em sua totalidade é demasiadamente complexo e impossível de ser tratados neste trabalho, além de escapar ao objetivo desta dissertação.

<sup>6</sup> Para Hobsbawm (1995) a melhor maneira de ilustrar as consequências desta crise e de todas estas transformações econômicas que resultou em um novo processo de acumulação capitalista é através

Em resposta a esta crise, inicia-se um processo de reorganização do capital e do seu sistema político e ideológico de dominação, cujos traços mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos trabalhista, um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, e uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora organizada-sindicatos (ANTUNES, 2003). Vale ressaltar, conforme apontam Netto e Braz (2011) que o ataque ao movimento sindical, um dos suportes do sistema de regulação social encarnados nos vários tipos de *Welfare State*, foi o primeiro passo desta estratégia política global para reverter a conjuntura política e econômica que era francamente negativa ao capital neste período. “O capital atribuía às conquistas do movimento sindical a responsabilidade pelos gastos públicos com as garantias sociais e a queda das taxas de lucro às suas demandas salariais” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 225). Esta atribuição é ainda hoje o fundamento para as reivindicações empresarias. Em vários documentos da CNI, os direitos do trabalho, vale dizer, conquistado com duríssimas luta pelos trabalhadores através dos movimentos sindicais e de representação política, aparecem como entraves à competitividade da indústria brasileira e, não só, mas também como responsável pela a não geração de mais empregos formais, como claramente disposto no documento “101 Proposta para Modernização Trabalhista” (CNI, 2012). Em síntese, e, a grosso modo, para estes, a rigidez das leis trabalhista é uma das principais causa do desemprego. Na contramão desta argumentação, Vasapollo (2006, p.46) em sua análise sobre o trabalho atípico e a precariedade do trabalho pós-fordismo, ratifica que flexibilização e desregulamentação, não são solução para o aumento dos índices de ocupação, pelo contrário, “é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições”.

---

das observações do trabalho e desemprego. A tendência geral de industrialização foi substituindo a capacidade humana pela capacidade das máquinas, o que significou conseqüentemente a diminuição de inúmeros postos de trabalhos. Ratifica o autor, “o crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural (p. 403)”. E sob estas condições as pessoas não tinham, nem mesmo se quisessem, como vender a sua força de trabalho. Vemos assim o cenário tantas vezes denunciado do espetáculo do lucro em detrimento da vida. Sintetiza Hobsbawm (1995) “a tragédia histórica das Décadas de Crise foi a que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos” (p.404). Segundo Pochmann (2001) desde a década de 70 houve evolução do desemprego em quase todo o mundo. Em 1999 dos 3 bilhões de pessoas da PEA, havia cerca de 1 bilhão de trabalhadores vivendo com a sua capacidade de trabalho subutilizada, isto é, 1 a cada 3 trabalhadores encontrava-se em situação de desemprego ou exercendo atividades de subemprego.

Todas as ações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho e no final garantir sua reprodução ampliada. Para Netto e Braz (2011, p.224) “é possível, sintetizar essas repostas como uma estratégia articulada sobre um tripé: *a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal*”.

### 1.2.1 Reestruturação produtiva e seu impacto no mundo do trabalho

As transformações nas condições técnicas e sociais no processo de trabalho, nos métodos de produção e, conseqüentemente do próprio processo de trabalho fazem parte da história do desenvolvimento do modo de produção capitalista e têm como fim aumentar a força produtiva do trabalho e, por conseguinte, extrair mais mais-valia relativa. Na parte IV de *O capital*, intitulada “A produção de mais-valia relativa” Marx analisa estas transformações nos métodos de produção de mais valia relativa e as caracteriza em três fases: a cooperação, a manufatura e a grande indústria, analisado nos capítulos XI, XII e XIII de O Capital (MARX, 2012).

Segundo Alves (2011) é a este movimento de transformações, ou nas palavras de Marx, de revolução dos métodos de produção de mais valia relativa que denomina-se de reestruturação produtiva. Não se trata de uma substituição de uma forma organizada de produção capitalista por outras formas mais avançadas, e sim de formas históricas de organização que se repõe em cada fase de desenvolvimento do capitalismo. É sobre esta perspectiva que analisaremos o processo de reestruturação produtiva a seguir.

Conforme indicamos no tópico anterior uma das respostas do capital a sua crise foi um amplo processo de reestruturação produtiva da produção. Embora a crise estrutural do capital tivesse determinações mais profundas, a resposta capitalista circunscreveu somente na sua superfície, isto é, sem alterar a sua estrutura a lógica da acumulação do capital. Tratava-se então de reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio taylorismo e fordismo, visando alternativas que dessem maior dinamismo ao processo produtivo. É neste contexto que se inicia a transição do padrão taylorista fordista para as novas formas de acumulação flexibilizada, em que o modelo de produção toyotista se mostrou mais adequado (ANTUNES, 2003).

A análise desta transição não é fortuita, mas central para a compreensão das transformações recentes no mundo do trabalho. A reforma trabalhista, objeto de nossa

pesquisa é uma dimensão destas transformações, e conforme ressalta Druck (1999), estas transformações só podem ser explicadas à luz de uma reconstituição histórica dos padrões que entraram em crise: o taylorismo e o fordismo.

Conforme indica Harvey (2010), a crise que se manifestou em 1973 deixava clara a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Segundo ele, as dificuldades deste modelo econômico tinham suas raízes na “[...] rigidez dos investimentos de capital fixo, [...] rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho, [...] [além da] rigidez dos compromissos do Estado” (HARVEY, 2010, p. 135). É por esta razão que inicia-se o receituário da flexibilização como sendo uma condição para superação da crise.

No que diz respeito ao processo produção, foco da nossa análise neste item, o modelo taylorista/fordista que se consolidou como a forma mais racionalizada de produção em quase todo o século XX já não respondia mais a essa nova realidade de flexibilização. Este sistema de produção tinha como base a produção em massa que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e verticalizada. Neste sistema as indústrias centralizavam na sua sede a maior parte da produção necessária para a fabricação da mercadoria, recorrendo apenas secundariamente ao fornecimento externo (no toyotismo há descentralização da produção e uma produção determinada pela demanda). A racionalização das operações realizadas pelos trabalhadores (característica taylorista do processo) objetivava evitar ao máximo o desperdício na produção, reduzindo o tempo de produção e aumentando o ritmo de trabalho (ANTUNES, 2003, p. 36).

Indicaremos de maneira mais geral as bases estruturais desse padrão produtivo.

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduz a ação resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor do operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À *mais valia* extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevalecente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da *mais valia* (Idem, 1999, p.37).

Outro aspecto deste processo era que possuía uma linha rígida de produção, que articulava os diferentes trabalhos individuais interligadas através da *esteira* que determinava o ritmo e o tempo de produção. Sendo estes, entre outros fatores, que

caracterizou este binômio taylorismo/fordismo, ou seja, a *produção em série fordista* e o *cronometro taylorista*; além da separação entre a elaboração e a execução<sup>7</sup> (Ibid.).

As inovações fordista-taylorista modificaram a forma de produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços até o início dos anos de 1970. No campo organizacional da grande indústria, fordismo e taylorismo tornaram-se “mitos mobilizadores” do processo de racionalização do trabalho capitalista (ALVES, 2011).

Mas, a partir de 1973 esse modelo de produção teve sua estrutura comprometida, e o modelo de produção toyotista passa a ser identificado como forma de produção mais adequada a esta nova fase de acumulação capitalista, denominada de *acumulação flexível*, que segundo Harvey (2010, p.40), trata-se de uma forma de acumulação apoiada na “flexibilidade dos processos, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”.

A vulnerabilidade do padrão de acumulação taylorista/fordista fez com que o capital implementasse um vasto processo de reestruturação produtiva, por meio da constituição das formas de *acumulação flexível*. Estas implementações resultaram em várias transformações no processo de trabalho, mediados pelo aumento de inovação tecnológica, comercial, e de gestão organizacional (ANTUNES, 2003).

O padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos que apresentam características relativamente distintas do padrão taylorista/fordista<sup>8</sup> de acumulação.

Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, [opondo-se ao processo de homogeneização característico do processo produtivo taylorista/fordista] às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção” dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autônomos”, **além de requerer, ao menos no plano discursivo o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado.** O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, **tem como finalidade a redução do tempo de trabalho [mais valia relativa]** (ANTUNES, 2003, p. 52, grifo meu).

<sup>7</sup> Para uma análise mais detalhada deste processo ver Braverman (1987).

<sup>8</sup> Harvey (2010, p.167-169) apresenta uma tabela elaborada por Swyngedouw que identifica os contrastes no – processo de produção – trabalho – espaço – Estado e ideologia entre o fordismo e a acumulação flexível.



Toda essa transformação no processo de reorganização do capital, e do processo de reestruturação do trabalho, que caracteriza a forma de acumulação flexível, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho necessário, isto é, tem a “[...] finalidade essencial, real, [...] a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor” (Ibid., p. 53). A redução do tempo de trabalho necessário implica propicia, como demonstrou Marx (2011) a exploração da *mais valia relativa*. Podemos concluir, portanto que todo este processo de reestruturação consiste fundamentalmente na exploração cada vez mais *geométrica* da *mais valia absoluta e relativa*, que é central no capitalismo.

No processo de produção industrial toyotista intensifica-se as formas de exploração do trabalho tanto pelo fato dos trabalhadores operarem simultaneamente várias máquinas, como pelo ritmo e velocidade da cadeia produtiva; o que caracteriza a exploração da *mais valia* por meio da *mais valia relativa*; e não só a *mais valia relativa*, mas também, a exploração da *mais valia absoluta*, isto é, pelo aumento da jornada de trabalho, o toyotismo “[...] reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas de *mais valia absoluta e relativa*” (ANTUNES, 2003, p. 56).

Os traços mais gerais deste modelo podem ser assim apresentados:

- 1) é uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências *mais individualizadas* do mercado(...); 2) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariada de funções(...); 3) a produção se estrutura em processo de produtivo flexível, que possibilita ao operário operar *simultaneamente* várias máquinas(...); 4) tem como princípio o Just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção(...); 5) No toyotismo os estoques são mínimos comparados com o fordismo(...); 6) as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25%(...); 7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (...); 8) o toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (Ibid., p. 54-55).

Este novo modelo de produção ira impactou o mercado e as relações de trabalho. Como exemplo, uma produção vinculada a demandar, exige a flexibilização na contratação e demissão, isto é, exige a facilidade institucional para utilização da força de trabalho de acordo as oscilações da produção. Para o trabalhador, uma condição de insegurança, e porque não dizer desespero, numa sociedade em que a

possibilidade de existência esta mediada pelo dinheiro, manter-se empregado é condição de sobrevivência.

### 1.2.2 Reestruturação produtiva e precarização do trabalho no Brasil

O item a seguir tem como principal fonte textual o livro – O novo e precário mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo – de Giovanni Alves. São muitos os estudos sobre reestruturação produtiva no Brasil, optamos por este texto por acentuar a característica que queremos demonstrar nesta dissertação, a precarização do trabalho como limite real da proposta de educação para o trabalho.

O processo de reestruturação produtiva pelo qual passa o Brasil nos dias atuais irrompe de maneira mais efetiva a partir do começo dos anos 90. São vários os estudos sobre este processo, dentre os quais, podemos indicar Alves (2000; 2007), Leite (1999; 2005), Druck (1999), Antunes (2000), Oliveira (2004), entre outros. No entanto, a análise e compreensão deste processo exige, como sugere este autores, que se leve em conta um conjunto de mudanças nas empresas que se inicia desde o final dos anos 70, quando entra em crise o Modelo de Substituição de Importações (MSI) sob o qual se estruturara a fase anterior de desenvolvimento econômico do país.

#### Breve histórico

Segundo Alves (2000) é a partir da crise da dívida externa, em 1981, que se constituíram os primeiros impulsos do novo surto de reestruturação produtiva no Brasil. Esta crise obrigou o Brasil a adotar, sob pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI), uma política recessiva, voltada, principalmente, para a busca de superávits comerciais, capazes de garantir o pagamento dos encargos da dívida externa. A recessão que se deu entre os anos de 1981 e 1983 causou uma abrupta retração do mercado interno e a queda da produção industrial no país, levando algumas empresas a orientarem suas vendas para o mercado mundial. Ocorre então neste período o “ajuste exportador”. É neste, contexto, segundo o autor, surge o primeiro “choque de competitividade”, que obrigou as grandes empresas, em especial

a indústria automobilística, a adotarem ainda de forma restrita e incipiente, novos padrões organizacionais<sup>9</sup>.

A retração do mercado interno, e a política de incentivo às exportações obrigaram as indústrias de ponta a adotarem novos padrões organizacionais de caráter toyotista e novas tecnologias microeletrônica na produção, com o objetivo de garantir maior competitividade dos seus produtos no mercado mundial e nacional (Ibid.).

### 1.2.3 A trajetória histórica da reestruturação produtiva nos anos 80

Entre 1981 e 1983, período de recessão na economia brasileira, o processo de reestruturação caracteriza-se pela utilização, por parte das empresas, de uma racionalização defensiva. A redução de custo ocorre, principalmente pelas demissões em massa de operários, em particular no setor da indústria automobilística. A queda dos investimentos retardou a introdução de novas tecnologias microeletrônica, que se daria, com mais vigor a partir de 1984. O aumento de produtividade ocorre assim por meio da reorganização da produção, da intensificação do trabalho e/ou da flexibilização do uso da força de trabalho nas empresas, com uma relativa proliferação das formas organizacionais do toyotismo como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's) e o sistema de produção *just-in-time/kanban* (ALVES, 2000).

Os CCQ's eram compostos por pequenos grupos de operários "voluntários", que se reunia para analisar e propor ideias para a melhoria do processo de trabalho. Procurava-se constituir no plano discursivo, um operário comprometido com os objetivos do capital, por meio dos modelos "participativos" de gestão da produção. Além do CCQ's surge nos primeiros anos desta década o sistema de produção *just-in-time/kanban*. A lógica deste sistema era a racionalização da produção com alta redução de custos, o que era proporcionada pela redução de estoque (produção

---

<sup>9</sup> As principais determinações do processo de reestruturação produtiva no Brasil nos anos 80 foram: "1) a crise do capitalismo industrial, cuja maior expressão é a crise da dívida externa. A recessão e seu "ajuste exportados" conduziram a um verdadeiro "choque de competitividade" nas principais indústria do país.2) O processo de luta de classe no país, caracterizado pela ascensão do "novo sindicalismo", voltado para maior intervenção nos locais de trabalho, pondo, portanto, em questão, o controle do trabalho.3) As novas estratégias das corporações nacionais nos anos 80, que implicaram a adoção – ainda que em caráter restritivo (e seletivo) – por parte de suas subsidiárias no Brasil (no caso da indústria automobilística), de novos padrões organizacionais-tecnológico, inspirados no toyotismo, o "momento predominante do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital" (ALVES, 2000, p.121).

conforme a demanda) e economia de espaço, além da simplificação dos fluxos de informações e da flexibilidade da produção – até do trabalho (Ibid.).

De 1984 a 1986, anos de recuperação da economia brasileira, a reestruturação produtiva caracteriza-se pelo incremento das inovações tecnológicas, com a introdução de automação industrial de base microeletrônica. São exemplos destas inovações as máquinas-ferramentas de comando numérico, os sistemas de CAD/CAM (*“computer aided design/computer aided manufacturing”*), robôs, flexibilização das linhas de montagens, etc.

A incorporação das novas tecnologias microeletrônicas na produção das indústrias brasileiras, no período de 1984 -1987, foi impulsionado pelas novas perspectivas de recuperação da economia brasileira no pós-1984 e principalmente pelo Plano Cruzado de 1986, além do cenário internacional favorável as exportações brasileiras (ALVES, 2000).

Alguns aspectos da introdução das novas tecnologias microeletrônica na produção no Brasil no período de 1984 a 1986, que são fundamentais para a compreensão deste processo de forma mais geral são assim descritos:

- 1) Sua incorporação é parcial e seletiva, concentrando-se nas grandes empresas do setor metal-mecânico, automobilístico, petroquímico e siderúrgico; a incorporação ocorre em pontos estratégicos da produção, do ponto de vista da qualidade ou do controle do processo produtivo. 2) A heterogeneidade tecnológica se mantém e reproduz, o que implica dizer que as novas tecnologias convivem com o trabalho manual e as máquinas eletromecânicas. [...] 3) as novas tecnologias microeletrônicas na produção predominavam na grande empresa vinculada à exportação, muitas vezes na corporação transnacional (que dirige ao mercado externo parte significativa de sua produção), e nas empresas que produziam maquinarias, insumos ou componentes para as indústrias importadoras. (Ibid., p. 137)

Como indicado acima este processo limitou-se neste período a alguns setores da produção, fundamentalmente àqueles ligados a produção para o mercado externo. Outro aspecto importante apontado pelo autor é a heterogeneidade tecnológica. É somente a partir dos anos 90 que se tem no Brasil um significativo aumento da automação microeletrônica.

O terceiro período, de 1987 a 1989 em diante, é marcado por uma crescente instabilidade inflacionária, com flutuações na produção e no emprego que se manifestavam claramente uma tendência recessiva. Neste período prosseguem, com menos impulso, as inovações tecnológicas e retomam as inovações organizacionais (Ibid.).

Essa tendência recessiva que se prolongaria até o início dos 90, prejudicava a aplicação em investimentos na produção, impedido que o novo complexo de reestruturação produtiva aumentasse sua intensidade e amplitude. É a partir dos anos 90, sob a era neoliberal, que se instaura, um novo modo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, vinculado à mundialização do capital, que permitirá um novo salto do processo de reestruturação produtiva. O novo complexo de reestruturação produtiva procura instaurar uma “acumulação flexível” no Brasil (Ibid.).

Surge, a partir década de 1990, não apenas um impulso à descentralização produtiva, e a instauração de novos nexos organizacionais inspirados no toyotismo sistêmico, mas também o desenvolvimento de uma nova base técnica da produção de mercadorias, com a generalização da automação microeletrônica na produção.

Conforme afirma Gounet (1999) este novo sistema de produção exige ainda mais do trabalho operário. A intensificação do trabalho atinge, neste novo sistema o seu auge. A polivalência significa neste processo a capacidade do trabalhador de trabalhar com mais de uma máquina. Além disto, com a flexibilidade da produção exige-se também a flexibilidade do trabalhador, o que implica no aumento de horas extras e em contratos de trabalho temporário, entre outras formas de flexibilização do trabalho. Para este autor, este sistema tem incrementado um novo patamar de exploração da força de trabalho, com uma intensificação do trabalho jamais vista na história. Em síntese novo sistema:

Permite maior exploração dos trabalhadores [porque] [...] intensifica o trabalho, sobrecarregando ao máximo cada operário. [que] [...] deve ser mais rápido, deve reduzir todos os “tempos mortos”, [...] deve cumprir novas tarefas, como controle de qualidade ou a manutenção corrente das máquinas. [...] **reduz os salários e degrada a proteção social nas fábricas, apoiando-se na terceirização** (Ibid., p. 8, grifo meu).

Assim, este novo processo de reestruturação produtiva resultado da reorganização do capital nesta nova fase de acumulação capitalista tem se constituído para a classe trabalhadora um processo de degradação, de intensificação do trabalho.

#### 1.2.4 Reestruturação produtiva nos anos 90: implementação do toyotismo no setor mais avançado da produção.

A partir do governo de Fernando Collor de Mello em 1990, com a nova inserção do capitalismo brasileiro na mundialização do capital, propiciada pela

abertura comercial na economia, a produção capitalista do país sofreu significativas alterações, que impactaram fortemente o mundo do trabalho.

As principais determinações sócio-históricas do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil nos anos 90, que instauraram uma crise no mundo do trabalho no país, é:

1) decorrente, em primeiro lugar, da nova etapa do capitalismo mundial, caracterizada pela mundialização do capital, que tende a projetar nas subsidiárias das corporações transnacionais, desde os anos 80, novas estratégias de produção, exigências do novo tipo de “acumulação flexível”. Essa determinação atinge o mundo da produção do capital monopolista em cada país capitalista, em maior ou menor proporção, dependendo do seu nível de integração à mundialização do capital. 2) A seguir, as políticas neoliberais tenderam a impulsionar, a partir dos anos 90, a denominada modernização industrial no Brasil. Por um lado, adotou-se uma liberalização comercial abrupta e desregulada, e constitui-se uma nova ideia de política industrial, em que não se protege a indústria nacional: mas procura-se dar condições para que a indústria localizada no país, nacional ou não, possa concorrer no mercado mundial, com o apoio de programas institucionais tais como o PCTI, PBQP e PCI ou os canais de crédito obtidos no BNDES. 3) Finalmente, a crise de estratégias políticas (e sindicais) de cariz socialista no Brasil, decorrente, por um lado, da derrota política do PT (e da CUT) nas eleições de 1989 e, depois, em 1994, e, por outro lado, do desmoronamento do “socialismo real” (ALVES, 2000, p. 183-184).

São essas as determinações estruturais do novo complexo de reestruturação produtiva, com a integração do país à mundialização do capital pela abertura da economia, que atinge significativamente o mundo do trabalho. Com o novo choque de competitividade imposto por estas transformações, o novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil adquiriu um novo impulso.

Neste novo cenário de competitividade internacional é que as corporações transnacionais no Brasil são obrigadas a impulsionar um novo complexo de reestruturação produtiva, que pudesse prepará-las para a concorrência nos mercados internacionais, e para a concorrência no mercado local e regional<sup>10</sup> (Ibid.).

---

<sup>10</sup> A liberalização econômica é um dos principais aspectos da política neoliberal no Brasil. Ela surge como um imperativo do capital mundial, que utiliza as agências multilaterais como FMI, Banco Mundial e OMC, para pressionar as economias nacionais a facilitarem os fluxos de capitais. Desde o governo Sarney, em 1987, logo após o Plano Cruzado, já era possível perceber a pressão do capitalismo financeiro internacional para que o Brasil passasse a adotar uma política de liberalização comercial. Mas é apenas no governo Collor que a liberalização comercial surge como um dos principais eixos de política neoliberal voltada para a inserção na mundialização do capital. Esta liberalização comercial prossegue sob o governo de Itamar Franco e o de FHC, tornando-se a pedra fundamental da era neoliberal (ALVES, 2000). “A política de liberalização comercial é uma tendência universal do capitalismo mundial, cujo ápice ocorreu com a constituição da OMC, em 1994, uma instituição destinada a extirpar as barreiras à livre circulação do capital planetário, além de ser incentivada pelo Banco Mundial e FMI (PUIG, 1995 *apud* ALVES, 2000).

Segundo Alves (2000) é na indústria automotiva que o novo complexo de reestruturação produtiva deixa-se perceber com mais clareza. É evidente, como ressalta este mesmo autor, e outros como (GOUNET, 1999; DRUCK, 1999) que este processo depois vai se generalizando e várias empresas na cadeia produtiva de produção começam a incorporar as novas tecnologias microeletrônicas e as novas formas de gestão e organização do trabalho.

O novo complexo de reestruturação produtiva significa não apenas a aceleração da adoção da automação microeletrônica na produção, mas a utilização de novas estratégias organizacionais. Elas articulam uma nova flexibilidade da produção, tanto no espaço de trabalho intra-empresa, como na relação entre empresas, na qual se desenvolvem novas estratégias de subcontratação (ou descentralização produtiva). Surge neste âmbito algo que é fundamental nesta nova etapa da produção capitalista: uma nova logística da cadeia produtiva, da qual o principal exemplo é a “terceirização”, que permitirá às corporações transnacionais, desenvolver novos laços de subcontratação, capazes de proporcionar um novo patamar de valorização do capital (ALVES, 2000).

A terceirização deixa de ser restrita, e passa a ser um procedimento estratégico das corporações transnacionais que procuram recompor os circuitos de valorização, desenvolvendo novas redes de subcontratação (Ibid.). A terceirização é um dos principais tipos de descentralização que ocorre no Brasil, e conforme indica Druck (2013) passa a constitui-se como uma das principais formas de precarização do trabalho.

O objetivo do novo complexo de reestruturação produtiva é instaurar, de modo sistêmico, a acumulação flexível no Brasil. Um dos principais aspectos como indicamos acima, é a descentralização produtiva, caracterizada pelo processo de terceirização e pela deslocalização industrial buscando regiões de frágil movimento sindical e incipiente leis trabalhista, como são exemplos a Toyota em Indaiatuba São Paulo e a Ford em Camaçari na Bahia.

Ao “desintegrar” o campo de produção de mercadorias, o capital opera uma nova integração e centralização da produção capitalista. Na medida em que constitui, mundialmente, uma rede complexa de produção, as corporações transnacionais tende a impulsionar, com maior intensidade a racionalização da produção capitalista na cadeia produtiva. As novas técnicas de gestão e organização crescem e se propagam pelas empresas fornecedoras, subcontratadas pelas montadoras (ALVES, 2000).

A partir dos anos 90, sob a política neoliberal do governo Collor, com a abertura comercial e a desregulamentação do comércio exterior, surgiu uma verdadeira “epidemia da competitividade”, com várias indústrias passando a introduzir, de forma mais sistêmica o modelo toyotista (Ibid.).

A busca de um toyotismo sistêmico, isto é, da implementação de todas as características deste modelo de produção, sob o governo Collor, ocorre diante de um cenário recessivo, provocado pelo Plano Collor II, em que as empresas brasileiras buscavam racionalizar os custos de produção, por meio de intenso processo de “enxugamento” de pessoal. Este processo de racionalização provocou o crescimento do desemprego industrial (Ibid.). Nos governos seguintes, especialmente no primeiro governo de FHC, acentua-se o problema do desemprego alcançando índice jamais visto na história do país (MATTOSO, 1999).

Após 1994, com o Plano Real, sob o governo de Cardoso, os nexos organizacionais do toyotismo, e especialmente, os bônus de salários vinculados à lucratividade e a obtenção de metas de qualidade e produtividade, teriam um cenário macroeconômico propício para a sua adoção no cenário industrial do país, o que se deve entre outros fatores ao significativo impacto do regime de controle inflacionário. O período recessivo dá lugar a uma lenta recuperação da economia (ALVES, 2000).

No que tange a investimento em novas tecnologias microeletrônicas na produção, o novo salto do capital só tende a ocorrer quando surgem novos horizontes de valorização. É o que ocorre a partir de 1994, com as plantas industriais das corporações transnacionais sediadas no país, especialmente as automobilísticas que se preparam para o novo cenário de concorrência capitalista.

Desenvolveu-se como ressalta Alves (2000) uma nova cisão no polo “moderno” do mercado de trabalho: por um lado, os operários “sobreviventes” da nova ordem do capital, os mais qualificados (e os mais organizados), por outro, os demais – a massa de operários menos qualificados, instáveis, temporários e subcontratados na borda da cadeia produtiva – são excluídos da produção enxuta e compõem uma nova exclusão social no Brasil.

Cabe ressaltar, conforme indica Mészáros (2002) que o padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual. Como resultado dessa tendência, o desemprego não mais se restringe aos trabalhadores não-qualificados, mas também a um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora



disputam, com os anteriormente desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis<sup>11</sup>.

No Brasil, como veremos no capítulo II, umas das justificativas de flexibilização do mercado e das relações de trabalho era o combate ao desemprego. Mas o resultado da implementação dessa medidas não gerou o anunciado pelos seus defensores.

A intensificação do processo de reestruturação produtiva no Brasil acontece no período de constituição de hegemonias das políticas neoliberais. É o que veremos a seguir.

### **1.3 NEOLIBERALISMO: ESTADO FORTE PARA OS FORTES E MISERÁVEL PARA OS MISERÁVEIS**

Segundo Anderson (2003) o neoliberalismo nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é o Caminho da Servidão, e Friedrich Hayek, escrito em 1944. Trata-se de um ataque a limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, que eram denunciados como ameaça letal a liberdade, não somente econômica, mas também política. O objetivo era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livres de regra para o futuro. As condições para a implementação

---

<sup>11</sup> Segundo Mészáros (2002) “o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual. Como resultado dessa tendência, o problema não mais se restringe a difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação “racionalização” não está mais limitada aos “ramos periféricos de uma indústria obsoleta”, mas abarca alguns dos mais desenvolvidos e modernizadores setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial. Portanto, não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo às últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente a *totalidade da força de trabalho* da sociedade (Mészáros, 2002, p.1005).

deste trabalho não era favoráveis uma vez que o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de expansão denominada de “idade do ouro”.

A crise estrutural do capital que se manifestou em 1973 e que expôs os limites do modelo econômico do pós-guerra trazem de volta para o cenário político econômico as ideias neoliberais. Como indica Anderson (2003) as raízes da crise, afirmava Hayek e seus companheiros, estavam localizados no poder excessivo dos sindicatos e, do movimento operário em geral, que havia corroído as bases de acumulação capitalistas através de reivindicações sobre os salários e a pressão para que o Estado aumentasse os gastos sociais. Assim o que deveria ser feito era: manter um Estado forte e com o controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta de qualquer governo, “para isso seria necessário uma disciplina orçamentária, com contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos” (Ibid., p. 11). O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos.

Desde os anos de 1980, o termo neoliberalismo vem sendo utilizado para se referir a um novo tipo de ação estatal, a uma nova configuração da economia, a um novo tipo de pensamento político e econômico, que guarda algumas relações com o liberalismo clássico, ao mesmo tempo em que apresenta um certo número de inovações. Suas principais características são bem conhecidas. Dentre elas, destacam-se a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados (de trabalho e financeiro), e a transferência de parcelas crescentes da prestação de serviços sociais – tais como saúde, educação e previdência social – para o setor privado. Essas medidas concretas contribuíram para difundir a tese do Estado mínimo e “enxuto”, que teria entre suas metas uma política de “austeridade fiscal” (GALVÃO, 2003).

O neoliberalismo combate em nome de um Estado mínimo e enxuto o Estado de bem estar social e de seus congêneres (como o Estado desenvolvimentista brasileiro). Os direitos sociais universais são substituído por políticas compensatórias e focalizadas, que dão ao “cidadão” a “liberdade” de adquirir no mercado a forma de proteção social que melhor lhe convém (GALVÃO, 2003).

Conforme ressalta Galvão (2003) a análise da política neoliberal a partir de uma perspectiva de classe permite-nos compreender como a atuação do Estado

beneficia o capital: de um lado, a redução do Estado garante ao setor privado novos nichos de mercado como saúde, educação, segurança, oferecendo-lhe assim, novas fontes de acumulação; de outro, a intervenção estatal no processo de flexibilização da legislação trabalhista permite ao capital aumentar a taxa de extração de mais valia (tanto absoluta como relativa).

Em síntese, o neoliberalismo tem sido a fórmula mágica com que os países do primeiro mundo, em crise, tenta transferir ao terceiro mundo os seus problemas (SODRÉ, 1998).

### 1.3.1 Neoliberalismo no Brasil

Segundo Filgueiras (2006) o Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Tal fato deveu-se, de um lado, à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital até então presentes no MSI e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 – das quais são exemplos, entre outros, a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>12</sup>.

No entanto, a mobilização política dos trabalhadores, não conseguiu tornar hegemônico seu projeto nacional, democrático e popular, o que acabou possibilitando, a partir da eleição de Fernando Collor em 1989, à unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal, mesmo com contradições e disputas internas, em virtude do temor destas frações de classe de perderem o controle político da sociedade (Ibid.).

Durante a década de 1980, predominava entre as distintas frações de classes do bloco dominante a tentativa de redefinir, atualizar e reformar o MSI, mantendo-se ainda um papel fundamental para o Estado no processo de acumulação e desenvolvimento. Com o fracasso do Plano Cruzado, o projeto neoliberal foi se desenhando e se fortalecendo, passando do campo meramente doutrinário para se constituir em um programa político (Ibid.).

A partir do Governo Collor, o neoliberalismo que já havia adentrado na maior parte da América Latina, implanta-se no Brasil, com toda a força. O discurso liberal

---

<sup>12</sup> Sobre frações de classe no Brasil ver Boito Jr. (2007).

radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que se pôde chamar da “Era Liberal” no Brasil. Apesar da existência de algumas iniciativas na década anterior com o governo de Sarney, e de uma enorme massificação e propaganda dessa doutrina político e econômica nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na acessão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e movimento sindical (FILGUEIRAS, 2006; GALVÃO, 2003; ANTUNES, 2005).

Com o *impeachment* de Collor o projeto em fase de implementação se viu ameaçado. O governo de Itamar Franco sustentado por amplas forças políticas manteve em linhas gerais os pilares do modelo econômico neoliberal. Este governo inaugurou um período de estabilidade monetária por meio do Plano Real, que permitiu a continuidade e a consolidação do projeto neoliberal inaugurado por Collor (GALVÃO, 2003).

Segundo Filgueiras (2006) o que se identifica como sendo o modelo econômico neoliberal no Brasil, com sua respectiva dinâmica macroeconômica, que se estruturou através de profundas mudanças, possui pelo menos, quatro dimensões estruturais, quais sejam: 1) a relação capital/trabalho; 2) a relação entre as distintas frações do capital; 3) a inserção internacional (econômico-financeira) do país e 4) a estrutura e o funcionamento do Estado.

Quanto a relação capital-trabalho, como temos indicado, as mudanças decorreram do processo de reestruturação produtiva, que modificou radicalmente a correlação de forças existentes entre capital e trabalho, com o claro enfraquecimento da capacidade política e de negociação da classe trabalhadora e de suas representações. A reestruturação produtiva através da reorganização dos processos de produção, bem como a introdução de novos métodos de gestão do trabalho e de novas tecnologias, teve implicações devastadoras sobre o mercado de trabalho (Ibid.).

O processo de reestruturação produtiva, em especial a prática generalizada da terceirização, produziu novas formas de articulação entre os grandes, médios e pequenos capitais e mesmo de segmentos de trabalhadores autônomos, através da constituição de redes de subcontratação. Isto implicou uma articulação mais orgânica entre essas distintas frações do capital, tornando-as aliadas e sócias no processo de precarização das condições de trabalho e de flexibilização do mercado de trabalho (Ibid.).

### 1.3.2 Precarização do trabalho no Brasil na era neoliberal nos anos de 1990

A principal característica do novo processo de reestruturação produtiva, que surge sob a era neoliberal no Brasil é o caráter destrutivo sobre o trabalho, constituindo, a partir daí, um processo de precarização em várias dimensões do mundo do trabalho no Brasil.

Nos anos 90, o Brasil passou a apresentar vários problemas sociais característicos do mundo do trabalho no cenário do capitalismo mundial. Reaparece, como novo estigma do mundo do trabalho, o desemprego estrutural, a exclusão social, e a crescente deterioração das condições de trabalho, com o crescimento vertiginoso do trabalho temporário, por tempo determinado, em tempo parcial, entre outras formas de trabalho precário, como o trabalho doméstico entre outros (ALVES, 2000; MATTOSO, 1999; POCHMANN, 2001, 2002; SINGER, 1998, entre outros).

O novo complexo de reestruturação produtiva tende a impulsionar, mais ainda, a *superexploração do trabalho*, na medida em que o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos tendem a elevar, ainda mais, principalmente nos setores industriais em que se tinha constituído um poder sindical organizado (ALVES, 2000).

A reestruturação produtiva produziu um impacto não só sobre a quantidade de emprego, mas, principalmente, sobre a qualidade dos postos de trabalho criados. Surgi, desta forma, uma série de trabalhos precarizados, que inclui o trabalho autônomo, *part-time*, informal, incluindo o trabalho em domicílio.

O mundo do trabalho precário é decorrente de uma das motivações indutoras da terceirização. Por trás da lógica de subcontratação das cadeias produtiva está a necessidade das grandes empresas e de seus fornecedores de descentralizar a produção, com o objetivo de reduzir custos, repassando os riscos dos negócios para as pequenas empresas. Esta redução de custo tem significado para os trabalhadores precárias condições de trabalho, emprego e salário. Mas não é apenas a terceirização, que tende a debilitar o mundo do trabalho. A adoção de uma flexibilidade do contrato de trabalho, cuja expressão jurídica é a Lei do Contrato Temporário, tende a constituir um estatuto salarial precário para amplas parcelas da classe trabalhadora, expondo-a, cada vez mais, à disposição das idiosincrasias do capital (ALVES, 2000).

Segundo Mattoso (1999) o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se instaurou ao longo dos anos 90, e mais intensamente entre os anos de 1985 a 1998, no primeiro governo de FHC, são um fenômeno de

amplitude nacional, jamais ocorrido na história do país. O Brasil nunca conviveu com um desemprego tão elevado. Tampouco com um grau tão crescente de deterioração das condições de trabalho.

Só na região metropolitana de São Paulo, para citarmos como exemplo, o número de desempregados em 1999 alcançou a cifra recorde de 1.715.000 desempregados. E nas demais regiões do país registrou-se também, aumentos significativos dos contingentes de desempregados. Houve neste período um elevado crescimento do desemprego em todos os diferentes segmentos populacionais, entre jovens, entre a força de trabalho mais produtiva, na parcela mais experiente (40 anos e mais) e até entre os trabalhadores com níveis de instrução mais elevados (DIEESE, 2001). Esta tem sido uma tendência no processo de produção do capital na contemporaneidade como indica Mészáros (2006), o processo de precarização tem atingido a totalidade da força de trabalho.

Vale ressaltar, conforme indica este mesmo documento do DIEESE, A Situação do Trabalho no Brasil, que essa tendência em que se evidencia o aumento do desemprego até mesmo para os trabalhadores com maiores índices de instrução, leva ao questionamento se o investimento social e pessoal em educação é o principal meio de superação do desemprego. As explicações dos apologéticos do neoliberalismo no Brasil buscavam justificar o fenômeno do desemprego a falta de mão de obra qualificada. Passado mais de uma década desta argumentação, em que os estudos do trabalho e emprego no Brasil, tem demonstrado a inconsistência de tal argumentação, a burguesia empresarial ainda quer nos fazer crer, de que a não inserção do trabalhador ao mercado de trabalho está relacionada fundamentalmente a rigidez da legislação trabalhista e a falta de mão de obra qualificada para esta nova fase de desenvolvimento capitalista brasileiro.

Voltando à questão do desemprego, segundo Mattoso (1999) na década de 1990, a situação de ampla desestruturação do mercado de trabalho tornou-se tão grave que o desemprego, apesar de extraordinário e de afetar diretamente milhões de pessoas, período em que foram perdidos cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira, aparece como a ponta de um imenso iceberg<sup>13</sup>. Menos

---

<sup>13</sup> Até maio de 1999 a indústria de transformação reduziu seus empregos formais na década em cerca de 1,6 milhão (cerca de 73% do que dispunha em 1989) e os subsetores mais atingidos foram os das indústrias têxtil (-364 mil), metalúrgica (-293 mil), mecânica (-214 mil), química e produtos Farmacêuticos (-204 mil) e material de transporte (-92 mil). A construção civil viu desaparecerem

visível é a profunda deterioração das condições e relações de trabalho. Estas condições de trabalho tornaram-se crescentemente informais, precárias, com trabalhos e salários descontínuos, de curta duração e sem contribuir para a Previdência.

Os efeitos do mix de políticas econômicas (abertura comercial indiscriminada, uma maior abertura financeira, e o populismo cambial baseado na valorização da moeda nacional e nos elevados juros) foram ocultados pelos efeitos da estabilização sobre o consumo, sobre a expansão do crédito e pelo maior ingresso de recursos externos. O governo passou a dizer que com o Plano Real, os problemas básicos da economia brasileira estariam resolvidos (inflação e financiamento) e que a questão era então assegurar o crescimento sustentado da economia (MATTOSO, 1999).

Mas, a adoção de uma inserção internacional subordinada, da abertura comercial e financeira indiscriminada, da sobrevalorização cambial e dos elevados juros foi por várias razões danosa ao emprego<sup>14</sup>.

Nos anos 2000, o mercado de trabalho nacional apresentou melhora significativa, atrelado fundamentalmente à dinâmica econômica do país. Após atingir altas taxas de desemprego, nos anos de 1990, como vimos, os indicadores de emprego e desemprego passaram a apresentar melhores resultados, tendo apenas desviado dessa trajetória em 2008, em virtude dos efeitos da crise financeira internacional.

Segundo dados do DIESSE (2011), o saldo positivo da década decorre do aumento da ocupação acima do crescimento da população economicamente ativa, o que resultou em declínio da taxa de desemprego. Nesta década, houve também o

---

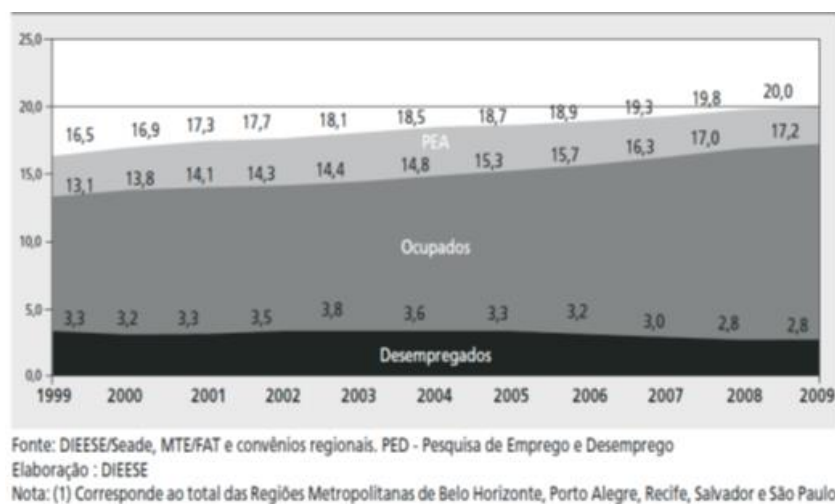
cerca de 322 mil empregos formais. O comércio também foi duramente atingido (-294 mil). O setor financeiro reduziu sua mão-de-obra formal em cerca de 354 mil (MATTOSO, 1999, p. 18).

<sup>14</sup> Entre estas razões, destacam-se: Crescentes déficits da balança comercial (resultantes da intensa elevação das importações) e do saldo das transações correntes (resultante da elevação dos déficits da balança comercial e dos serviços), que apontam para recorrentes crises cambiais; b) Crescimento econômico medíocre e sujeito a fortes movimentos de retração das atividades produtivas, dado seus reflexos na elevação dos déficits do saldo da balança comercial e do saldo das transações correntes; c) Elevação crescente da dívida líquida do setor público e constituição de sucessivos ajustes fiscais que aceleraram o desmonte do Estado nacional, com cortes de pessoal, deterioração das atividades públicas no campo social e redução de sua capacidade de investimento; d) Transformação da estrutura do comércio exterior, com um crescimento medíocre das exportações (ancorado em setores exportadores tradicionalmente competitivos e de grande escala de produção baseados em recursos naturais e energia abundante, tais como papel e celulose, agrobusiness, siderurgia, processamento mineral e alumínio) e intensa ampliação das importações nos setores de maior conteúdo tecnológico. e) Especialização produtiva regressiva, com ampliação da desnacionalização, redução do valor agregado no país, com forte substituição da oferta doméstica de bens finais por importados, fechamento de linhas de produção e até mesmo de unidades fabris inteiras (MATTOSO, 1999, p.34 e 35).

aumento das taxas de formalização do emprego e uma relativa recuperação do emprego industrial.

A análise dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para o conjunto das regiões metropolitanas onde a pesquisa foi realizada no período de 1999-2009 revela o declínio acentuado da taxa de desemprego total, que diminuiu de 20,2% para 14,2%. Esse resultado, segundo a pesquisa, reflete o impacto do crescimento econômico sobre o mercado de trabalho, que registra expansão proporcionalmente maior da ocupação frente à PEA, em todas as regiões brasileiras (Figura1).

Figura 1 – Estimativa da PEA, do número de ocupados e de desempregados. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1999-2009 (em milhões de pessoas)

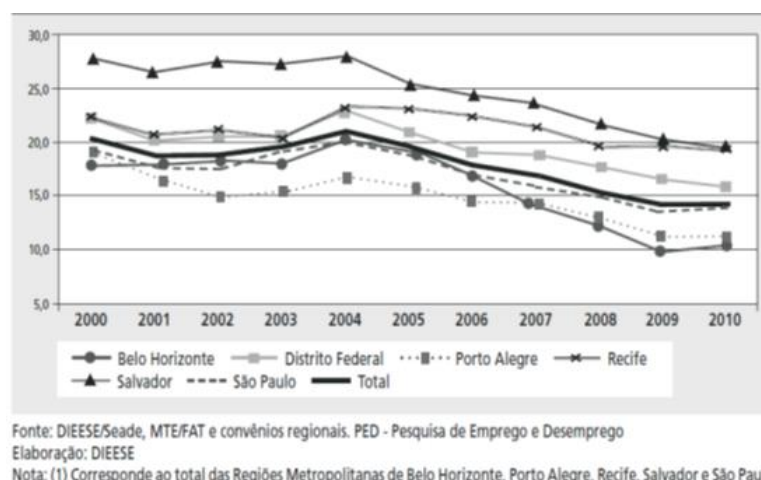


Considerando-se o nível da PEA e dos ocupados, nota-se que em 2000 a PEA cresceu menos que a ocupação, situação que se repetiu nos anos de 2004 a 2008, enquanto no período de 2001 a 2003, a variação da PEA foi mais acentuada que a geração de postos de trabalho, refletindo as baixas taxas de crescimento da economia no período. Quanto ao movimento observado em 2009, esse é explicado pelos efeitos da crise econômica internacional.

Esta tendência de diminuição das taxas de desemprego no país foi confirmada em todas as regiões metropolitanas analisadas pela pesquisa (Figura 2).



Figura 2 – Taxas de desemprego total. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1999-2009 (em %)



Como demonstram os dados da pesquisa, na década de 2000, houve a diminuição das taxas de desemprego e o aumento de formalização do emprego, contudo, essas transformações não foram suficientes para eliminar a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado ainda por elevadas taxas de desemprego, presença relevante da informalidade nas relações de trabalho, desigualdade nas condições de inserções regionais e na qualidade dos postos de trabalho. Se, por um lado, a precarização da ocupação se reduz nessa década em algumas de suas formas mais tradicionais, como o assalariamento sem carteira, por outro, assume novas formas, sendo uma delas a expansão do processo de terceirização das atividades produtivas para todos os setores econômicos, e ampliação de um processo de desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas, como será analisado no próximo capítulo.

O estudo também apresenta as taxas de desemprego total, segundo nível de instrução entre 1999 e 2009 (FIGURA 3).

Figura 3 – Taxas de desemprego total, segundo nível de instrução Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1999-2009 (em %).

Nível de instrução	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Analfabeto	15,7	(1)	24,7	(1)	21,8	(1)
Ensino Fundamental Incompleto	20,8	9,4	28,4	17,6	22,2	12,5
Ensino Fundamental Completo	19,9	13,0	25,9	20,2	20,8	13,8
Ensino Médio Incompleto	26,0	21,4	33,4	31,3	26,8	19,4
Ensino Médio Completo	14,9	10,5	18,8	15,4	15,4	11,1
Ensino Superior	6,8	6,6	7,2	9,2	9,1	6,0

Nível de instrução	Recife		Salvador		São Paulo	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Analfabeto	18,2	(1)	24,1	(1)	20,4	(1)
Ensino Fundamental Incompleto	24,4	18,3	32,6	20,1	21,9	12,8
Ensino Fundamental Completo	24,8	20,5	32,3	24,5	22,9	17,4
Ensino Médio Incompleto	31,3	31,3	39,6	31,2	29,3	25,6
Ensino Médio Completo	20,5	21,5	22,6	19,9	16,7	14,4
Ensino Superior	9,7	9,5	12,0	11,0	8,3	8,3

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Um dado interessante é que as taxas de desemprego para a população com Ensino Superior se mantiveram praticamente estáveis em todas as regiões. Outro dado é que as taxas de desemprego para a população com ensino médio completo diminuiu, mas isto parece estar mais relacionado a recuperação da economia do que a explicação de que as pessoas que não investem em seu capital humano, que possui mais tempo de escolaridade tem mais chance no mercado de trabalho.

A seguir analisaremos o processo de desregulamentação e flexibilização da regulação no mercado de trabalho e seu impacto para a classe trabalhadora.

## CAPÍTULO II

### **2 REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL: DESREGULAMENTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1990**

A década de 90 no Brasil, como vimos no capítulo anterior, é marcada pela implementação das políticas neoliberais, e pela intensificação do processo de reestruturação produtiva, em um contexto de desregulamentação comercial e financeira com forte impacto no mundo do trabalho.

No que tange às reformas trabalhistas, especialmente após o Plano Real em 1994, amplia-se o processo de desregulamentação das normas do trabalho e de flexibilização das relações de trabalho, em um cenário de baixo e instável desempenho da economia, com elevados índices de desemprego e um crescente aumento das formas de precarização do trabalho (KREIN, 2001, 2007; GALVÃO, 2003).

As propostas de desregulamentação e flexibilização estão relacionadas ao processo de reorganização do capital, em resposta à crise estrutural que se manifestou a partir dos anos 70. Estas propostas eram uma das respostas do capital à crise do padrão de acumulação keynesiano e fordista, como forma de possibilitar um maior poder ao capital na determinação da forma de uso do trabalho, não sendo por acaso, conforme ressaltam Netto e Braz (2011), que a ofensiva aos sindicatos ter sido uma das primeiras ações deste processo. O processo de desregulamentação e flexibilização das relações do trabalho são constituintes desta fase atual de acumulação capitalista.

A pressão para desregulamentar ou flexibilizar é maior sobre os países em que o sistema de proteção social é mais amplo, como era o caso da Europa Ocidental. Desta forma, este processo possui características distintas em pressão e efetividade dependendo da história, das características e das forças sociais de cada país, tendo em comum, no entanto, o aprofundamento do processo de precarização do trabalho, conforme demonstram alguns estudos (DEDECCA, 1997; KREIN, 2001, 2007).

Neste capítulo, busca-se analisar os aspectos mais gerais das iniciativas de reforma trabalhista implementadas no Brasil pelo governo de FHC (1995-2002), com o fim de identificar o impacto desta reforma no mercado e relações de trabalho.

A análise se concentrará no governo de FHC período em que houve as maiores modificações nas relações individuais entre capital e trabalho, objeto de nossa análise. No governo foi constituído o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), mas as discussões centralizou-se na reforma sindical.

Cabe ressaltar ainda que não se trata de analisar todas as mudanças no marco jurídico que impactou de alguma forma as relações e condições de trabalho. Os decretos de lei, medidas e provisões, entre outros apresentadas neste capítulo, buscam evidenciar o processo de precarização que descrevemos no capítulo anterior. O principal objetivo é demonstrar que o capitalismo contemporâneo tem aprofundado o processo de precarização do trabalho e isto já impõe um limite as proposta de educação fundamentada e apropriada para este trabalho, como é a proposição de educação da burguesia industrial brasileira.

## **2.1 Impactos da reorganização econômica e produtiva nas relações de trabalho**

Como indicamos no primeiro capítulo, desde a década de 70, o mundo do trabalho tem sido fortemente impactado com as transformações do processo de reorganização do capital em resposta a sua própria crise. Sob o tripé: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização, o capitalismo contemporâneo tem reinstituído uma nova ofensiva à classe trabalhadora, que reflete diretamente nas relações e nos mercados de trabalho.

Segundo Krein (2001) desde o final da década de 70, a prioridade dos governos do G7, liderados pelos EUA e Inglaterra, passa a ser o combate à inflação e não mais o pleno emprego. A partir de então, com a aplicação do “receituário” neoliberal, segue-se uma reorientação na forma de acumulação do capitalismo, pressionando os Estados nacionais para:

- a) a desregulamentação dos “mercados domésticos e eliminação das barreiras à entrada e saída do capital-dinheiro, de modo que a taxa de juros possa exprimir, sem distorções, a oferta e a demanda de “poupança nos espaços integrados da finança global” (BELLUZZO, 1996:12); b) a abertura comercial, com a finalidade de submeter as empresas à concorrência global, eliminando os resquícios do protecionismo ou quaisquer políticas deliberadas de fomento; e c) a elevação da poupança pública e privada como condição para a alta das taxas de investimento (KREIN, 2001, p. 15).

Inicia-se um processo de desregulamentação sob a dominância da lógica financeira (CHESNAIS, 1996; CARCANHOLO, 2009). A globalização carrega a marca de um capitalismo predominantemente financeiro e rentista, cujo funcionamento

subordina-se, crescentemente, às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-dinheiro. Instaura-se um sistema internacional que permite o deslocamento imediato de ativos financeiros para onde se obtêm maiores lucros. A “financeirização passa a ser o padrão de riqueza contemporânea” (KREIN, 2001, p.16).

Sobre as transformações no processo de produção, como assinalamos no capítulo anterior, as empresas tendem a, cada vez mais, incorporar novas tecnologias e formas organizacionais e de gestão da produção, bem como externalizar os custos e as parcelas de produção, através de terceirizações e subcontratações. Como indicamos anteriormente, estas transformações estão acompanhadas pelo crescimento dos empregos precários, contratos atípicos, entre outros que configuram uma heterogeneidade das relações de trabalho. Distinguem-se, então, as relações de trabalho entre os trabalhadores considerados estratégicos que permanecem na empresa principal e os terceirizados e subcontratados.

Diante da maior liberdade de circulação do capital, e descentralização produtiva os trabalhadores e seus sindicatos se veem constantemente ameaçados pelas empresas, pela possibilidade de migrarem para outras regiões onde os salários e as exigências trabalhistas são menores. Um exemplo deste movimento, conforme indica Antunes (2005) é o setor calçadista que transferiu-se da região de Franca – São Paulo, ou do Rio Grande do Sul, para regiões do Nordeste, como o estado do Ceará, e de empresas automobilísticas que saem da clássica região ABC para produzirem em outras zonas mais baratas. Estas mudanças estão confluindo para uma maior heterogeneidade no perfil das ocupações e das relações de trabalho. “Esta é uma forma de colocar o sindicato na defensiva ou mesmo de excluí-lo do processo de negociação coletiva ou forçá-lo a negociar a desregulamentação ou uma flexibilização” (KREIN, 2001, p.22).

Neste contexto, a reorganização produtiva do capital tem apresentado sérias consequências econômicas e sociais, com o crescimento do desemprego e aumento de formas de trabalho precário mesmo nos países de capitalismo avançado, como demonstraram vários autores estudados (MÉSZÁROS, 2002; BEYNON, 2002; HOBBSAWM, 1995; KALLEBERG, 2010; POCHMANN, 2001 entre outros). No Brasil, o impacto das políticas neoliberais, e do processo de reestruturação do processo produtivo na década de 90, apresentou o aumento assustado do desemprego e um processo de deterioração das condições e relações de trabalho (MATTOSO, 1999).

## 2.2 Flexibilidade e mercado de trabalho

A explicação neoliberal para o quadro de acentuado aumento do desemprego está relacionado, entre outros fatores, com a rigidez do mercado de trabalho. Por esta razão, indica que para enfrentar o problema do emprego é necessário a flexibilização da legislação trabalhista, isto é, o problema do desemprego é apresentado como função das estruturas institucionais e da organização do mercado de trabalho. Esta ideia ganhou força, particularmente na década de 80 e 90, quando muitos governos, capitaneados inicialmente pelo avanço neoliberal nos EUA, com a ascensão de Reagan à presidência (1980), e Margaret Thatcher na Inglaterra (1979), e de acordo com as orientações dos organismos multilaterais (OCDE, Banco Mundial e FMI). O marco discursivo, exaustivamente repetido como mantra neoliberal foi o de que a excessiva regulamentação é cara e inibe o processo de contratação (KREIN, 2001, 2007). Na perspectiva neoliberal:

No mercado autorregulado, [...] o desemprego tenderia a ser ficcional ou voluntário. Portanto, para parte expressiva dos organismos multilaterais, há uma vinculação entre os mecanismos institucionais do mercado de trabalho e o emprego, sendo a proteção social e do trabalho considerada um obstáculo para o desenvolvimento econômico (KREIN, 2001, p. 23).

Neste período, a década de 1980, o sistema americano de relações de trabalho era apontado pelos economistas neoliberais como exitoso na geração de empregos (o desemprego, neste país, estava em torno de 3,9% neste período) em contraste com a encontrada na maioria dos países europeus, no mesmo período. Assim, argumentavam que a flexibilidade do mercado de trabalho dos EUA e do Reino Unido explicava as suas atuais baixas taxas de desemprego, enquanto que a demora em promover esta flexibilização na Europa era o que estava determinando o agravamento do problema do desemprego naquela região. No entanto, essa tese vai perdendo força no decorrer dos anos 90 (Idem).

Sob a perspectiva neoliberal, o nível de emprego está relacionado a problemas microeconômicos, de produtividade e das instituições que regulam o funcionamento do mercado do trabalho, dando pouco importância às questões relacionadas à dinâmica da economia, e à lógica da globalização financeira que impede o crescimento econômico.

A pouca importância dada a essas questões não é fragilidade de percepção dos ideólogos neoliberais sobre os problemas relacionados ao desemprego e a

relação com as contradições da dinâmica econômica capitalista. Como ressalta Anderson (2003, p. 11), para Haryek e seus companheiros, uma das medidas para a estabilidade monetária era “[...] a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalhadores para quebrar os sindicatos”. Nesta mesma perspectiva afirma Singer (1998, p. 13):

as políticas fiscais e monetárias têm em vista impedir que a economia se “aqueça” em demasia, o que na prática implica manter uma generosa margem de sobreoferta de força de trabalho. Neste sentido, o desemprego não é um “mal” mas um efeito funcional de política estabilizadoras exitosas.

Assim, a justificativas dadas pelos economistas neoliberais e os organismos multilaterais encobrem o verdadeiro papel que o desemprego desempenha no processo de estabilidade monetária. Desta forma, conclui Singer (1998, p. 13), sobre as condições acima citada: “[...] é melhor falar em exército industrial de reserva do que em ‘desempregados’”. É preciso ter isso em mente quando se faz a crítica às políticas econômicas nesta fase do capitalismo contemporâneo, pois, como ressalta Mészáros (2006, p. 27), a questão “[...] não é se o desemprego ou o “trabalho temporário flexível” vai ameaçar os trabalhadores empregados, mas quando estes, forçosamente, vão vivenciar a precarização”.

Segundo Krein (2001), essa tese perdeu força nos anos seguintes, devido aos frágeis resultados alcançados pelas políticas de flexibilização e desregulação. O autor indica que os relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) concluem que os mecanismos e as normas de proteção do trabalho não parecem ser um obstáculo ao crescimento econômico e nem tampouco estão entre as causas principais da deterioração da situação do mercado de trabalho verificada nos últimos 20 anos; não se constitui como o principal obstáculo para a criação de postos de trabalho.

No Brasil, nos oito anos do governo de FHC, ampliou-se o processo de desregulamentação e flexibilização com a justificativa de combate ao desemprego, mas o resultado deste processo não foi o prenunciado pelo governo e pelo patronato – o aumento na contratação e formalização do mercado de trabalho – na verdade, esta década foi marcada por altíssimos índices de desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho (KREIN, 2001, 2007; GALVÃO, 2003).

Em linhas gerais e sinteticamente, as principais mudanças no mercado de trabalho nos últimos anos que afetaram o sindicalismo e as relações de trabalho foram:

A) as que proporcionam um desequilíbrio contra os trabalhadores (os que ofertam a força de trabalho), com o aumento do desemprego, a diminuição dos trabalhadores do setor industrial, o aumento dos trabalhadores do setor de serviços e a perda de dinâmica do setor público em gerar novos empregos; B) as que introduzem novas formas de uso do trabalho, tais como o aumento das ocupações precárias nas pequenas empresas e na economia informal, principalmente através da descentralização produtiva (terceirização); o aumento do trabalho clandestino não registrado (estrangeiro e trabalho em casa) e o crescimento do trabalho atípico (trabalho em tempo parcial, contratos por prazo definido, contratos de formação profissional ...). Essas formas diferentes do uso do trabalho foram justificadas pela necessidade de flexibilizar e reduzir o custo do trabalho; pelas inovações culturais e “orientação do trabalho” e por opções de “solidariedade” (os contratos de solidariedade) (KREIN, 2001, p.25)<sup>15</sup>.

O resultado das políticas econômicas adotadas após a crise dos anos 70 aumentou a heterogeneidade do mercado de trabalho e fez crescer a insegurança e a precarização do trabalho. Cresce a insegurança em relação ao emprego, ao posto de trabalho, à renda, à representação sindical e ao sistema de proteção social em vários países como demonstram alguns estudos<sup>16</sup>.

## **2.3 Desregulamentação e flexibilização do mercado e relações de trabalho nos anos 90**

Como temos indicado até aqui, a atual fase de acumulação do capitalismo, em seu processo de reorganização econômica e produtiva tem impactos diretos no mercado e relações de trabalho. Com o processo de desregulação econômica e reestruturação produtiva, ganha força um movimento de desregulamentação das normas e benefícios existentes e ampliam-se as formas de flexibilização das relações e do mercado de trabalho.

### **2.3.1. Desregulamentação e flexibilização: conceitos**

A desregulamentação compreende as iniciativas de eliminação de leis ou outras formas de direitos instituídos que regulam o mercado, as condições e as relações de trabalho. Ou seja, é a “[...] supressão das normas que regulam as relações

<sup>15</sup> O autor está se referindo às mudanças em países europeus, mas os traços mais gerais dessas mudanças podem ser percebidos na maioria dos países que implementaram uma reforma trabalhista, apesar das especificidades de cada país.

<sup>16</sup> Para o caso italiano Vasapollo (2006); para a análise dos Estados Unidos Kalleberg (2010); para a França Dedecca (1997); o caso brasileiro é analisado por Antunes (1999, 2000), Druck, (2013), Druck e Franco (2008), Druck e Borges (2002), Abramo (2008), Krein (2001; 2007), Alves (2000; 2007) e vários outros.



de trabalho, deixando que o mercado se encarregue de estabelecer livremente o tratamento dos assuntos ‘desregulamentados’” (MENEZES, 2000:05 *apud* KREIN, 2001).

A flexibilização, por sua vez, teoricamente é entendida como a possibilidade de alteração da norma como forma de ajustar as condições contratuais, por exemplo, a uma nova realidade. Essa flexibilização pode ser negociada legitimamente entre os atores sociais ou ainda através da atuação do Estado. Assim, a flexibilidade tem significado a depressão dos direitos com a finalidade de redução dos custos. Há várias formas de flexibilidade:

a) Flexibilidade produtiva ou organizacional: quando as empresas, dada a crescente instabilidade e insegurança com a globalização financeira, reestruturam-se para se tornarem mais integradas e flexíveis, através da adoção de uma série de novos métodos organizacionais. b) Flexibilidade da jornada e das funções: permite sincronizar o nível de produção com a demanda de trabalho e fazer ajustes para uma administração dos horários, da modalidade das tarefas e evolução das responsabilidades, tendo presente os objetivos da empresa. c) Flexibilidade salarial: permite a flutuação do salário em função da produtividade do trabalho e de outros mecanismos (prêmios, sugestões etc.), com tendência de descentralização e individualização de sua determinação. d) Flexibilidade quantitativa ou numérica: amplia a liberdade das empresas para empregar e demitir de acordo com as necessidades da produção, através de uma estratégia de diminuição de custos. Consiste, então, nas iniciativas que facilitam o ajuste da força de trabalho à demanda da empresa, podendo ser implementada como: Flexibilidade de demissão dos trabalhadores, quando se ampliam as causas que justificam a demissão ou diminuem o montante da indenização na rescisão do contrato. São as iniciativas de redução de custos da rescisão e/ou a eliminação de mecanismos de inibição da dispensa imotivada; e) Flexibilidade na contratação, quando se flexibilizam as formas de ingresso dos trabalhadores na empresa, adotando incentivos de entrada, tais como a contratação por tempo determinado, jornada parcial, contratos de experiência, contratos temporários, estágios, etc (KREIN, 2001, p. 30).

Este processo de flexibilização do mercado de trabalho é parte da receita dos ideólogos do neoliberalismo para o combate ao desemprego, como vimos no tópico anterior. Em síntese, para este:

Há desemprego (continuado) porque a força de trabalho não está adequadamente qualificada para a nova realidade produtiva; e há desemprego (crescente) porque a lei impede que o ajuste ao choque de competitividade resultante da implementação do modelo se faça ou via de transferência de trabalhadores entre setores produtivos, ou via redução de salários (PASTORE, 1997 *apud* CARDOSO, 2003, p.89).

Vale ressaltar, conforme indica Cardoso (2003) que os defensores do processo de flexibilização das leis de trabalho, que insistem em afirmar que a legislação é rígida deixam de usar os estudos produzidos por instituições oficiais que demonstram a flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro. Como demonstra Krein

(2001; 2007) o mercado de trabalho no Brasil caracteriza-se estruturalmente por uma enorme flexibilidade alocativa e salarial, que possibilita ao capital uma enorme liberdade de utilização da força de trabalho.

As diferentes formas de flexibilização indicadas acima, estão relacionadas com a possibilidade de a empresa determinar o uso da força de trabalho, através da alteração de normas vigentes nos instrumentos normativos coletivos ou na lei.

Assim, a flexibilização das relações de trabalho pode acontecer sob quatro formas: a) a partir do poder discricionário da empresa ao impor de forma unilateral uma nova regulamentação; b) pelas mudanças institucionais via ação do Estado; c) pela negociação direta entre os atores sociais (contrato coletivo ou pacto social); ou d) pela re-interpretação do direito existente, através do Poder Judiciário (KREIN, 2001, p.31).

Com o aumento do desemprego e com os novos métodos de produção característicos do modelo de produção toyotista, num contexto de financeirização da economia e de hegemonia das ideologias neoliberais, e a ofensiva aos sindicatos, como já assinalamos no primeiro capítulo, houve um fortalecimento do poder das empresas, que alteraram os processos de trabalho e suas consequentes relações com os trabalhadores. Como ressalta alguns autores (KREIN, 2001; 2007; CARDOSO, 2003; GALVÃO, 2003), em muitos casos a flexibilidade produtiva ou funcional pode ocorrer, inclusive à revelia da norma legal. Krein (2001, p. 31) indica como exemplo:

a) a multifuncionalidade (polivalência) das funções pode ocorrer sem que a lei ou a norma preveja esta situação; b) a intensificação do ritmo de trabalho com os novos métodos nem sempre acaba sendo negociada; c) a “colaboração forçada”, da mesma forma, não constitui objeto de norma coletiva.

Desta forma, tem-se, a partir da empresa, uma flexibilização real no próprio processo de trabalho, em que a mudança legal ou contratual é secundária. Conforme indica Krein (2001), é obvio que a mudança na norma pode criar facilidades ou ser um apoio normativo para a viabilização da flexibilidade organizacional ou produtiva. No entanto, o fato é que esta flexibilização pode ocorrer sem mudança na norma coletiva e legal, e não há uma regulação desta nova situação de trabalho. Ora, não existem nas leis trabalhistas dispositivos que determinem, por exemplo, o máximo da intensificação do ritmo de trabalho.

### 2.3.2 Mudanças na legislação trabalhista

As mudanças institucionais significam uma alteração na legislação e no papel do Estado no sistema de proteção social e de fiscalização da norma trabalhista. Neste

sentido, o Estado pode atuar tanto no sentido de desregulamentar direitos como no de impulsionar o processo de descentralização da determinação do uso do trabalho (KREIN, 2001).

No Brasil, as medidas de flexibilização e desregulamentação foram no sentido da revisão da legislação (retirada de direitos, introdução de contratos atípicos, restrições para a ação sindical e a negociação coletiva) e de ações antissindicais. O primeiro elemento foi a flexibilização nas formas de admissão e demissão, com a introdução das contratações atípicas como o contrato por tempo determinado, part-time, temporários, tempo parcial, etc. (KREIN, 2001; GALVÃO, 2003).

Outra mudança foi na relação do Estado com os sindicatos. Como vimos no capítulo anterior, a ofensiva do capital aos sindicatos foi uma das primeiras ações no processo de reorganização produtiva pós-crise de 70. Segundo Krein (2001) os sindicatos passaram a ser vistos pelos empresários, governos e, inclusive, por boa parte da opinião pública – influenciados por uma massificação das ideias neoliberais através da mídia (GALVÃO, 2003; FILGUEIRAS, 2006) – como parte do problema, e não mais como solução.

De forma geral, as ações legais do Estado podem se dar:

- a) através da adoção de uma legislação restritiva, visando prejudicar deliberadamente o sindicalismo, como foi o caso da Inglaterra nos anos 80 e início da década de 90; b) de forma indireta, [evitando intervir nas relações de trabalho] como foi o caso dos Estados Unidos e da Espanha a partir da segunda metade dos anos 70; c) pela manutenção do papel regulador, mas facilitando a negociação descentralizada (KREIN, 2001, p. 34).

Desta forma, muitas reformas demandadas pelos empresários só se viabilizaram através do papel assumido pelo Estado neste processo<sup>17</sup>. Em um

---

<sup>17</sup> Segundo Dedecca (1997) o Estado teve um importante papel no processo de transformação das relações de trabalho, a partir da década de 80. A institucionalização dos mercados de trabalho nas décadas de 50 e 60 levou o Estado exercer a regulação direta das relações de trabalho e/ou cumprir a função de avalizador em última instância dos direitos e deveres acordados nas negociações coletivas. O rompimento daqueles sistemas de relações de trabalho requeria uma mudança no papel do Estado, com a finalidade, de transferir ou criar novas regras e normas do mundo do trabalho que privilegiasse a negociação direta entre as partes. Emergiu uma pressão política para que o Estado revogasse ou forçasse a revogação das normas, regras e procedimentos que fossem contrários a uma flexibilização dos regimes de trabalho, bem como da estrutura ocupacional, da jornada de trabalho e dos salários. Desta forma pode-se dizer que a demanda para que o Estado reduzisse o grau de regulação das relações de trabalho complementava o processo de flexibilização requerido pelas empresas. “Se, por um lado, estas consideravam necessária a eliminação ou uma forte redução das normas públicas de controle sobre os processos de demissão e contratação de mão-de-obra, de limitação da contratação de trabalho em tempo parcial e temporário, de determinação geral sobre a jornada de trabalho e de ordenação das políticas salariais (salário mínimo e indexação dos salários), por outro, elas fizeram, pressão para que o Estado reduzisse também os encargos sociais” (idem, p.143).

contexto de crítica ao papel regulador do Estado, muitas ações institucionais e políticas contribuíram para uma desregulação do mercado de trabalho, possibilitando maior espaço ao setor empresarial na determinação do uso do trabalho.

## **2.4 A reforma no sistema de relações de trabalho no Brasil**

Como indicamos no item anterior, o mercado e as relações de trabalho apresenta um alto grau de flexibilidade no Brasil, apesar da legislação trabalhista vigente. Dada esta questão pode-se colocar em dúvida a necessidade de aprofundamento da flexibilização das relações e do mercado de trabalho como alternativa, entre outros, para a questão do desemprego e da alta informalidade. Ainda assim, apesar desta flexibilidade histórica<sup>18</sup>, nos anos de 1990, com a implementação sistemática do receituário neoliberal no Brasil, foram introduzidas várias medidas pontuais que acentuaram a desregulamentação da atual legislação trabalhista e flexibilizou as relações de trabalho.

Segundo Krein (2001), no Fórum Nacional de Debates sobre Contrato Coletivo e Relações de Trabalho no Brasil (1994) houve consenso com relação à necessidade de o sistema de relações de trabalho ser alterado, mas as proposições sobre qual sistema implementar no país foram bastante distintas. O autor indica, por exemplo, que algumas entidades patronais (FIESP, CNI, CNA e FENABAN) defendiam a necessidade de ter um sistema de relações de trabalho em que prevalecesse o negociado sobre o legislado, com ênfase na livre negociação e nos acordos coletivos. Também defendiam uma flexibilização dos direitos trabalhistas existentes na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e na Constituição Federal. Já as Centrais Sindicais (CUT e Força Sindical), juntamente com algumas outras entidades, defendiam a adoção de um sistema democrático de relações de trabalho baseado nos preceitos da OIT, de liberdade sindical e de direitos coletivos que incentivem e sustentem a organização sindical e a negociação coletiva.

Segundo Krein (2001) no que diz respeito às relações coletivas, os ataques à regulamentação começaram pela defesa da livre negociação, que significa a defesa da pulverização das negociações sem qualquer instrumento de suporte legal, apostando-se simplesmente no livre jogo de forças entre as partes.

---

<sup>18</sup> Krein (2001) mostra a natureza histórica estrutural de flexibilização do mercado e relações de trabalho no Brasil

Esta ainda é uma reivindicação do patronato. Em maio de 2013, o Portal da Indústria publicou uma entrevista como o professor José Pastore – consultor da CNI, e um dos intelectuais que mais tem se prestado a discutir este tema – ele afirma que “[...] é preciso valorizar a livre negociação, fazer com que ela prevaleça sobre a lei”. Para o autor, é como se nesta livre negociação, no jogo de forças entre as partes, as partes tivessem um equivalência de força. Na atual fase do capitalismo, marcada por uma acentuada ofensiva do capital ao mundo do trabalho, utilizando-se da forma mais deplorável de disciplinamento da classe trabalhadora, o desemprego, propor a livre negociação é sugerir o aumento da precarização do trabalho.

#### 2.4.1 As mudanças institucionais no governo de FHC: flexibilização e desregulamentação

É a partir de 1994 que surgem as iniciativas concretas de alteração do sistema de relações de trabalho, relacionando-se, num primeiro momento, ao plano de estabilização econômica, o Plano Real, e, posteriormente, ao combate do desemprego. Estas medidas fizeram parte na agenda do governo de FHC, e convergiam com a sua proposta de reformas em que buscava a redefinição do papel do Estado na sociedade e na economia brasileira visando inserção competitiva do país no mercado global (KREIN, 2001, 2007; GALVÃO, 2003; CARDOSO, 2003).

No bojo desta discussão, a flexibilização é defendida como elemento fundamental para a adaptação das relações de trabalho às novas demandas da economia brasileira marcada por um processo de reorganização econômica e produtiva, em um contexto de abertura comercial do país. Segundo Krein (2001) a visão predominante era a que a estabilização das relações de trabalho não poderia mais ser sustentada quando a instabilidade dos mercados, a incorporação mais rápida do progresso técnico e o acirramento da concorrência intercapitalista exigiam das empresas uma flexibilidade produtiva compatível com as novas condições.

Cresce nestes anos, em diversos setores empresariais e até mesmo em determinados setores sindicais, a crítica à rigidez da legislação trabalhista e sindical brasileira, por não estarem adaptadas à nova realidade da economia do país e de sua nova inserção na economia globalização. Apontam que o aumento da produtividade e competitividade da indústria brasileira, depende fundamentalmente da flexibilização como forma de diminuir o “custo Brasil” e proporcionar um maior compromisso entre

o capital e o trabalho, sendo a alternativa ao problema do desemprego e da informalidade.

O Governo Federal em sintonia com os argumentos patronais de que o mercado de trabalho, sendo excessivamente regulado, constitui-se em inibidor de novas contratações por parte das empresas, inicia um processo de flexibilização dos contratos de trabalho e redução dos encargos sociais como requisitos essenciais para diminuir o custo do trabalho, o que, segundo estes, estimularia a contratação e possibilitaria o aumento da formalização do mercado de trabalho, combatendo assim o desemprego, controlando a inflação e reativando a economia (GALVÃO, 2003).

Como indicamos acima, estas propostas não solucionaram o problema do desemprego e tem contribuído para aumentar a precarização, a segmentação e a diferenciação entre os trabalhadores (DRUCK, 2013; ROSSO, 2013; POCHMANN, 2001; 2002; ANTUNES, 2006; entre outros).

Vale ressaltar, no que diz respeito ao aumento de produtividade, que não há uma relação simétrica entre o aumento desta e a geração de empregos, pois a indústria brasileira aumentou a produtividade com significativa diminuição do seu quadro de empregados, resultado da implementação de novas tecnologias na produção e novas formas de gerenciamento, e, logo, ao aumento da produtividade acompanhou a diminuição de geração de emprego. É importante esta observação porque nos documentos da CNI o aumento de produtividade e os incentivos a competitividade da indústria brasileira aparecem como de interesse nacional<sup>19</sup> porque significa novas oportunidade de trabalho e crescimento da economia, e esta relação, pelo menos desde a década de 90 no Brasil, não se efetivou.

As medidas institucionais que contribuem para aprofundar a flexibilização na determinação do uso do trabalho podem ser agrupadas nas seguintes categorias:

- 1) Alocação e gestão da mão-de-obra (flexibilidade quantitativa): através da introdução do contrato por prazo determinado, do contrato por tempo parcial, da suspensão do contrato, da lei das cooperativas profissionais, da ampliação da contratação temporária, da denúncia da convenção 158 da OIT; 2) Flexibilização da remuneração: através da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e da Medida Provisória que regulamenta o Plano Real, ao promover mecanismos de controle dos reajustes salariais, o fim da política salarial e a política do salário mínimo; 3) Flexibilização da jornada de trabalho: através do banco de horas, trabalho aos domingos no comércio e trabalho em turnos ininterruptos; 4) Flexibilização das formas de solução de conflitos: Comissão de

---

<sup>19</sup> Cardoso (2003) faz uma crítica deste discurso, diferenciando o *interesse nacional* dos *interesses dos nacionais*.

Conciliação Prévia - CCP), reforma no Judiciário trabalhista e previsão da mediação e arbitragem voluntária (KREIN, 2001, p.102-103).

A seguir faremos uma breve indicação de algumas dessas formas de flexibilização com o objetivo de compreender as características mais gerais destas e perceber o impacto para a classe trabalhadora.

#### 2.4.2 A alocação e gestão da mão-de-obra

Após o Plano Real, foram introduzidas várias medidas que contribuíram para flexibilizar, ainda mais, o processo de contratação e demissão. Uma delas dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, sancionada por FHC com a Lei 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e pelo Decreto nº 2490/1998.

A contratação por Prazo Determinado foi uma medida inspirada numa iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que efetuou uma negociação com 8 sindicatos ligados à FIESP, em 1996, com a finalidade de criar novos empregos (KREIN, 2001; GALVÃO, 2003). Em síntese, a lei estabelecia a possibilidade de a empresa contratar trabalhadores - desde que os acrescente aos já existentes - por tempo determinado de até 24 meses -, através de negociação coletiva com participação do sindicato dos trabalhadores. Como contrapartida, para facilitar a contratação propunha-se uma redução de custos do trabalho através de: a) redução em 50% das contribuições patronais ao Sistema S, Inca, salário-educação e financiamento do seguro de acidentes de trabalho; b) dispensa do pagamento do aviso prévio e da multa dos 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) na rescisão de contrato; c) redução do valor da alíquota do depósito do FGTS de 8% para 2%; e d) introdução do banco de horas, o que possibilita à empresa organizar a jornada de trabalho de acordo com a demanda de produção (KREIN, 2001).

Outra medida foi a das Cooperativas profissionais (Lei nº 8.949, de 9 de dezembro de 1994), que acrescenta parágrafo ao art. 442 da CLT, declarando a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. No parágrafo único a lei estabelece que qualquer que seja o ramo de atividades da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre essas cooperativas e seus associados, nem também entre estes e os que tomaram serviços da cooperativa.

Desta forma, os trabalhadores deixam de ser empregados e tornam-se "sócios" de uma cooperativa. Como "sócios", deixam de ter registro em carteira de

trabalho e perdem os benefícios assegurados como direitos trabalhistas básicos, tais como férias, 13º salário, descanso semanal remunerado e previdência social. Da mesma forma, também não têm os benefícios da contratação coletiva, pois já não são membros de uma categoria profissional (KREIN, 2001).

Conforme indica Krein (2001), apesar desta proposta ter sido apresentada pela oposição, com o objetivo de responder a uma demanda dos setores populares que vinham desenvolvendo experiências de organização cooperativada, os cooperados e as cooperativas acabaram deturpando o sentido solidário que deveria ter esta empreitada. Segundo este mesmo autor, a lei das cooperativas profissionais teve como 'efeito colateral' uma verdadeira avalanche de iniciativas empresariais de criação de cooperativas 'fantasmas'. As empresas aproveitaram-se desta lei para contratar sem ter de pagar os direitos trabalhistas inscritos na Constituição e na CLT e as contribuições sociais vinculadas à folha de pagamento.

Em uma pesquisa realizada numa cooperativa que produzia as bandeiras que foram levadas pelos atletas brasileiros para os Jogos Olímpicos de Pequim, localizada no bairro de Tiradentes, na cidade de São Paulo, Rizek (2010) demonstra a precarização do trabalho nas mais diversas formas como: o não pagamento de horas extras, insegurança de continuidade de emprego e rendimento entre outras. Ela mesma denomina esta cooperativa de falsa cooperativa.

O trabalho em tempo parcial, ou seja, aquele que atinge menos de 25 horas semanais, foi instituído pela Medida Provisória (MP) nº 1709/98, medida esta que fez parte do pacote trabalhista do segundo semestre de 1998. O seu propósito oficial era o de enfrentar o crescente problema do desemprego através da flexibilização no processo de contratação. Ela regulamenta o trabalho parcial, isto é, admite uma jornada de até 25 horas semanais, em que “[...] o regime de tempo parcial será feito mediante opção dos atuais trabalhadores”. O salário, bem como os demais direitos trabalhistas são determinados pela duração da jornada semanal trabalhada (KREIN, 2001).

A utilização desta forma de contrato de trabalho é ilimitada. A MP também não prevê a participação do sindicato na negociação da jornada parcial. Ela pode ser introduzida pela adesão da empresa e pela “opção” individual do trabalhador.

Outra medida implementada no sentido de flexibilizar e precarizar as relações de trabalho foi a da ampliação do contrato temporário, efetuada por meio da Portaria 2, de 29 de junho de 1996. O contrato temporário de forma indireta, através de



empresa interposta, está previsto na Lei 6.019/1974, que prevê a possibilidade de o Ministério do Trabalho e do Emprego ampliar o prazo deste tipo de contratação. O prazo limite era de três meses, com a garantia da maioria dos direitos trabalhistas, menos o aviso prévio e a multa da rescisão sobre o FGTS. No ano de 1996, no entanto, o governo, através do Ministério do Trabalho, editou uma portaria que flexibiliza as regras existentes no que se refere aos motivos para a prorrogação do contrato por mais 3 meses (KREIN, 2001; GALVÃO, 2003).

As medidas indicadas acima, conforme afirma Krein (2001), apesar de serem pontuais, em seu conjunto contribuem para a alteração das relações de trabalho, pois alteram direitos existentes na legislação e redefinem o papel do Estado no âmbito da relação entre capital e trabalho, como também interferem nas perspectivas e limitações do processo de negociação coletiva e, conseqüentemente, na ação e organização sindicais. Noutras palavras “[...] elas indicam uma perspectiva de flexibilizar e desregulamentar direitos e, ao mesmo tempo, pulverizam ainda mais as negociações, o que contribui para uma maior fragilização da regulação pública do trabalho” (idem, p. 136). Em síntese:

Um conjunto de medidas, tais como as cooperativas profissionais, a contratação por tempo limitado, o contrato parcial, a suspensão do contrato, a ampliação do contrato temporário, o banco de horas, a denúncia da convenção 158 da OIT e o afrouxamento da fiscalização dos acordos, apresenta o caráter de desregulamentação de direitos existentes, promovendo uma flexibilização quantitativa do trabalho. Essas medidas contribuem para eliminar ou afrouxar direitos inscritos na legislação brasileira, acentuando a segmentação do mercado de trabalho e gerando, dentro de um mesmo espaço, trabalhadores de duas categorias: os que têm todos os direitos e os que têm uma relação de trabalho mais precarizada. Ou seja, pode acentuar a diferenciação entre os trabalhadores que têm contrato integral e por tempo indeterminado e aqueles que têm contrato por tempo determinado, parcial e temporário, ou, ainda por ser cooperativado ou terceirizado. Assim, ao invés de contribuir para aumentar e universalizar direitos sociais, as medidas ajudam a segmentar a proteção social, diferenciando ainda mais a forma de inserção dos trabalhadores no trabalho e, portanto, na sociedade. As mudanças, com a desregulamentação de direitos, contribuem para uma flexibilização das relações de trabalho, na medida em que fragilizam os trabalhadores e permitem uma maior liberdade das empresas na forma do uso do trabalho (KRIEN, 2001, p. 136-137).

Enfim, todo este processo de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho se inscrevem num processo de aprofundamento da precarização, contribuindo para o aumento da insegurança dos trabalhadores, adoecimento entre tantas outras conseqüências.

Todo este conjunto de medidas, ações e opções políticas indica uma redefinição do papel do Estado nas relações de trabalho. É uma redefinição que tem

possibilitado ao capital uma verdadeira ofensiva à classe trabalhadora, suprimindo ou eliminando os direitos trabalhistas e de proteção social. Medidas que atendem os interesses do patronato como se fossem de interesse da classe trabalhadora. Levadas a cabo pela inevitabilidade de adaptação as novas características de desenvolvimento econômico. O Estado:

Ao promover iniciativas de desregulamentação e flexibilização, ao incentivar negociações descentralizadas, ao desenvolver uma política econômica geradora de desemprego, que desestrutura o mercado de trabalho, ao privilegiar o enfrentamento do movimento sindical e eliminar canais de negociação e conversação, está possibilitando que a regulação privada, definida no jogo dos agentes econômicos no mercado, tenha mais força na determinação do uso do trabalho. Do ponto de vista político e social, engendra-se um processo de privatização das poucas regras públicas e sociais do uso da força de trabalho, com a conivência do governo na burla da legislação trabalhista vigente e ao largo de mecanismos políticos que convençiem outras regras. O vácuo criado pela omissão do Estado na manutenção e renovação das relações de trabalho passa a ser preenchido por processos múltiplos e diversificados de privatização das regras sociais no uso da mão-de-obra. As motivações que conduzem à definição das novas regras de contratação e de negociação coletiva são regidas pelas circunstâncias do mercado, no momento presente caracterizadas pela maior intensidade competitiva dos mercados, reestruturação produtiva e aumento das taxas de desemprego" (CACCIAMALLI, 1998: 13 *apud* KREIN, 2001, p. 136-137)

O Estado teve uma participação ativa no processo de aprofundamento da desregulação e flexibilização nos anos 90, contribuindo para o processo de desestruturação do mercado de trabalho, com aumento do desemprego, do trabalho por conta própria, do trabalho sem registro em carteira e da precarização das condições de trabalho para uma grande parte da classe trabalhadora (KREIN, 2001).

Todas as medidas que tratamos até o momento foram apresentadas como necessárias para o enfrentamento do desemprego; o contrato temporário, o banco de horas, o incentivo às cooperativas profissionais, o trabalho aos domingos, o contrato parcial, foram justificadas sob esta prerrogativa. O governo federal, encampando as ideias patronais, atribuiu aos fatores institucionais, ligados à organização e funcionamento do mercado de trabalho, o cerne da questão do emprego (GALVÃO, 2003).

O conjunto dessas medidas acima centra sua atenção na modificação das relações contratuais. Segundo Krein (2001), vários setores sindicais e diversos pesquisadores têm discordâncias em relação a esta forma de ver o problema, pois enfatizam que a questão do dinamismo do emprego não depende diretamente de uma redução do custo do trabalho, mas do crescimento do consumo, do investimento e das exportações. Mas conforme este mesmo autor "[...] apesar de as medidas

desregulamentadoras e flexibilizadoras não constituírem a principal variável explicativa da desestruturação do mercado de trabalho, elas contribuem para acentuar o processo de precarização do trabalho” (idem, p.151).

Para Krein (2001) a argumentação de que a legislação do trabalho, no Brasil, é muito rígida não se comprova pela realidade do mercado e das relações de trabalho nos anos 90.

No capítulo seguinte analisaremos a proposta de reforma trabalhista da CNI.

## CAPÍTULO III

### 3 ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA DE REFORMA TRABALHISTA DA CNI

Como vimos no capítulo anterior, as reformas pontuais na legislação do trabalho desencadeadas no governo de FHC aprofundaram a precarização das relações e condições de trabalho historicamente presentes desde a formação social brasileira. No governo Lula, foi constituído, em maio de 2003, o FNT, uma instância tripartite com o objetivo de discutir as futuras alterações na legislação trabalhista. Neste fórum, parte do movimento sindical proferiu publicamente suas posições contrárias à proposta de reforma trabalhista. Mas para a burguesia industrial é necessário aprofundar o debate sobre a questão da reforma, já que a “modernização” das relações do trabalho no Brasil é fundamental para a competitividade da indústria brasileira neste mercado global marcado pela concorrência.

Neste capítulo buscar-se-á explicitar, e analisar, as pautas do empresariado para a reforma trabalhista, tendo como objetivo confrontar o posicionamento do empresariado em relação à reforma trabalhista e a realidade concreta do mercado de trabalho no Brasil. Ao fazermos isso, buscamos dar mais um passo na tentativa de evidenciar a nossa hipótese de que, dado o quadro de precarização do trabalho, é de se esperar que a proposta educacional fundamentada para adaptação a este trabalho seja também precária, apropriada para o trabalho simples.

Para alcançar o objetivo traçado acima será utilizado o documento *Conclusões do 3º Encontro Nacional da Indústria 2008* (CNI, 2008). Neste documento os empresários brasileiros apresentam um extenso panorama e recomendações ao Estado brasileiro sobre diversos temas como: inserção internacional da economia brasileira, infraestrutura, tributação, inovação e produtividade da indústria, meio ambiente, política econômica e relações de trabalho. Dados os limites do tema deste trabalho analisaremos somente a parte do documento dedicada ao *Sistema trabalhista e impactos na competitividade industrial*, que está dividido em cinco partes, assim intituladas: terceirização; despesas de contratação; conflito e insegurança jurídica nas relações do trabalho; rotatividade; e questões de saúde e segurança do trabalho.

Escolhemos este documento porque é o que expõe de forma mais objetiva as questões que buscamos discutir neste texto. Nos demais encontros realizados até 2013 essas questões foram reafirmadas, mas o conteúdo da reforma foi exposto de

forma mais genérica. A CNI também publicou em 2012 o documento “101 proposta para a modernização trabalhista”, e como o título já indica, o texto trata de 101 questões sobre os mais variados temas na relação jurídica entre capital/trabalho, mas, como nosso objetivo não é escrutinar sobre todas as reivindicações do capital, decidimos por analisar o que o próprio capital tem levantado como urgente e essencial para a competitividade da indústria brasileira e que tem forte impacto sobre a classe trabalhadora. No entanto, utilizaremos deste documento – 101 propostas para a modernização trabalhista – a parte correspondente ao tratamento da questão da reforma, buscando explicitar o que é para a burguesia industrial a modernização trabalhista. Em seguida, retomaremos a análise do documento proposta para este capítulo, a saber, o *3º Encontro Nacional da Indústria 2008* (CNI, 2008).

### **3.1 Posição da CNI sobre as relações de trabalho**

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2012), são muitos os desafios para o Brasil manter seu crescimento econômico, que, é bom recordar, é a base do projeto de sociedade na perspectiva empresarial. Entre estes desafios está a “modernização” das relações de trabalho, pois elas definem aspectos diretamente relacionados à qualidade do emprego, com proteção do trabalhador e de seus ganhos. Ao mesmo tempo, ao impactar diretamente os custos de produção e os níveis de produtividade, influenciam a propensão que os empregadores têm para investir e abrir vagas.

Segundo os empresários, é amplamente reconhecido que o sistema trabalhista do país não atende às necessidades da sociedade brasileira contemporânea. Calcado em um regime legalista “rígido” (é assim que caracterizam sempre a CLT) e com pouco espaço para negociação, a regulação tem escassa conexão com a realidade produtiva. Reflexo disso, conforme apontam os industriais, é que o trabalho formal no Brasil tem um alto grau de conflito e de insegurança jurídica o que configura uma barreira ao crescimento da produtividade. (CNI, 2012).

É interessante observar que para os industriais os conflitos são motivados pela ineficiência e pela falta de clareza na legislação do trabalho e não por questões estruturais como a exploração do trabalho e o não cumprimento por parte dos empregadores do que está previsto em lei entre outros. Para eles as barreiras imposta pela rigidez e inadequação da legislação trabalhista tem prejudicado o crescimento e

a inclusão social, já que, no fim das contas, prejudica a produtividade e competitividade da indústria. É neste sentido que, segundo a CNI, modernizar as relações de trabalho deve ser um objetivo a ser perseguido. Para os empresários esta modernização é fundamental para sustentar o ingresso de dezenas de milhões de brasileiros no mercado de trabalho formal.

Apesar de atribuir um papel central na modernização das leis trabalhistas como geradoras de emprego, a própria CNI reconhece neste mesmo documento (101 proposta para a modernização trabalhista, CNI 2012), que é difícil estabelecer uma relação segura entre as reformas pontuais realizadas desde a década de 90 e o aumento do emprego formal no Brasil na última década. Ou seja, ainda não é possível afirmar o que eles mesmos estão afirmando: a modernização das leis trabalhista gerará mais empregos.

No documento “A regulação do trabalho no Brasil: obstáculo ao aumento da renda e do emprego” é apresentado os critérios adotados mundialmente para avaliar a rigidez das relações de trabalho dos países:

Os contratos por prazo determinado podem ser aplicados apenas para trabalhos temporários; O prazo máximo legal de duração desses contratos é inferior a três anos (o Art.445 estipula o prazo máximo de dois anos). Há restrições ao trabalho noturno, que é remunerado 20% acima do diurno; Há várias restrições ao trabalho aos domingos; O dia de trabalho, incluindo as horas extras, não chega a 12 horas (é de, no máximo, 10, segundo os Art. 58 e 59) As férias anuais pagas são superiores a 21 dias (o Art. 130 fixa em 30 dias corridos); Toda demissão precisa ser notificada; A redundância não é considerada causa justa para demissão; Toda demissão sem justa causa implica pagamento de multa pela empresa (SAISSE, 2005, p.08).

O que caracteriza a regulação do trabalho como rígida é justamente o que garante o mínimo de dignidade e qualidade de vida para o trabalhador. Para o capital os limites de utilização da força de trabalho impedem a competitividade das indústrias, limita o crescimento do país, e torna-se um obstáculo para a geração de mais e melhores empregos. Esta relação entre a rigidez da regulação do trabalho e geração de novos empregos pelo menos em um aspecto não se confirma. Segundo Arouca (2004), em 2002 cerca de 7.060 milhões de vagas deixaram de ser criadas devido ao elevado número de pessoal que trabalharam acima de 44 horas. Isto é, a possibilidade do capital de estender a jornada de trabalho é um limitador na geração de emprego. Na verdade, o capital busca reconhecimento da sociedade da importância de se promover uma modernização das leis trabalhista indicando que este processo irá beneficiar tanto aos empresários como aos trabalhadores, mas a realidade aponta ao contrário, o beneficiado é só o capital.

Voltando ao documento sobre as 101 propostas, para a CNI a adequada regulação das relações de trabalho e as novas transformações do processo produtivo servirão de incentivo ao investimento empresarial e à geração de empregos de boa qualidade, além de, nas palavras do presidente da CNI, “estimular o mérito e a produtividade”. Esta adequação pode ainda garantir um ambiente de negócios que permita que as empresas possam conciliar retorno financeiro e responsabilidade social, com remuneração justa e cumprimento dos direitos dos trabalhadores. Por outro lado, nas circunstâncias em que as relações do trabalho não são adequadamente reguladas, esse fato gera custos desnecessários, burocracia e insegurança jurídica, e, desta forma, pode-se comprometer a sobrevivência das empresas e o processo de desenvolvimento econômico e social do país (CNI, 2012).

Segundo os empresários a legislação trabalhista no Brasil é inadequada ao cenário econômico com tantas transformações. A CLT, que foi decretada na década de 40 do século passado, é vista pelo empresariado como um grande obstáculo para a competitividade da indústria brasileira. Segundo a CNI (2012), não se pode negar o importante papel que essa legislação cumpriu durante décadas, trazendo conceitos e valores relevantes para uma relação de trabalho mais humanizada. No entanto, hoje, com organizações sindicais mais estruturadas e fortalecidas, com o amadurecimento de instrumentos de negociação coletiva validados pela Constituição Federal de 1988 e com trabalhadores com nível de formação e qualificação melhores, é possível repensar a legislação e avançar no seu processo de modernização (CNI, 2012)<sup>20</sup>.

Para os empresários, quanto mais se fala de mundo do trabalho moderno, de trabalhadores altamente qualificados, que usam principalmente conhecimento, mais se percebe a desconexão do sistema trabalhista com a realidade. Isto limita a produtividade, reduz os ganhos do trabalhador, aumenta seu desconforto, reduz a segurança jurídica do contratante e aumenta os custos, entre outros impactos negativos.

O que a CNI deixa de dizer é que os postos de trabalhos que tem exigido trabalhadores altamente qualificados têm diminuído a cada ano. Como indica Harvey

---

<sup>20</sup> Na verdade, o que se tem hoje não é o fortalecimento dos sindicatos, mas, ao contrário, sua fragilidade é evidente no cotidiano das relações laborais, em que cada vez mais os trabalhadores são submetidos a pressões de toda ordem no ambiente de trabalho, e a presença social do desemprego garante para o capital a eficácia da pressão. Os sindicatos, especialmente os que representam os setores privados, por não terem na maioria das vezes constituído uma história de resistência, entregaram-se ao capital, não se constituindo atualmente em fonte de resistência significativa.

(2010), o número de trabalhadores que estão no centro do mercado de trabalho e que são mais bem qualificados é um núcleo pequeno se comparado a grande massa de trabalhadores, além disto, como ressalta Mészáros (2006), mesmo estes trabalhadores tem sofrido o processo de precarização do trabalho.

Para o empresariado industrial a incompatibilidade entre a legislação em vigor e as necessidades das diferentes realidades, bem como a ausência de regras claras e o reduzido espaço dado às negociações criam um ambiente de insegurança jurídica nas relações do trabalho (CNI, 2012).

Uma questão que merece destaque é que neste documento os empresários reconhecem que apesar da importância da inovação e da qualificação de recursos humanos para o crescimento da produtividade da indústria, o principal obstáculo para este crescimento é a regulação trabalhista (CNI, 2012). Em outro documento, o *Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022*, no entanto, os empresários afirmam que a educação é a base, o principal pilar para a produtividade e crescimento do país<sup>21</sup>.

Na verdade, o que se pode apreender nesta observação destacada acima, é que o que de fato é fundamental para o capital é a possibilidade de explorar cada vez os trabalhadores e, com isso, gerar mais mais-valia, numa combinação eficiente entre a forma de mais-valia absoluta e mais-valia relativa, possibilitadas pelas novas formas de gestão do trabalho, inovação tecnológica e pela implementação dos processos de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho. Apesar de a educação aparecer como uma questão central para as demandas do capital, na verdade as suas proposições sobre reforma trabalhista demonstram a verdadeira intenção do capital para as propostas educacionais, isto é, adaptação/conformação a um mercado de trabalho precarizado. É este o limite entre os discursos de educação para o trabalho e as proposta de reforma trabalhista que esta dissertação tem tentado demonstrar.

Seguindo a explicitação do documento, para a CNI, a regulação do mercado de trabalho não foi alcançada pelas reformas “modernizadoras” da década de 1990. A regulação brasileira se encontra entre as mais rígidas do mundo e representa um dos principais focos de ineficiência do sistema econômico do país. O documento ainda aponta que a regulação atual não protege o trabalhador e “[...] coíbe a alocação

---

<sup>21</sup> A contradição entre um discurso educativo de qualidade para a população e uma proposta que precariza o trabalho em nome da acumulação, somente é contraditória na aparência, mas, na verdade, é uma posição legítima da ideologia burguesa, o que tentamos aqui neste trabalho é demonstrar criticamente esta posição da CNI.



eficiente do fator trabalho: 60% da população ocupada trabalha no segmento informal (PNAD 2003) e as empresas contratam menos, investem menos e crescem menos do que poderiam” (CNI, 2012, p.05). A rigidez da legislação trabalhista é, para a burguesia industrial, a principal responsável pela informalidade e limitadora da criação de empregos de qualidade.

É preciso, portanto, modernizar. Um sistema trabalhista moderno, segundo os empresários, é formado por uma base legal que trata dos direitos fundamentais e estabelece as “regras do processo de diálogo” entre as partes envolvidas, o restante definido por negociações que levem em consideração especificidades setoriais, regionais e mesmo da cada empresa e de cada trabalhador. Nesse sentido, seria preciso substituir um modelo em que quase tudo é definido em lei e muito pouco é negociado, por um outro que privilegie a negociação e reduza a tutela estatal homogênea.

Destacamos duas questões quanto à concepção da CNI do que seria um moderno sistema trabalhista. A primeira é que assegurar os direitos fundamentais ou o mínimo de dignidade no trabalho não tem nada de moderno, moderno seria ampliarmos os direitos fundamentais. A segunda é que não há igualdade neste jogo de livre negociação entre as partes, pois, como demonstramos no capítulo anterior, os sindicatos têm jogado na defensiva, assim como a terceirização, o desemprego e as formas de controle do capital sobre o trabalho, tem diminuído o poder dos sindicatos, propor a livre negociação nos dias atuais representa como sintetizou Borges (2004, p.81) “o embate entre a força e o enforcado”.

É importante destacar também que para a burguesia industrial moderno é tudo aquilo que favorece ao capital. As propostas para modernização das relações de trabalho, por exemplo, implica em muitos casos a legalização de formas de trabalho precário já superados legalmente no início da revolução industrial, mas ainda assim, são alçadas à posição de modernas. Como vimos no capítulo anterior, o capitalismo contemporâneo tem aprofundado a precarização do trabalho, as proposições de modernização sugeridas pelo capital são, assim, mais um passo de acentuação deste processo.

Em resumo, para a burguesia industrial as relações de trabalho se tornaram defasadas diante das transformações ocorridas no sistema de produção. A legislação não atende mais aos interesses nem dos empresários e nem dos trabalhadores. Para

os empresários é preciso flexibilizar, possibilitar a livre negociação entre as partes envolvidas, evitando conflitos de ordem trabalhista, é preciso modernizar.

### **3.2 A posição da CUT sobre o documento 101 proposta de modernização trabalhista**

A CUT publicou no dia 10 de janeiro de 2013 um artigo escrito por Marcello Azevedo, Secretário de Relações da CUT-RJ, fazendo uma análise crítica do documento da CNI descrito anteriormente. O próprio título já sintetiza o conteúdo da crítica: *A modernidade da selvageria (O “custo CNI”)*. Segundo o autor, o conjunto de 101 propostas para modernização trabalhista apresentado pela entidade empresarial é um “[...] corolário de argumentos flexibilizadores e dito modernizantes.”

Para Azevedo (2013) as críticas apresentadas pelo capital só reforçam o que dizia Marx, para quem “[...] o capitalismo só garante o necessário à reprodução da força de trabalho”. Neste sentido todas as reclamações feitas à legislação, a saber: rigidez legalista; falta de conexão com a realidade; o custo da mão-de-obra formal e da insegurança jurídica para os “empreendedores”, são uma demonstração clara de que o único objetivo do capital é a tentativa de eliminar qualquer garantia trabalhista que não esteja ligada imediatamente a sua sobrevivência.

Ressalta também que o documento apresenta o custo da mão-de-obra como o grande responsável pelo entrave ao desenvolvimento econômico e a competitividade empresarial. Segundo Azevedo (2013) é interessante notar que para o cálculo dos empresários tudo além do salário mensal é considerado custo: férias, licenças, 13º salário, previdência, PIS e FGTS e outros salários indiretos. Isto é, as conquistas dos trabalhadores são consideradas custo e obstáculos para a competitividade e geração de empregos. Azevedo (2013) lembra ainda que as propostas apresentadas pela CNI atingem de forma direta todo o “espectro” das relações de trabalho, tais como a jornada de trabalho, a contratação, a PLR, remuneração, Previdência, acidentes de trabalho, descansos, direitos das mulheres (inclusive gestantes), cotas, condições de trabalho e FGTS. Ou seja, nas palavras dele, “[...] querem retirar ou flexibilizar tudo aquilo que foi conquistado com muita luta pela classe trabalhadora”. Segundo o autor, “[...] a modernidade do Século XXI da CNI é embasado em relações de trabalho do século XIX”.

O autor ainda ressalta – como também têm apontado vários estudiosos como Cardoso (2003); Krein (2001) e Galvão (2003), entre outros – que o empresariado reclama da justiça do trabalho, mas, “[...] se não se especializassem em muitos casos em burlar a lei para garantir seus lucros, não haveria tantos processos”. E continua, “[...] se houvesse trabalho decente não haveria tanto conflito trabalhista, a maioria deles ligado às condições de trabalho e de remuneração”. Para Azevedo (2013), a “irracionalidade” da legislação que é apontada pela CNI é fruto da irracionalidade de grande parte do empresariado nacional nas questões trabalhistas.

O autor também questiona o privilégio dado pela CNI às negociações coletivas em detrimento do legislado, afirmando que será a livre negociação entre os totalmente desiguais. E ainda ressalta que nem a negociação coletiva hoje é respeitada por grande parte dos empresários. Desta forma indaga sobre o que pode acontecer sem legislação, e ratifica “vai ser uma retirada em série de direitos e conquistas”.

Quanto à baixa produtividade da mão-de-obra brasileira em comparação a locais onde ela é quase escrava como em grandes espaços da China, o autor destaca que a maior produtividade destes países está diretamente ligada a baixos salários e nenhum direito. Reforça também que a taxa de lucro das empresas nacionais é muito maior do que em empresas similares pelo mundo. Para Azevedo (2013) o que fica evidente é a busca da retirada de direitos, chamadas pelo capital de redução de custos, para aumentar o lucro. Para autor o que se deve de fato discutir é o custo da saúde dos trabalhadores, muitas vezes expostos a condições indignas de trabalho, o custo da insegurança dos trabalhadores perante as demissões, - como demonstra vários estudos têm gerado várias doenças crônicas nos trabalhadores – o custo da não aposentadoria, o custo da exploração da sobrejornada, o custo da superexploração dos salários, entre tantos outros, e concluir dizendo que “[...] se tiver alguém que paga caro para desenvolver o país é a classe trabalhadora e não os detentores do capital”.

O autor termina o artigo enfatizando que a CUT quer modernizar as relações trabalhistas, mas de forma que possa agregar direitos e manter conquistas em termos trabalho decente. Um trabalho reconhecido, respeitado, com direito a representação política nos locais de trabalho. Sobre a modernidade do documento da CNI é a modernidade da selvageria, da desregulamentação e da precarização.

A seguir apresentaremos as orientações e recomendações da CNI construídas a partir de consultas realizadas com as federações estaduais e

associações setoriais, e consolidada no 3º Congresso Nacional da Indústria – ENAI, realizado nos dias 28 e 29 de outubro de 2008, em Brasília. Como indicamos no início deste capítulo, o foco da nossa análise é na parte em que trata sobre as relações de trabalho.

### **3.3 Sistema trabalhista e impacto na competitividade: a concepção da CNI**

Na introdução deste tópico o documento afirma que as instituições do trabalho – legislação, Justiça do Trabalho e organização sindical – necessitam ser ajustadas às novas características dos sistemas de produção, marcado pelas inovações tecnológicas, de gestão empresarial e da organização do trabalho. Indicam também que é fundamental a disposição dos atores para o diálogo, para se promover as reformas que foram inconclusas (refere-se às iniciadas no governo de FHC).

Neste sentido é que são propostas as reformas a seguir com o objetivo de aperfeiçoar a legislação de modo a garantir proteção e condições dignas ao trabalhador e segurança jurídica para as empresas.

O primeiro item é a terceirização. Para a CNI a terceirização é fundamental para o crescimento econômico, e tem uma importância crescente na gestão das empresas. O principal problema da terceirização no Brasil, segundo o documento, é a ausência de regulamentação, que gera insegurança jurídica para as empresas e desproteção para trabalhadores. Para os industriais a terceirização diferencia-se da intermediação de mão-de-obra, e refere-se à contratação de serviços e não de recursos humanos. Segundo os empresários sem esse tipo de contratação, a economia perderia eficiência e também empregos.

As recomendações, portanto, são para que se promova a regulamentação, em caráter de urgência, garantindo proteção aos trabalhadores e segurança jurídica para as empresas, o que exige a superação de certas imprecisões na aplicação deste subterfúgio trabalhista, que permita a terceirização de serviços inerentes a qualquer atividade da contratante, sem a inadequada distinção entre atividade meio e atividade fim, e que ofereça proteção aos trabalhadores e contratantes de prestadores de serviços mal intencionados. No que diz respeito à terceirização de serviços para qualquer atividade meio ou fim, a CNI tem acompanhado e publicado no documento *Agenda Legislativa da indústria* (CNI, 2013) sua posição favorável ao PL n. 4302/1998 que está parada na câmara dos deputados, e que dispõe sobre este tema.

No documento “Sondagem Especial”, de abril de 2009, são apresentados alguns dados sobre a terceirização. Segundo o documento 54% das empresas industriais utilizam serviços terceirizados, sendo que na média da indústria 14% dos funcionários são terceirizados. Um dado importante é que 91% das empresas que terceirizam consideram a redução de custos o principal determinante para a decisão de terceirizar; o outro é que esta é uma tendência crescente, já que 79% das empresas industriais que utilizam serviços terceirizados deverão manter ou aumentar o número de terceirizados nos próximos anos.

Ainda segundo este documento acima citado, 12 dos 27 setores da indústria de transformação pesquisados, o percentual de terceirização de seus serviços é superior a 60%. Dentre esses setores destacam-se: Edição e Impressão (72%), Refino de Petróleo (71%), Máquinas e Equipamentos (69%), Álcool (69%), Farmacêuticos (68%) e Outros Equipamentos de Transporte (67%) (CNI, 2009).

Esse dado é interessante porque demonstra, confirmando o que tem sido apontado por vários estudiosos, que a terceirização tem se intensificado nos mais diversos setores, e mesmo naqueles considerados de ponta e que exigem mão-de-obra mais qualificada, como é o caso das refinarias e o setor farmacêutico. Considerando que a principal justificativa apresentada pelas empresas brasileiras para a terceirização é a redução de custos, e que isso se faz entre outras formas com salários mais baixos, intensificação do trabalho entre outras, e que este processo atinge empresas que exigem trabalhadores mais bem qualificados, é possível de dizer que a precarização do trabalho não é só para os que não investiram em seu capital humano, como a ideologia empreendedora quer fazer acreditar.

Voltando ao documento, apesar das vantagens que a terceirização propicia, ainda existem alguns problemas, entre eles, segundo os empresários, está a menor qualidade e os custos maiores do que os esperados. Outro problema apresentado pelos empresários é a insegurança jurídica e possíveis passivos trabalhistas.

Segundo a pesquisa cujo resultado foi apresentado neste documento, metade das empresas (51%) proporciona aos trabalhadores terceirizados o mesmo tratamento dado aos trabalhadores da empresa. Além disto, segundo a pesquisa 46% das empresas estimula a empresa contratada a capacitar os trabalhadores terceirizados, e no caso das grandes empresas esse percentual sobe para 56%. De fato, talvez o tratamento seja igual no que diz respeito a oferecer o mesmo refeitório,

a mesma área de lazer e o transporte, no entanto, o que mais importa para o trabalhador, isto é, a igualdade de direito e salários é negligenciada.

No seminário “SINDEEPRES: Relações do Trabalho Terceirizado” promovido pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo – em comemoração aos seus 20 de atuação, o professor e pesquisador Márcio Pochmann apresentou um estudo sobre o trabalho dos terceirizados. Segundo Pochmann (2011) nas mais distintas modalidades empresariais de terceirização de mão-de-obra, pode-se destacar alguns dos principais impactos gerados no emprego. Primeiramente, a presença de forte rotatividade no emprego da mão-de-obra, cuja taxa chega a ser duas vezes maior do que a praticada para o trabalhador não terceirizado. Outro impacto é que o pagamento de remuneração ao trabalhador terceirizado representa, em média, a metade do equivalente pago à mesma função exercida por trabalhador não terceirizado.

Enfim, a terceirização traz benefícios somente para o capital, os trabalhadores tem tido os seus direitos negados, convivido com a insegurança, haja vista o alto índice de rotatividade nessas empresas, além de salários em média 50% mais baixo em relação aos trabalhadores não terceirizados.

Na década de 90, a terceirização constituiu a principal forma de flexibilização do contrato de trabalho. A terceirização está presente em praticamente todos os segmentos econômicos, mas com mais intensidade no setor de serviços: desde a subcontratação de uma rede de fornecedores com produção independente, passando pela contratação de empresas especializadas de prestação de serviços de apoio e pela alocação de trabalho temporário, até o trabalho domiciliar (KREIN, 2007).

No campo das relações de trabalho, a terceirização se manifesta de cinco formas distintas:

- 1) como forma de rebaixar a remuneração do trabalho e dos benefícios, sem necessariamente sonegar a legislação trabalhista; 2) como relação de emprego triangular, por meio de agências de intermediação de mão-de-obra, via contratação temporária [...]; 3) como forma de mascarar a relação de emprego, por meio da contratação de cooperativas, pessoa jurídica, autônomo, trabalho estágio; 4) como expressão da informalidade; e 5) como expressão da especialização da atividade sem que signifique necessariamente um rebaixamento no patamar de direitos existentes (idem, p.193).

O processo de terceirização baseado na redução de custos tende a fortalecer as relações de trabalho mais heterogêneas, incluindo o trabalho por conta própria sem

proteção social e a contratação de trabalhadores sem registro como forma de obter competitividade para sobreviver no mercado (idem). Desta forma, a terceirização pode ser considerada a principal forma de flexibilização e precarização do trabalho. Este processo acaba por institucionalizar a instabilidade, traduzido como precarização. Portanto, o processo de flexibilização e precarização expressa uma instabilidade instituída, também e centralmente, como forma de dominação social do trabalho (DRUCK, 2013). Trata-se de precarização social.

Segundo Druck (2013) a terceirização é um fenômeno velho e novo. Velho porque foi utilizado desde a Revolução Industrial até o auge do fordismo e do estado de bem estar social, na Europa e nos Estados Unidos; no Brasil, aparece desde os primórdios da industrialização, mas sua origem está na agricultura que se apoiava no trabalho tipicamente sazonal. E é novo porque ocupa um lugar central nas novas formas de gestão e organização da produção e do trabalho, inspirado no toyotismo, no bojo da reestruturação produtiva, como resposta à crise do fordismo.

O caráter de novo é dado pela amplitude, pela natureza e pela centralidade que a terceirização assume no contexto da flexibilidade e da precarização do trabalho, neste contexto de mundialização do capital. Trata-se de um processo de metamorfose, já que a terceirização deixa de ser utilizada de maneira marginal ou periférica e torna-se prática essencial para a flexibilidade da produção, dos contratos e do emprego (idem, p. 66).

Este processo de disseminação da terceirização pode ser constatado em todos os tipos de atividades e setores. No setor público, desde os anos 90 no âmbito da reforma do Estado este processo passou a ocupar lugar estratégico, com a aplicação do “paradigma gerencialista” da administração pública; “[...] a flexibilização/precarização deu-se por meio de programas de incentivos à aposentadoria e à demissão voluntária, do congelamento de salários e da suspensão de concursos públicos” (DRUCK, 2013, p. 66).

No setor privado, a terceirização expandiu-se para todas as áreas. O setor bancário indica a evolução desta forma de flexibilização ou precarização do trabalho. Segundo Druck (2013), entre 1994 e 2005 enquanto o número de bancários caiu de 26,47% o de “não bancários” (terceirizados) subiu 39,54% e, em 2005, representava 32% do total dos trabalhadores de banco.

No setor industrial, a terceirização ocorreu de início em atividades consideradas periféricas, com serviços de limpeza, vigilância, alimentação e outros, mas depois se propagou gradativamente para todas as áreas, num movimento indiscriminado, em que não existe mais a distinção entre “atividade fim” e “atividade

meio”. Um exemplo deste movimento pode ser observado na indústria química, petroquímica e petrolífera.

no polo petroquímico de Camaçari, o estudo constatou que de um total de 8.204 trabalhadores (incluindo empregados permanentes, contratados por tempo determinado e terceirizados), 36,3% eram permanentes e 63,4% eram terceirizados. A remuneração de trabalhadores terceirizados era de 1,4 a 5 vezes menor do que a dos permanentes. No caso da indústria petrolífera, monopolizada pelo Estado, se evidencia um dos efeitos mais perversos da terceirização: os acidentes de trabalho e, entre eles, os acidentes fatais. Em 2007, 16 trabalhadores morreram em acidentes de trabalho na empresa, dos quais 15 eram terceirizados (FRENTE NACIONAL DOS PETROLEIROS, 2011 *apud* DRUCK, 2013, p.67).

A terceirização tem evidenciado um avanço da precarização para os trabalhadores na forma de salários mais baixos, de redução de direitos e mesmo de negação da condição de emprego, como indicamos no início deste item. Além disto, ocupa um lugar central como estratégia de dominação das empresas, pois cria uma divisão entre os trabalhadores (primeira e segunda categorias) e acirra as diferenças, constituindo uma fragmentação, que limita a organização coletiva e sindical (DRUCK, 2013).

O outro item se refere à despesa de contratação, segundo os empresários industriais as despesas de contratação no Brasil são muito elevadas em razão da incidência direta de várias contribuições e dos custos de demandas judiciais que resultam da complexa legislação. Essa legislação não é clara nem adequada à contratação de recursos humanos na forma de pessoa jurídica, trabalho cooperado, trabalho por tarefas entre outros.

O peso dessas despesas é maior nas pequenas e microempresas. O Supersimples<sup>22</sup>. Reduziu a burocracia e a carga tributária e previdenciária, o que

---

<sup>22</sup> O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Segundo Melo (2010), em termos de flexibilidade das relações trabalhistas, esta contempla plenamente as demandas da CNI, pois elimina boa parte da burocracia e dos custos envolvidos na contratação e demissão de mão-de-obra, que, como já foi visto, constitui-se em um dos impeditivos, do ponto de vista empresarial, para a ampliação das contratações e, logo, da redução do desemprego no país. No entanto, no que se refere aos trabalhadores, esta legislação deteriora ainda mais as condições de trabalho, reduzindo garantias e mesmo elementos de composição salarial. Sobre isso a leitura do Art. 51 do PLP fala por si mesmo. Mas, além das perdas de direitos de 50% da força de trabalho brasileira, a PLP ainda traz como prejuízo para a sociedade a precarização da fiscalização trabalhista, que pode garantir direitos aos trabalhadores, e, por outro lado, punir a má conduta, omissão ou mesmo crimes patronais em relação aos direitos trabalhistas, previdenciários e relativos à SST.



poderia, inclusive, prejudicar os trabalhadores, caso fosse seguido pela proposta do Super Simples Trabalhista<sup>23</sup>.

Para mudar este cenário os empresários insistem que é fundamental reduzir os encargos sociais da folha de pagamento, em especial para as micro, pequenas e médias empresas, criando o “Super Simples Trabalhista”; reduzir encargos sobre a folha contemplando situações específicas, tais como contratação do primeiro emprego, período de experiência, contratos por tempo determinado de até um ano e por conta própria; construir política para desburocratizar o processo de contratação do trabalhador e incentivar o aumento da contratação pessoal; permitir o enquadramento do prestador de serviços autônomo no Simples Nacional.

As orientações apresentadas pela CNI confronta-se com o que ela tem chamado de modernização do sistema trabalhista. Conforme ressalta Melo (2010), ao defender a flexibilização das formas de contratação de trabalhadores, como cooperados, por tarefa ou como pessoa jurídica, demonstra claramente que a competitividade industrial em pleno capitalismo no século XXI, convive harmoniosamente com formas de relações trabalhistas antigas, como o trabalho por tarefa. Como vimos no capítulo anterior, as cooperativas de trabalhadores se tornaram alternativas ao capital para escaparem das contribuições trabalhistas como o FGTS e a multa de 40% do FGTS, em caso de demissão, entre outros encargos sociais para com os trabalhadores. Sobretudo, ainda sobre o trabalho cooperativo, Melo (2010) destaca que sobre ele ainda recai uma ideologia da autonomia, do trabalho em grupo, da capacidade de empreender, da união dos trabalhadores em torno de um ideal, enfim, ideias vinculadas ao cooperativismo, mas que, na verdade, escondem a real situação de precarização que significa esta modalidade de vínculo trabalhista.

O terceiro item da pauta sobre o sistema trabalhista trata do conflito e insegurança jurídica nas relações do trabalho. Segundo os empresários o arcabouço legal-regulatório no Brasil para as relações do trabalho estimula o conflito e aumenta os custos para as empresas e para a sociedade.

O problema, segundo a CNI, é que a legislação ancorada na CLT, não acompanhou o avanço dos processos produtivos e a dinâmica tecnológica, fazendo

---

<sup>23</sup> Institui o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), de 14 de dezembro de 2006, na forma que especifica. Este projeto de lei pode precarizar ainda mais a situação do trabalhador no Brasil.

com que os novos modelos de organização da produção sujeitem as empresas à insegurança jurídica e os trabalhadores à falta de proteção. Ou seja, a CLT estaria ultrapassada em relação os novos paradigmas da produção capitalista contemporânea.

Portanto, para a CNI é necessário promover a modernização e simplificação da legislação trabalhista, ampliando tratamento diferenciado para PME's, sem que isso traga prejuízo de garantias de direitos essenciais dos trabalhadores. É fundamental também aperfeiçoar legislação trabalhista eliminando os vácuos e ambiguidades com o fim de reduzir a insegurança jurídica e evitar a necessidade do Judiciário atuar com legislador positivo nas questões. Outra orientação é o aperfeiçoamento de ações imediatas em matéria que dependa apenas do Executivo e encaminhar as proposições pertinentes ao Legislativo. Ainda sugerem que se desenvolva processo educacional para difundir conhecimento sobre a realidade empresarial e garantir efetivo exercício da justiça nas demandas judiciais trabalhistas.

Um item que vale destacar é o que sugere o desenvolvimento de iniciativas para que a atuação do fiscal do trabalho tenha caráter mais educativo e estabelecer regras claras que não deem margem a interpretações da legislação. Ora, os empresários que conseguem definir ações tão complexas para a modernização do sistema de regulação do trabalho, precisam ser orientados pelos fiscais para cumprir normas básicas do trabalho? Na verdade, o que os empresários querem é descumprir a lei e, ao invés de serem multados por isso, sejam simplesmente “orientados” para cumprir o que está na lei. Ainda apontam para a necessidade de aperfeiçoar a legislação para permitir novas modalidades de contrato de trabalho, mais flexíveis, que contemplem as novas tecnologias e que considerem as peculiaridades dos setores; estimular na legislação o acordo entre as partes, garantindo sua prevalência; melhorar legislação em aspectos como ampliação do valor e do espaço de negociação coletiva. – isto é, a prevalência do negociado sobre o legislado, entre outras.

O primeiro ponto que merece destaque é a crítica à rigidez da regulação do trabalho, como vimos no início deste capítulo, para a fração da burguesia industrial a CLT é insuficiente para atender às novas necessidades impostas pela concorrência do mercado global. Cabe ressaltar, no entanto, que o mercado de trabalho no Brasil é um dos mais flexíveis do mundo, além do mais os empresários ainda burlam a lei, como afirmou Arouca (2004). As outras formas de contrato estabelecidas na década de 90 como contrato por tempo determinado e o contrato por tempo parcial que foram

criados sob o pretexto de gerar mais empregos, como vimos, causaram mais desemprego, e aumentaram precarização do trabalho.

Como bem ressalta Melo (2010) é claro que a simplificação da legislação é uma demanda não apenas do empresariado, mas de todos os trabalhadores, afinal de contas as ambiguidades nas interpretações da lei na maioria das vezes favorece ao capital. No entanto, o consenso sobre o conteúdo desta reforma na legislação trabalhista torna-se quase que impossível. Isto porque não se pode excluir destas propostas os interesses antagônicos de classe, as propostas do capital tendem a precarizar o trabalho, e os trabalhadores lutam para manter – mais do que para conquista novos direitos, tendo em vista a ofensiva do capital aos direitos conquistados – condições dignas de trabalho e melhores salários.

A livre negociação exposta acima é defendida como de fundamental importância para a indústria brasileira. Segundo Pastore (2013) o negociado prevalecer sobre o legislado é um processo de modernização nas relações de trabalho no país, e pode contribuir para as empresas contratarem mais. Na livre negociação, os empresários e trabalhadores definem, de comum acordo, aspectos como jornada de trabalho e remunerações, prevalecendo sobre a lei. Para este autor o problema é que o brasileiro não acredita, na área trabalhista, em algo que não está no contrato, mas somente no que está escrito. Ora, esta posição é realmente curiosa, os próprios documentos da CNI e este mesmo autor que citamos acima dizem que os empresários não cumprem a lei porque ela é rígida, engessa as relações entre empregador e empregado, mas se os empresários não cumprem o que está escrito, isto é, o que são obrigados a cumprir, o que nos faria crer que estes mesmo empregadores cumpriria o que não são obrigados a cumprir?

Apesar de a livre negociação parecer, no nosso ponto de vista, uma séria ameaça aos trabalhadores, não é assim que pensam os Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC. Em setembro de 2011 foi lançada uma cartilha que contextualiza e apresenta a integral ideia de um projeto de lei no campo da negociação coletiva denominado de *Acordo Coletivo Especial*. Segundo o presidente do Sindicato, Sérgio Nobre, esta cartilha é a contribuição dos trabalhadores metalúrgicos das bases dos sindicatos do ABC para a modernização das relações de trabalho no Brasil. Vejamos o que propõe este sindicato.

Segundo esta cartilha, está cada vez mais consolidada a ideia de que o Brasil não pode mais prescindir de uma legislação que sustente e promova a negociação

coletiva para atender e dar soluções, com segurança jurídica, a demandas e conflitos específicos entre empresa e trabalhadores. A regulação atual não dá conta dessa especificidade por ter um caráter uniforme e geral.

Nesse sentido, segundo o documento, o ponto de partida para a construção dessa legislação deve ser a valorização das entidades sindicais representativas e das empresas que dialogam e negociam com os sindicatos. Para este sindicato, a negociação vem-se consolidando como fonte de novos padrões e condições de trabalho.

A conquista e ampliação de direitos sociais é resultado de definições tomadas pelos atores envolvidos e seguem os fundamentos e desejos que os moveram a negociar. No entanto, apontam, “[...] o problema é que apesar da boa-fé das partes e dos procedimentos democráticos observados, não raras vezes a legalidade dos acordos firmados é alvo de questionamento, o que gera desestímulo à utilização desse mecanismo” (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC, 2011, p.35).

A proposta de lei apresentada como Acordo Coletivo Especial, deve garantir a um sindicato profissional devidamente habilitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e a uma empresa do setor econômico correspondente, estipular, com segurança jurídica, condições específicas de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa e às suas respectivas relações. Para tanto, afirma o documento que é necessário que as duas partes preencham requisitos qualificativos à negociação criados por essa lei. São eles, por parte do sindicato, representatividade comprovada e, do lado da empresa, reconhecimento da representação sindical no local de trabalho e comprovação da não existência de práticas antissindicais. O sindicato ressalta que esse instrumento dará efetividade aos direitos já previstos em lei, sem chocar com a legislação existente.

O documento explica que o Acordo Coletivo Especial difere dos dois instrumentos resultantes da negociação coletiva previsto na legislação: a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho. A primeira resulta de negociações entre entidades sindicais de trabalhadores e de empresas, no âmbito das categorias, e trata de questões mais gerais pertinentes às duas partes. Já o acordo coletivo de trabalho seria o resultado de um processo negocial entre sindicatos de trabalhadores com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, e nesse processo negocial pode-se estipular condições de trabalho aplicáveis no âmbito das respectivas

empresas. No Acordo Coletivo Especial, no entanto, somente um sindicato profissional e uma empresa do correspondente setor econômico poderão celebrá-lo.

Segundo o documento, no Acordo Coletivo Especial os sindicatos de categorias profissionais não poderão celebrar acordos coletivos especiais com sindicatos de categorias econômicas, tampouco poderão incluir na negociação para este fim mais de uma empresa. A razão é porque “[...] o propósito do acordo está ligado às condições específicas da empresa e não às relações de trabalho de um setor econômico” (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC, 2011, p.40).

Para a Conlutas, esta proposta apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, com o aval da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, se caracteriza como um ataque à legislação trabalhista brasileira. Criticam a posição do sindicato que, sob o argumento de que existem especificidades em cada empresa, faz renascer a proposta de que o negociado prevaleça sobre o legislado, ou seja, as negociações individuais, empresa por empresa, passam a valer mais que o previsto em lei<sup>24</sup>.

Segundo a Conlutas, os trabalhadores brasileiros estão diante de uma nova e grave ameaça de flexibilização das leis trabalhista. Concluem dizendo que não é novidade o capital investir contra os direitos e conquistas dos trabalhadores, mas, neste caso, o novo é entidades representativas de trabalhadores apresentando proposta até então defendidas por empresários. Outras centrais sindicais como CUT, CTB e CSP-Conlutas manifestam-se contra a ideia do Acordo Coletivo Especial, e apontam a importância de se lutar para que este acordo que permite a flexibilização dos direitos dos trabalhadores não siga adiante, o que demonstra que a ideia defendida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC encontra resistências no seio da própria classe trabalhadora. Como vimos, essa proposta converge com o interesse do capital e na opinião de outras entidades sindicais significa uma ameaça aos direitos trabalhistas.

Seguindo a análise do documento 3º Encontro Nacional da Indústria, o quarto, e penúltimo item, trata da rotatividade. Segundo o DIEESE (2011a, p.11) “[...] a

---

<sup>24</sup> A CSP Conlutas – Central Sindical e Popular – foi fundada no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) ocorrido na cidade de Santos, São Paulo, nos dias 5 e 6 de junho de 2010. A Conlutas surgiu a partir da unidade de vários setores do movimento sindical na luta contra as reformas neoliberais aplicadas pelo governo Lula, e iniciou uma primeira experiência de incorporação dos movimentos populares numa mesma entidade. Disponível em <http://cspconlutas.org.br/>

rotatividade representa a substituição do ocupante de um posto de trabalho por outro, ou seja, a demissão seguida da admissão, em um posto específico, individual, ou em diversos postos, envolvendo vários trabalhadores”.

Segundo a CNI os altos índices de rotatividade no Brasil estão relacionados com a combinação das regras do FGTS com as do seguro-desemprego. Isso tem gerado perda de produtividade e despesas para as empresas e para o erário público. Para os empresários, tanto o FGTS quanto o seguro-desemprego estimulam os trabalhadores a saírem do seu emprego para sacar este fundo até conseguir outro emprego. Essa argumentação não procede e já foi contestado por Cardoso (1998).

A CNI recomenda que o aviso prévio seja estabelecido proporcionalmente ao tempo de empresa, até o limite de 30 dias. Aponta para a necessidade de revisar a indenização sobre o valor do FGTS na demissão para estabelecer gradação de percentual, em função do tempo do empregado na empresa, e extinguir o adicional de 10%, aperfeiçoar os critérios de concessão do seguro desemprego e criar condicionalidades para o recebimento do seguro-desemprego associadas a exigências de capacitação.

Conforme aponta estudos do DIEESE (2001), não é possível identificar o FGTS como promotor do desemprego, nem tampouco com os altos índices de rotatividade. Segundo o estudo, essas ideias não se sustentam quando confrontadas com um exame mais acurado da realidade. Ainda segundo o estudo, não faz sentido que os trabalhadores sejam estimulados a lançar mão de seu emprego pela possibilidade de sacar dinheiro de um fundo que lhes proveria recursos por três ou quatro meses, principalmente se levar em conta o longo tempo de procurar por outro emprego.

Nos últimos anos a rotatividade apresentou elevadas taxas para o mercado de trabalho: 45,1%, em 2001; 43,6%, em 2004; 46,8, em 2007; 52,5%, em 2008, e 49,4%, em 2009. Considerando os últimos resultados disponíveis da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a taxa de 2010 atingiu o patamar de 53,8%. Os resultados revelam significativa rotação anual dos postos de trabalho, medida em relação ao estoque médio de cada exercício da RAIS (DIEESE, 2011b).

Um dado apontado pelo DIESSE como surpreendente e extremamente significativo em relação ao comportamento do setor produtivo brasileiro no que tange os desligamentos, diz respeito ao ordenamento do volume de demissões realizadas pelos estabelecimentos. O resultado foi consolidado em dois grupos: o de

estabelecimentos que fizeram até 25 desligamentos e aqueles que praticaram mais de 25 demissões no ano, os dados são os seguintes:

O resultado desta análise revelou que, em 2009, 111 mil estabelecimentos (5,5%) foram responsáveis por 12,3 milhões de demissões, (62%) do total de 19,9 milhões de desligamentos do ano. Em 2008, novamente 112 mil estabelecimentos (5,7%) responsabilizaram-se por 12,9 milhões (64%) do total de 20,3 milhões de desligamentos ocorridos. Em 2007, foram 93,5 mil estabelecimentos (5,1%) os que realizaram 10,5 milhões de demissões (61%) do total de 17,0 milhões de desligamentos do ano. Se considerarmos o total de estabelecimentos que compuseram o universo da RAIS no ano e não apenas os que demitiram, eles representam 3,5% do total e são responsáveis por mais de 60% dos desligamentos nestes anos.

Os dados acima são relevantes porque mostra uma tendência de que existe uma forte concentração de desligamentos em um pequeno grupo de estabelecimentos que tem se aproveitado da flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro. Segundo este levantamento feito pelo DIEESE, essas empresas demitem para admitir, e fazem isso porque a flexibilidade, tanto alocativa quanto salarial, do mercado de trabalho brasileiro, permite que as empresas “troquem” seus trabalhadores, contratando novos empregados com menores salários e eliminando aqueles postos de trabalho com maior rendimento. Há um movimento de redução de custos de produção, possibilitado pela flexibilidade do mercado de trabalho, embora os empresários reclamem da rigidez da legislação brasileira (COSTA; HUERTAS, 2008 apud DIEESE, 2011a).

Esta flexibilidade contratual facilita tanto os desligamentos quanto as admissões. Milhões de trabalhadores são submetidos anualmente a um regime de contratação flexível que, associado à oferta crescente de força de trabalho do país, tem impacto sobre a política pública de emprego, trabalho e renda. Esta rotatividade atingem substantivamente os gastos com os programas do seguro-desemprego, de intermediação de mão-de-obra, de qualificação profissional, bem como o saldo da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (DIEESE, 2011a).

Na verdade, as atribuições ao FGTS e ao seguro desemprego como indutores da rotatividade, é a forma que a CNI busca para culpabilizar o Estado e os trabalhadores, e ocultar, assim, a precarização do mercado de trabalho brasileiro. Na verdade, como pode-se apreender das recomendações apresentadas por esta entidade, o que se pretende é ampliar ainda mais as facilidades para demissão e admissão, ou seja, ampliar a flexibilização já marcante no mercado de trabalho brasileiro.

Por fim, o último item da pauta sobre o sistema trabalhista trata da saúde e segurança no trabalho. Neste item, a CNI afirma que a gestão Segurança e Saúde do

Trabalho (SST) é fundamental para as empresas, pois protege os trabalhadores e tem reflexos na produtividade e competitividade empresarial

Para a CNI a política de SST é exaustivamente regulamentada, complexa, burocrática e de complexa gestão por parte das empresas. A ausência de um processo educacional direcionado a empresários e trabalhadores e de estímulos para ações preventivas de SST, conduz a uma concepção penalizadora e burocrática, que não atinge o resultado desejado: a proteção do trabalhador.

Portanto, é necessário investir em políticas de comunicação e educação em SST para capacitar empresários e empregados, com maior divulgação da legislação, de informalidade e de orientação às empresas; revisar as Normas Regulamentadoras (NRs) com o fim de simplificá-las e desburocratizá-las, facilitando assim a sua aplicação, simplificar o processo de gestão de SST nas empresas, com tratamento diferenciado para micro e pequenas. Outra recomendação é migrar a legislação e fiscalização de SST da cultura da punição para a cultura pedagógica da orientação, informação e treinamento. A SST também é vista como custo, por esta razão sugerem a criação de políticas que conduzam à redução de custos nos investimentos em SST, seja pela aquisição de equipamentos de proteção ou pela implantação de programas de gestão em SST.

Conforme ressalta Melo (2010, p.171) a insistência do empresariado em substituir a “cultura da punição” pela educação, na verdade, é “[...] a expressão da vontade da classe burguesa de que as mediações das relações trabalhistas saiam da esfera de ação estatal e se figurem como expressões das relações privadas entre capital e trabalho”.

Ao apresentamos de forma panorâmica as proposições da burguesia industrial brasileira sobre o sistema de relação do trabalho no Brasil tínhamos como objetivo demonstrar que, diferente do que se tem apresentado, as propostas não significam avanços para a classe trabalhadora, embora tenha a complacência e parceria de determinados sindicatos. Pelo contrário, é um ataque do capital as conquistas dos trabalhadores.

Neste sentido, o que queremos demonstrar é que as propostas de mudança no sistema de relação do trabalho no Brasil aprofundam a precarização do trabalho. Tendo em vista que os pressupostos curriculares e as orientações para as políticas de educação tem como fundamento o trabalho, pode-se dizer que isso confirma a nossa hipótese de que, para um mercado de trabalho precarizado se conceberá uma



proposta de educação também precarizada. Com objetivo de demonstrar esta hipótese é que procederemos no capítulo seguinte à análise da proposta de educação dos empresários.

## **CAPÍTULO IV**

### **4 O PROJETO EDUCACIONAL DA BURGUESIA INDUSTRIAL NOS ANOS 2000: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DOCUMENTOS DA CNI**

Este capítulo expõe um estudo panorâmico de dois documentos da CNI produzidos na primeira década dos anos 2000: O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 (CNI, 2005); e Educação para a nova indústria – uma ação para o desenvolvimento sustentável (CNI, 2007). O objetivo é explicitar e analisar as concepções pedagógicas dos industriais a respeito da educação básica no país e o papel que esta classe atribui a este nível educacional no processo de competitividade.

O primeiro documento que analisaremos é o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 com o fim de apresentar de forma panorâmica a visão de mundo e de país da burguesia industrial brasileira e as proposições desta classe para a competitividade e crescimento do Brasil.

#### **4.1 O que a indústria “quer e sonha” para o Brasil: uma análise do Mapa Estratégico da Indústria 2007- 2015**

O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 (CNI, 2005) é o documento mais amplo produzido pela CNI nos anos 2000. Ele constitui um grande panorama da visão de mundo e de país da burguesia industrial brasileira. Neste documento CNI expõe as suas concepções a respeito de questões como a economia brasileira, a política, a educação, o sistema jurídico, o papel do Estado e do capital humano para a indústria, a competitividade, inovação, gestão e eficiência entre outras.

O documento está dividido em três partes e um Anexo. A primeira parte denomina-se “Compromisso com o futuro”, em que são apresentados de forma mais ampla os objetivos e metas do Mapa. Na segunda parte, intitulada “A estratégia da indústria brasileira para os próximos dez anos”, explicita-se os principais problemas da agenda do crescimento brasileiro. A terceira parte do documento, intitulado “As principais metas para o Brasil – 2007-2015” apresenta um quadro das metas a serem atingidas até 2015. Esta terceira parte está subdividida em mais 13 partes, cada uma tratando de um tema específico: 1. Liderança Empresarial; 2. Ambiente Institucional e Regulatório; 3. Educação e Saúde; 4. Infraestrutura; 5. Disponibilidade de Recursos;

6. Expansão da Base Industrial; 7. Inserção internacional; 8. Gestão Empresarial e Produtividade; 9. Inovação; 10. Responsabilidade Social e Ambiental; 11. Posicionamento; 12. Resultados para o País; 13. Desenvolvimento. Na última parte do documento são apresentados “Os programas estratégicos”, que são propostas práticas dos industriais para alcançar as metas propostas no Mapa.

Na apresentação deste documento o presidente da CNI na época, Armando Monteiro Neto, expõe já na primeira frase o que a indústria quer e sonha para o Brasil: um País diferente. Um país que possa se consolidar como uma economia competitiva, inserida na sociedade do conhecimento e como base de uma das principais plataformas da indústria mundial: “[...] inovadora, com capacidade de crescer de forma sustentável, com mais e melhores empregos” (CNI, 2005).

Não se trata, portanto, para os industriais, de um projeto de interesse somente da indústria, este projeto é apresentado como sendo a síntese das necessidades do país e dos anseios da sociedade, afinal, a consolidação do Brasil nesta economia competitiva propiciará para a indústria maior competitividade, para o país mais desenvolvimento e para os trabalhadores “mais e melhores empregos”. Trata-se, pois, de um projeto hegemônico, de criação e disseminação de um senso comum social sobre o que é e deve ser o Brasil.

Como ressalta Melo (2010), este documento expõe de maneira clara a ambição da burguesia industrial de transformar seu projeto de classe num projeto de nação. O ponto de partida da análise dos industriais a este respeito está fundamentado na imperiosa necessidade de que o país passe por uma série de reformas que modifiquem o ambiente econômico e institucional.

Quando se fala em “ambiente econômico” a questão parece ser mais transparente, sem se dizer com isso que seja mais simples, por outro lado, o chamado “ambiente institucional” refere-se, sem mais, a todo o conjunto da superestrutura da sociedade, e é por esta via que se consolida como “naturalmente necessária” uma série de reformas no âmbito das políticas sociais, como a educação, e dos sistemas que garantem a manutenção das bases estruturais da sociedade, marcadamente a defesa da propriedade privada, que são os arcabouços jurídicos, a ação do Estado com toda sua complexidade, as relações trabalhistas e sindicais, a reforma política entre outras (MELO, 2010, p.87).

Desta forma, como assinala Rodrigues (1997), pode-se afirmar que a CNI constitui-se hoje em um complexo organismo que se constrói com o objetivo de corporificar uma vontade coletiva, neste caso, a hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial brasileira, com o fim de “[...] preservar e dinamizar a acumulação do capital em geral e do capital industrial, em particular” (idem p.43).

Para alcançar tal objetivo, isto é, de tornar o seu projeto particular em projeto nacional, a burguesia industrial estabelece sempre uma relação simétrica entre aumento da capacidade produtiva e competitividade da indústria com o crescimento da economia do país e, portanto, a melhoria de vida da população. É por esta via que ratificam que a inação sobre essa agenda afeta diretamente a todos, influenciando negativamente na potencialidade de crescimento do país e na competitividade da indústria, e, logo, na vida de toda a população. Estas reformas, portanto, deveriam ser a prioridade das ações governamentais, ainda mais levando-se em conta o contexto de extrema competitividade internacional, frente ao qual o Estado “deveria” ser ativo na defesa da indústria nacional<sup>25</sup>.

Voltando ao documento, para a CNI neste contexto de inserção do país no mercado globalizado, a indústria brasileira “não tem escolha”, e, portanto, como o crescimento econômico de uma nação perpassa pelo crescimento industrial do país, a mensagem do documento é esta: o Brasil também não tem escolha. É nesse sentido que são apresentadas as proposta de reforma no sistema tributário, na educação, na legislação trabalhista e no papel do Estado, além de investimentos em inovação e no desenvolvimento do capital humano, entre outras, como fundamentais e necessárias para indústria e o Brasil.

O primeiro tópico do documento trata da “Liderança Empresarial”. Segundo o documento é imprescindível a ação dos empresários como agentes do desenvolvimento e da mudança. Nesse sentido, as ações não devem se limitar apenas ao espaço da empresa, mas também fora delas, “[...] como parte integrante da sociedade, ao participar da construção e da implementação de políticas públicas” (CNI, 2005, p.21). Para a CNI, o sucesso das medidas propostas no Mapa Estratégico da Indústria depende de uma liderança “empresarial catalisadora”, capaz de impulsionar e mobilizar a sociedade. Os empresários devem participar na formulação das políticas públicas em todas as etapas do processo: “[...] na identificação do problema; na definição dos itens que serão priorizados; na formulação; na implementação; no acompanhamento e na avaliação dos resultados obtidos” (idem, p.22)<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> É sempre interessante lembrar a análise crítica de Florestan Fernandes a respeito da dependência histórica da burguesia brasileira em relação ao Estado (FERNANDES, 2005).

<sup>26</sup> Esta “participação” empresarial também não é novidade no campo educacional. A ideia de “qualidade total” na educação, a participação na gestão das escolas etc., faz parte do mesmo processo em que os empresários afirmam categoricamente, no caso da formação, que são eles os atores que deveriam

Em seguida o Mapa apresenta a discussão dos “Ambientes Institucionais e regulatórios”. Para a CNI, o Brasil precisa aperfeiçoar sua institucionalidade para favorecer o crescimento do país. O diagnóstico é que:

O Estado brasileiro gasta mal, tributa em excesso e inibe o crescimento econômico. O desenvolvimento requer um Estado eficiente, menos burocrático, mais ágil e transparente. Um Estado hipertrofiado tem baixa eficiência e utiliza recursos em excesso para seu próprio funcionamento. Drena recursos da sociedade para atividades de baixa eficácia. Ao mesmo tempo, para justificar sua existência, regula em excesso e promove intervenções além do necessário na atividade dos agentes econômicos, com ônus para a eficiência da alocação privada dos recursos e a competitividade das empresas (CNI, 2005, p.24).

A solução, como exposto no excerto acima, é a desburocratização, agilidade e transparência. É sobre estas características mais gerais que se procederá as demais reivindicações. Por exemplo, no item “Segurança Jurídica e a Eficiência do Judiciário” a CNI indica que para o funcionamento eficiente do setor privado é necessário estabelecer normas jurídicas claras e estáveis que propiciem ao empreendedor maior segurança. Assim:

O processo de criação de normas, ao mesmo tempo em que deve visar a adaptação do sistema jurídico às mudanças econômicas e sociais, não pode gerar incertezas quanto aos direitos de propriedade e ao cumprimento dos contratos e decisões judiciais, a fim de que se consolide um ambiente institucional de maior segurança jurídica. Esse ambiente também propicia a redução de despesas acessórias das empresas com assessoramento jurídico e custos processuais (idem, p.25).

Para os ideólogos do capital, os regulamentos estatais, sindicais ou mesmo aqueles direitos fundamentais, como o direito do trabalho, parecem sempre complexos e obscuros, o que resultaria em obstáculo à imperiosa necessidade de desenvolvimento do país. Para estes, as mudanças econômicas, que trazem no seu bojo as inovações tecnológicas, tanto de produtos como de processos, dão-se num ritmo muito mais acelerado do que a capacidade das instituições sociais e seus regulamentos de lhes fazer frente (CARDOSO, 1998).

No segundo item, “Ambiente Institucional e Regulatório”, o documento apresenta vários temas correlacionados, mas o que parece fundamental nesta parte do texto é o subitem que diz respeito à “Segurança Jurídica e a Eficiência do Judiciário”. Para o empresariado é fundamental a agilidade do Judiciário na resolução de conflitos de direito de propriedade. É esta, sem dúvida, a principal reivindicação da CNI, já que o direito à propriedade privada é um dos fundamentos da sociedade

---

pautar a educação, já que são eles também que sabem o perfil de trabalhadores que precisam. Ver, entre outros, Gentili e Silva (1995).

capitalista, já que garante a manutenção das relações sociais capitalistas de produção.

No campo político, os empresários propõem uma reforma política e partidária que possa favorecer a governabilidade e a democracia. Criticam a excessiva fragmentação partidária que, por dificultar a formação de maiorias homogêneas, impedem que as demandas da sociedade se projetem nas políticas públicas; e ressaltam que os partidos políticos não apresentam coesão doutrinária e nem tampouco detêm a devida fidelidade de seus membros, o que os distancia das aspirações de seus eleitores (CNI, 2005).

Cabe ressaltar que o capital não tem, como apresenta o discurso, uma preocupação quase que irrestrita com as demandas da sociedade. As orientações para uma reforma do Estado que resultou em sucateamento dos serviços públicos, em particular na educação e na saúde, são dados empíricos da contradição entre o discurso e a realidade.

Ainda neste segundo item “Ambiente Institucional e Regulatório”, o documento, faz uma crítica à segurança pública, apontando a sua ineficiência, que obriga os empresários a arcar com os custos privados de proteção e segurança, e, como apresenta o documento, todo e qualquer gasto implica de forma negativa na potencialidade competitiva da indústria<sup>27</sup>. Para além das iniciativas de longo e médio prazo, o que deve ser feito imediatamente é a atuação mais rigorosa das polícias contra o crime (CNI, 2005)<sup>28</sup>.

Outro alvo das críticas dos industriais é o sistema tributário, que segundo eles é extremamente alto e, além disso, tem sido aumentando constantemente pelo governo. Para os empresários industriais o sistema tributário é complicado e pouco transparente, o que gera elevados custos acessórios com a “engenharia contábil” das empresas. A reforma tributária, segundo a CNI é a principal e mais urgente reforma na opinião dos empresários.

---

<sup>27</sup> Poderíamos dizer o mesmo dos gastos das famílias brasileiras com saúde privada, previdência privada, educação privada. Ou seja, a sociedade paga altos impostos para ter serviços públicos de qualidade, e, no entanto, precisa recorrer frequentemente a serviços privados de alguma qualidade.

<sup>28</sup> A radicalização das ações policiais contra as manifestações hodiernas são demonstração mais que inequívoca de que existe na sociedade um senso comum que clama pela “justiça” com base policialesca. O país passa por uma onda de manifestações que expõe, por um lado, a histórica violência estatal, e, corolário disso, o despreparo do aparato estatal para lidar com situações problemáticas. No que se refere à sociedade, a reação contrária aos protestos e outras manifestações, demonstra o terreno fértil para as ideias que reivindicam mais polícia nas ruas e violência contra os descontentes.

A legislação trabalhista também é apresentada como um obstáculo à competitividade da indústria. Para os empresários a legislação trabalhista por ser rígida e excessiva, dificulta as empresas de se adaptarem às mudanças conjunturais, afetando negativamente na capacidade dessas empresas de competir no mercado mundial; além de inibir os investimentos e impedir a criação de novos postos de trabalho. Como vimos no capítulo anterior, a CNI atribui ao sistema de regulação das relações de trabalho à responsabilidade pelos altos índices de informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

É interessante observar que a flexibilização e desregulamentação das relações de mercado estão sempre associadas à possibilidade de geração de mais empregos. No entanto, no documento “101 propostas de modernização trabalhista” a própria CNI reconhece a dificuldade em estabelecer uma relação direta entre o aumento do emprego formal no país com as reformas pontuais iniciadas no governo de FHC, mas continua afirmando esta possibilidade de aumento de emprego pela via da desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas. Na verdade, esta é uma ferramenta estratégica de ocultar o desemprego como característica estrutural do capitalismo contemporâneo. Como demosramos no capítulo anterior, a flexibilização das leis trabalhistas tem aprofundado a precarização do trabalho no Brasil e no mundo. O que para o capital significa avanço, no que diz respeito à desregulamentação e flexibilização da legislação trabalhista, para o trabalhador significa um retrocesso, e perda de direitos duramente conquistados.

A terceira parte do documento denomina-se “Educação e saúde”. A educação aparece com um papel central na elevação da produtividade e, portanto, deve ser prioridade nos investimentos públicos e privados.

O posicionamento competitivo da indústria brasileira está, cada vez mais, apoiado na agregação de valor e na inovação. É imprescindível prover um ambiente de geração e disseminação de conhecimentos em grande escala, fundado no acesso amplo às tecnologias de informação, no desenvolvimento de competências profissionais e humanas adequadas às necessidades do setor produtivo e no fomento ao empreendedorismo e à criatividade (CNI, 2005, p.31)

No excerto acima, temos o posicionamento da CNI sobre a função da educação, isto é, preparar para o trabalho. À educação cabe a tarefa de desenvolver as “competências profissionais e humanas” adequadas às novas exigências do setor produtivo. Esta concepção da práxis educativa adequada às necessidades imediatas da produção já expressa o limite desta proposta educacional.

Para os industriais, as políticas de universalização do acesso ao ensino fundamental não garantiram uma educação básica de qualidade. Segundo a CNI é necessário elevar a qualidade do ensino fundamental e oferecer vagas suficientes para o ensino médio; além de implantar um processo de gestão de qualidade nas escolas e melhorar a formação e remuneração do professor. Esse objetivo deve ser perseguido porque, segundo a CNI:

Em um ambiente marcado pela crescente competição e por contínuas mudanças tecnológicas, a educação básica de qualidade assume um papel fundamental para o desenvolvimento das empresas e de uma economia competitiva. [...] elevar a qualidade da educação básica permitirá ao País aumentar o estoque de capital humano com efeitos diretos nas estratégias da indústria, de melhorar a produtividade e a qualidade e de estimular a atividade de inovação nas empresas (idem, p. 31-32).

O que os industriais definem como o aumento do estoque de capital humano, Marx (2010) chamou de exército industrial de reserva. A universalização da educação básica para o capital não parece ter outra função se não preparar o máximo de pessoas possíveis para adaptação/conformação à exploração. O ensino superior precisa, da mesma forma como foram às orientações para a educação básica, “[...] atender as necessidades da economia do conhecimento e do desenvolvimento industrial do País” (CNI, 2005, p.32). Nesse sentido, aponta o documento:

Os conteúdos acadêmicos devem ser reformados para incluir habilidades e novas competências (capacidade de comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipe) e orientados à utilização prática dos conhecimentos teóricos, favorecendo a empregabilidade dos profissionais formados. [...] a manutenção de condições para o aprimoramento de instituições privadas de educação e de novas fontes de provisão de conhecimento são fundamentais para o atendimento das demandas empresariais e da sociedade (CNI, 2005, p.32).

Favorecer a “empregabilidade” significa, entre outras coisas, criar no trabalhador a consciência de que estar empregado e manter-se empregado é responsabilidade dele mesmo. No que diz respeito à educação profissional a CNI se posiciona da seguinte maneira:

A educação profissional e tecnológica constitui um suporte estratégico para a sustentabilidade e a competitividade da indústria brasileira. O ambiente industrial vem apresentando crescentes níveis de exigência e de complexidade no trabalho, em função da velocidade e profundidade com que vêm sendo incorporadas inovações tecnológicas e novas formas de organização da produção. As competências dos trabalhadores geradas e mobilizadas nesse contexto tendem a se modificar constantemente. São valorizadas competências que vão além dos conhecimentos científicos e tecnológicos e incluem habilidades básicas, específicas e de gestão, atitudes relacionadas à iniciativa, criatividade, solução de problemas e autonomia e valores relacionados à ética e responsabilidade. Este quadro gera impacto sobre as instituições que atuam no campo da educação profissional e tecnológica, especialmente em sua capacidade de contribuir para a



competitividade da indústria brasileira e a empregabilidade dos trabalhadores (CNI, 2005, p.33).

O excerto acima apresenta as características da educação profissional e tecnológica. O documento aponta para a valorização das competências e o desenvolvimento das habilidades básicas, específicas e de gestão. O que nos chama atenção é o apelo a uma mudança de comportamento e de participação do trabalhador no processo de produção; as iniciativas de criatividade, solução de problemas, entre outras elencadas acima, sugerem este novo tipo de envolvimento, que Giovanni Alves tem chamado de “captura da subjetividade” (ALVES, 2011).

Como temos visto até aqui, o capital deixa bem claro que todos os níveis e modalidades de ensino devem ter como pressuposto de suas matrizes curriculares as demandas da indústria. Este posicionamento mostra-nos que para a CNI a educação não tem outro papel senão o de preparar para o mercado de trabalho, o que indica o limite desta perspectiva educacional, pois, do ponto de vista aqui defendido, o ser social não está limitado a sua prática laboral.

Ainda relacionado à educação, a CNI (2005) aponta para a necessidade de se promover a inclusão digital, porque as indústrias brasileiras ficam em desvantagem competitiva pela baixa difusão das novas tecnologias. As oportunidades de melhoria da produtividade oferecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação perdem sua potencialidade.

Outro aspecto relacionado à educação apontado no documento é a importância de se promover uma cultura empreendedora e de valorização da atividade empresarial (CNI, 2005). Segundo Melo (2010) a retomada do empreendedorismo ganha sentido atualmente devido ao acirramento da crise do capitalismo, que leva à construção ideológica de soluções individualistas para os problemas estruturais do sistema capitalista. Neste sentido, a relação da ideologia do empreendedorismo com a realidade concreta no capitalismo contemporâneo deve ser entendida sob duas perspectivas:

Primeiro, o enfrentamento da problemática do desemprego, no atual contexto das relações capitalistas de produção, requer uma dupla condição: que os sujeitos busquem, deliberadamente, formas próprias e autônomas de sobrevivência, e que os mesmos se proponham a tomar a iniciativa de empresariar suas individualidades. Segundo, na medida em que a pobreza e a miséria se aprofundam como elementos estruturais do movimento econômico e político em curso, é necessário que sejam administradas, papel que cabe ao Estado, uma vez que o mercado se constitui no espaço, por excelência, do *laissez faire* (CÊA, 2007 p.313 apud MELO, 2010, p. 190)

A burguesia industrial busca historicamente ocultar as contradições da sociedade capitalista, atribuindo os “fracassos e sucessos” como de responsabilidade exclusivas do indivíduo. O que se apresenta como iniciativas e construção de autonomia nada mais é que a produção de uma consciência de responsabilidade individual pelo insucesso. Daí a relevância de discutir as polissemias dos termos políticos relativos à educação, já que a captura dos sentidos é parte marcante da ação neoliberal no campo cultural e ideológico contemporâneo.

Quanto à saúde, outro item deste mesmo tópico, o documento aponta para a ineficiência do sistema brasileiro de saúde que não cumpre o seu objetivo, que é oferecer um sistema de saúde preventivo, curativo e emergencial de qualidade. O resultado desta ineficiência impõe problemas como a incapacitação do trabalhador para o trabalho, absenteísmo elevado e limitação das potencialidades individuais. (CNI, 2005).

A quarta parte deste documento refere-se à infraestrutura do país. O Mapa aponta para a necessidade de se garantir uma eficiência logística que possibilite o crescimento da indústria brasileira, e o déficit de infraestrutura básica de transporte segundo o documento, tem influência direta na competitividade das empresas brasileiras. As reivindicações empresariais são para que haja maior aporte de recursos ao setor, com novas formas de parceria entre setores público e privado. Apontam também para a necessidade de garantir disponibilidade de energia a preços competitivos e assegurar o saneamento básico (CNI, 2005)<sup>29</sup>.

A quinta parte do texto trata da “Disponibilidade de Recursos”. Para a CNI a disponibilidade de recursos financeiros, bem como de recursos humanos e naturais são fundamentais para a competitividade da indústria. Quanto ao primeiro, os empresários reclamam pelo desenvolvimento de um novo padrão de financiamento para o setor produtivo a custos competitivos. Segundo o documento o financiamento às empresas brasileiras é insuficiente, inadequado e caro. Além disto, indicam a necessidade de fomentar o mercado de capitais. Referente aos recursos humanos, o desafio que se impõe, segundo os empresários, é o de materializar o conhecimento científico em inovação, o que pode ser conseguido através de mecanismo de

---

<sup>29</sup> Não cabe aqui uma análise profunda, que ultrapassa os limites do autor e do trabalho, mas é interessante ressaltar que a saída para a construção da infraestrutura mínima foi realizada por meio do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, concretizado em toda sua forma no governo de Dilma Rousseff. Por meio deste programa, as parcerias público-privadas foram e são extensamente utilizadas.

absorção e retenção de pesquisadores nas empresas. Sobre os recursos naturais, as sugestões são para que as indústrias adequem seus processos produtivos à racionalização do uso de insumos, em particular dos recursos naturais (CNI, 2005).

A sexta parte do documento se refere a “Expansão da Base Industrial”. A principal orientação é assegurar iniciativas que fortaleçam as cadeias produtivas promovendo o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e a industrialização das regiões menos favorecidas, que “[...] apresentam potencial de desenvolvimento industrial, principalmente naqueles produtos intensivos em algumas matérias-primas locais e mão-de-obra” (CNI, 2005, p.47). Este deslocamento das indústrias para estas regiões menos favorecidas é uma estratégia do capital de exploração de mão-de-obra barata, tendo em vista os altos índices de desemprego, o que sujeita os trabalhadores a tais condições. Este movimento tem parceria com o poder público que dá incentivos fiscais além de fornecer as instalações necessárias.

O sétimo item é sobre a “Inserção Internacional”. Neste item, os empresários ressaltam a importância para o país de se criar uma cultura exportadora nas pequenas e médias empresas. Esta participação das pequenas e médias empresas na exportação possibilitará maior geração de empregos, investimentos em novas tecnologias e uso de modernas formas de gestão.

A disseminação dessa visão favorecerá uma postura proativa dos empresários em relação ao mercado internacional e contribuirá para a percepção da exportação como uma atividade permanente e lucrativa. Como resultado, as empresas passarão a incorporar o mercado externo em seu planejamento estratégico, reduzindo o componente cíclico da atividade exportadora (CNI, 2005, p.48).

Ainda relacionado à inserção nacional, o documento sugere uma melhor articulação entre os governos e o setor privado, buscando eficiência nas negociações comerciais internacionais. Além disto, indicam a necessidade de que o governo estabeleça uma relação de consulta ao setor empresarial para a administração do quadro de negociações. Noutras palavras, maior participação do setor privado nas decisões econômicas do país.

O oitavo tema, intitulado “Gestão empresarial e produtividade”, ressalta que elevar a produtividade é a única forma de expandir a renda e a qualidade de vida da população brasileira. O documento retoma os anos 90 para exemplificar como nessa década as indústrias brasileiras conseguiram aumentar significativamente sua produtividade e, conseqüentemente, sua competitividade. Não é demais lembrar que

neste caso especificamente, como demonstramos nos capítulos anteriores, o aumento de produtividade não significou aumento de renda e nem tampouco de qualidade de vida, mas sim aumento de desemprego. E, também, há de acrescentar que na década de 90 o crescimento do país foi pífio, como asseveram as análises econômicas deste período (POCHMANN s/d).

Não se pode negar, no entanto, que na última década houve um aumento nas taxas de formalização do emprego e diminuição da taxa de desemprego. Contudo, essas transformações não foram suficientes para eliminar a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por elevadas taxas de desemprego, presença relevante da informalidade nas relações de trabalho, desigualdade nas condições de inserções regionais e na qualidade dos postos de trabalho. Por um lado, a precarização da ocupação se reduz na década em algumas de suas formas mais tradicionais, como o assalariamento sem carteira, mas, por outro, assume novas formas, sendo uma delas a expansão do processo de terceirização das atividades produtivas para todos os setores econômicos (DIEESE, 2011a).

O nono capítulo do Mapa trata da “Inovação”. A definição de inovação é “[...] a aplicação, pela empresa, de conhecimento existente ou especialmente elaborado para a implantação de novos produtos, processos de produção e de comercialização”. (Idem, p.53). Segundo os empresários, é necessário mais investimentos em pesquisa e elevação da qualidade da educação em todos os níveis, além de uma infraestrutura tecnológica, para que propicie às empresas maior capacidade de inovar. Uma das propostas sugeridas pelos empresários é a parceria público-privada entre universidade e empresas para o desenvolvimento de pesquisas e inovação (CNI, 2005).

Responsabilidade social e ambiental é a temática da décima parte do Mapa. Neste item os empresários assinalam que a visão da indústria sobre o seu futuro tem no horizonte “[...] o incentivo a uma cultura de responsabilidade social corporativa e a utilização crescente de instrumentos de gestão ambiental” (Idem, p.56). O objetivo, portanto, é desenvolver uma atitude “proativa na gestão ambiental” envolvendo as partes interessadas (fornecedores, órgão competentes) de modo a assegurar “a sustentabilidade de projetos, empreendimentos e produtos ao longo do seu ciclo de vida” (Idem, p.56).

O próximo tema, “Posicionamento”, refere-se à “[...] maneira pelo qual o país será reconhecido por suas opções de mercados e de atividades econômicas” (Idem,

p.61). Nesta parte do texto o documento retoma as características até aqui apontadas que podem fazer a indústria brasileira mais competitiva, como a capacidade de inovação de processos, produtos, mercados e distribuição e ratificam a importância da indústria para o crescimento econômico como forma de justificar o atendimento das demandas dos industriais.

Na outra parte do Mapa, denominado “Resultados para o País”, os empresários expõem os objetivos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas. Antes assinala que o Mapa Estratégico é uma proposta para o País. E ratifica que:

O Brasil que se deseja em 2015 é um País com maiores níveis de emprego e renda, com desigualdades sociais e regionais reduzidas, melhores condições de vida, com um ambiente institucional que incentive a expansão dos negócios e promova o crescimento econômico (CNI, 2005, p. 67)

Apesar de manifestar um desejo que sintetiza os anseios da maioria das pessoas, em particular das mais vulneráveis nesta sociedade de classe, as propostas da indústria para o Brasil nem sempre convergem com os interesses dessa maioria. Pelo contrário, como são exemplos as propostas de reforma trabalhista e educação que se articulam num processo de precarização. A primeira por se tratar de uma clara ofensiva aos direitos dos trabalhadores; e a educação por reduzi-la a um papel de conformação/adaptação às novas exigências do mercado, deixando de lado, assim, a verdadeira finalidade dessa práxis humana, a saber, como indica Vazquez (1990): a de nos fazer mais humanos.

A última parte do Mapa é dedicada à apresentação dos 63 Programas Estratégicos, que são “[...] as ações que a indústria e o País deverão implementar para que as metas do Mapa Estratégico da Indústria sejam atingidas e os objetivos alcançados. Este documento apresenta uma estratégia para o Brasil e não apenas para a indústria” (CNI, 2005, p. 75).

Conforme indica Melo (2010) é nestas proposições dos industriais que se pode perceber a luta hegemônica, pois as ações estratégicas dos industriais são apresentadas como ações de toda a sociedade, e a “indústria e o País” são apresentados como tendo uma continuidade quase natural, “[...] como sendo entes irmanados, cujos destinos se entrecruzam em um único projeto, o qual deve ser compartilhado para que o resultado seja um bem geral (Idem, p.94).

A seguir será explicitado e analisado o documento Educação para a Nova Indústria: ações para o desenvolvimento sustentável. Pretende-se, com esta análise,

adentrar diretamente no projeto educativo da CNI, para, a partir daí, sintetizar a relação que se quer alcançar com este trabalho, da reforma trabalhista com o projeto de educação básica do empresariado industrial brasileiro.

## 4.2 Educação para a nova indústria

O documento “Educação para a Nova Indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável” é um dos mais importantes documentos elaborados pela CNI nos anos 2000, no que se refere ao posicionamento desta entidade sobre seu projeto educacional para o país, sendo esta, portanto, a razão de o termos escolhido para nossa investigação<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> O posicionamento das centrais sindicais com relação a educação básica se refere-se basicamente a universalização e qualificação. Na verdade, na maioria dos documentos oficiais que tive acesso, principalmente da CUT, as resoluções dos congressos e das plenárias centram-se na educação profissional. No que tange a educação básica, desde os anos de 1990, apesar de divergências fundamentais, há consenso entre as centrais sindicais, CUT, Força Sindical e Central Geral dos Trabalhadores (CGT), como indicam Rummert (2000), Souza (2002) e Ferretti (2002), no que diz respeito à importância da educação básica para a sustentação da formação profissional. Esta mesma percepção permanece entre as centrais também nos anos 2000. Conforme assinala Rummert (2000), a CUT, no início da década de 1990, reconhecendo as novas características do sistema produtivo volta suas atenções para a educação básica dos trabalhadores, atribuindo a esta um papel central na Formação Profissional de qualidade. No entanto, apesar de reconhecer essas demandas, a CUT se posiciona de forma mais crítica com relação ao discurso empresarial sobre a educação. Esta posição pode ser observado no trecho a seguir. Enquanto a CUT tem uma posição mais crítica as outras duas centrais sindicais ressaltam as possibilidades advindas dessas transformações. No caso da CGT, por exemplo, há uma clara subordinação da educação às demandas econômicas e ainda a percepção de que esta educação contribui de forma efetiva para o desenvolvimento humano (RUMMERT, 2000). Segundo Ferretti (2002, p.108) a CGT “defende que a educação se volte para uma genérica transformação da realidade social brasileira; propõe um genérico desenvolvimento integral do indivíduo por meio da empregabilidade”. A CGT defende ainda o acesso a educação como sendo um direito ao cidadão, e como a garantia de outros direitos; e por fim “defende a integração entre formação geral e profissional considerando as exigências do mercado” (idem, ibidem). A Força sindical, segundo autor, advoga simplesmente a elevação da qualificação profissional e também do nível de ensino, tendo como pressuposto as novas exigências da reestruturação produtiva, e “entende a cidadania como igualdade de oportunidades de acesso à educação e a informação” (idem, ibidem). As conclusões de Rummert (2000) e Souza (2002) referentes às concepções no universo sindical a respeito da educação básica nos anos 1990 é que a CUT tende a assumir posições mais críticas, fundamentalmente porque aborda os temas de uma perspectiva mais ampla de questionamento a lógica capitalista. A Força sindical, por outro lado, inclina-se para a necessidade de adequação às mudanças e a CGT assume uma postura intermediária. Para CUT, ampliação dos investimentos na educação pública e a implantação de um Sistema Nacional Articulado são condições *sine qua non* para um processo de inclusão social fundamentada no fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento sustentável. A central afirma que investirá em uma ampla articulação com todos os setores sociais que defendem uma concepção de educação emancipatória, integral e integradora, que valorize todas as áreas de conhecimento e superando as visões reducionistas da educação instrumental, como mercadoria. Apesar de exposto sua concepção de educação, os documentos não aprofundam estas questões conceituais, na verdade, a ênfase com relação a educação está relacionada a universalização e a qualidade do ensino, mas não discute detalhadamente o que caracteriza uma educação de qualidade.

O documento apresenta a concepção de educação básica da burguesia industrial e indica quais as ações educacionais do SESI - entidade do Sistema Indústria responsável pela educação básica em todo o país. O documento faz parte das ações do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, que, como apresentamos no item anterior, é resultado de um estudo sobre o futuro da indústria brasileira, com o fim de apresentar alternativas para maior competitividade da indústria e da economia brasileira. Busca-se com a explicitação e análise deste documento apreender a relação estabelecida pela CNI entre a educação básica e as transformações no mundo do trabalho, tentando demonstrar, em seguida, retomando a análise da proposta de reforma trabalhista e da precarização do trabalho no Brasil, estudadas nos capítulos anteriores, os limites desta relação.

O documento está dividido em sete capítulos. O primeiro retoma as questões apresentadas no Mapa; o segundo e o terceiro capítulos são dedicados à explicação das mudanças mais gerais da sociedade e, em particular, às transformações no mundo do trabalho. Nestes capítulos os empresários apontam quais devem ser as ações no âmbito educacional neste cenário de transformações. No quarto capítulo são apresentadas as propostas de ações da CNI através do SENAI e o do SESI. No capítulo cinco é ratificada a importância da educação básica e profissional para o sistema indústria do país. O sexto capítulo se dedica a apresentação de modelos de prospecção de tendências e demandas da indústria por meio do SENAI e do SESI e o sétimo, faz-se um raio-x do SENAI e do SESI. Nos deteremos nas partes do texto referente ao SESI, pois é esta a entidade responsável pela educação básica do Sistema CNI e o foco da nosso trabalho.

Na apresentação deste documento o presidente da CNI na época, Armando de Queiroz Monteiro Neto, afirma que a educação é um pilar para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Segundo ele, a indústria brasileira vem realizando um enorme esforço para sua inserção nos padrões competitivos do mercado global. O setor produtivo do Brasil tem incorporado novas tecnologias na produção, novos formatos organizacionais, que requer trabalhadores cada vez mais capacitados e qualificados. Para Monteiro Neto o Brasil precisa investir mais na qualidade do ensino, como fazem os países da Ásia, Europa e América do Norte, expandindo a oferta de oportunidade de formação de recursos humanos de qualidade para se tornar um país mais competitivo.

Segundo o documento são quatro as bases do projeto educativo da CNI: novos perfis profissionais; novas regiões industriais; novas tecnologias e a aceleração do ritmo de crescimento.

Quanto aos novos perfis profissionais o documento afirma que as contínuas mudanças nos processos produtivos geram progressivas variações nas competências requeridas para o trabalho, o que demanda, por conseguinte, trabalhadores com maior escolaridade, em nível médio, superior e tecnológico. O baixo nível de escolaridade é um dos principais entraves para o crescimento do país. Segundo o documento: “[...] do total de 7,8 milhões de trabalhadores na indústria, 4,8 milhões – 61% – não têm a educação básica completa, sendo que 2,4 milhões não completaram o ensino fundamental” (CNI, 2007, p.13).

Como apontado pelo documento esta baixa escolaridade tem reflexo direto no crescimento econômico do país, sendo, portanto, uma questão de interesse nacional. É sobre este aspecto que Melo (2010) destaca que ocorre um movimento típico da luta hegemônica, ou seja, as preocupações da burguesia são apresentadas como sendo as preocupações de toda a sociedade, de forma que os obstáculos para a competitividade da indústria se tornam, no discurso e no senso comum, um entrave ao país como um todo, e, logo, um problema para toda a sociedade. Além disto, como afirma o autor, a baixa competitividade da indústria brasileira não se deve fundamentalmente a este fator. Para ele:

este discurso camufla a dinâmica histórica do país, da sua formação autoritária, baseada no trabalho escravo e na agricultura de exportação. Esconde, ademais, que este país nunca investiu, de forma coerente, na formação cultural e educacional de seu povo, e que, ao contrário, a ignorância serviu de motor de exploração desta classe. Sendo assim, esta é uma estratégia de culpabilizar aqueles que sempre foram as vítimas do processo sócio-histórico, e que sempre foram marginalizados, os trabalhadores. (MELO, 2010, p.133)

Desta forma apreende-se este movimento da burguesia industrial em camuflar as verdadeiras razões da baixa competitividade da indústria brasileira. A baixa escolaridade como fator explicativo dessa baixa competitividade das empresas faz parte dessa estratégia de culpabilizar os trabalhadores.

Voltando ao documento, os empresários apresentam as novas técnicas de produção como indutoras dos novos perfis profissionais, as novas técnicas são: “automação industrial (*Computer Aided Design / Computer Aided Manufacturing* CAD/CAM; Controlador Lógico Programável – CLP); sistema de manufatura integrada (*Computer Integrated Manufacturing* – CIM; Sistema Digital de Controle Distribuído –



SDCD)” (CNI, 2007, p.14). Além deste padrão tecnológico, há um novo padrão de gestão que diz respeito a: qualidade total; segurança no trabalho; economia de tempo e de materiais; gestão ambiental e pesquisa e desenvolvimento (P&D). Todas essas novas mudanças na base técnica da produção tem exigido um novo perfil profissional, uma formação que seja capaz de proporcionar ao trabalhador novas habilidades e competências.

Neste sentido, a educação básica passa a ter um papel central para a indústria porque ela “[...] é condição para o desenvolvimento das competências profissionais e para o aprendizado continuado” (CNI, 2002, p.14). Portanto, nesta concepção, cabe à escola uma formação de qualidade na educação básica para preparar o trabalhador a se adaptar aos processos de formativas que será realizado no âmbito de cada empresa em que venham a trabalhar.

Cabe ressaltar, no entanto, que apesar deste padrão tecnológico de base microeletrônica ter assumido cada vez mais um papel central na produção, dentro de uma mesma empresa é possível encontrar um sistema dual, em que um grupo de trabalhadores atua segundo organização fordista e, outro, com sistemas flexíveis (MACHADO, 2009). É importante assinalarmos também que, apesar destas novas tecnologias, temos convivido cada vez mais com formas de trabalho precário, com equipamentos e condições de trabalho precário, para a qual a qualidade da educação não parece ter tanto significado, como apresentado pela CNI.

No que tange às novas tecnologias os industriais afirmam que:

A demanda por recursos humanos mais qualificados nas empresas tem impacto sobre o conteúdo da formação dos novos profissionais e requer a modernização da infraestrutura tecnológica das escolas e dos seus laboratórios. Exige-se educação continuada – ou aprendizagem ao longo da vida – em ambiente cada vez mais flexível, no formato e nos conteúdos. A tendência internacional é, inicialmente, priorizar os cursos de formação generalista, para, em seguida e no âmbito da empresa, se fazer o aprofundamento da especialização, de acordo com as exigências dos novos padrões tecnológicos. (CNI, 2007, p. 16)

Como indica Melo (2010) esta é uma clara relação de subordinação da escola às demandas produtivas, colocada discursivamente como uma necessidade premente da sociedade, ou seja, a adequação da escola às novas tecnologias.

As orientações são para uma formação mais generalista, para, em seguida, no espaço da empresa, se fazer o aprofundamento da especialização. Essa concepção demonstra de forma clara que o projeto de educação básica da CNI esta esvaziada de conteúdo, e se limita a atividades e conteúdos que estimulem a

resolução de problemas e o trabalho em equipe, assim como outras habilidades e competências revestidas pragmaticamente do eficientismo e produtivismo. Nesta concepção a preocupação dos educadores deve ser a de ensinar a aprender, o que, nesta nova fase de desenvolvimento capitalista significa a capacidade de se adaptar às mais variadas situações enfrentadas pelos trabalhadores na produção e no mercado de trabalho.

Deste paradigma da especialização nas empresas deriva um projeto de educação pública generalista, básica, que, possibilite a flexibilidade do trabalhador para que este possa “aprender a aprender” por toda a vida produtiva. De acordo com este projeto educativo, a formação proporcionada pela chamada “escola tradicional” torna-se descabida e ultrapassada. Os conteúdos historicamente acumulados e sem vínculo pragmático com a produção, e também uma formação profissional que especializa o trabalhador em uma base técnica eletromecânica, não fazem mais sentido. Desta forma, para os empresários industriais, a formação básica e profissional, “[...] devem atender aos quesitos de generalidade, e a qualidade de ambas pode ser verificada na capacidade de o trabalhador se adequar às especificidades de cada empresa” (MELO, 2010, p. 135).

Em síntese, o documento afirma que as bases para uma formação competente, fundamentada nas transformações do processo produtivo devem levar em conta os seguintes itens (CNI, 2007, p.16): modernização das escolas; novos conteúdos de formação; educação à distância; aprendizagem flexível; educação empreendedora; educação na empresa.

Depois de apresentar as demandas de formação educacional da indústria brasileira, neste cenário de acentuada competitividade internacional e marcado pela implementação tecnológica nos processos produtivos e novas formas de gestão da produção, características de um processo de reestruturação da produção, a CNI propõe o Programa Educação para a Nova Indústria. Os elementos centrais deste Programa são: expansão e diversificação da oferta de educação básica, continuada e profissional ajustada às necessidades atuais e futuras da indústria; modernização, otimização e adequação da infraestrutura física das escolas e laboratórios; flexibilização no formato e metodologias de atendimento às demandas educacionais da indústria; capacitação de docentes, técnicos e gestores em tecnologias e gestão dos processos educacionais. (CNI, 2007, p. 19).

Os objetivos entre os anos de 2007-2010 era o de atingir 16,2 milhões de matrículas no Sistema Sesi e Senai, sendo 7,1 milhões no Sesi (educação básica e continuada) e 9,1 milhões no Senai (educação profissional). Para alcançar tal objetivo era necessária uma mudança desde a estrutura física das escolas, passando pela adequação aos novos cenários da indústria, na era da informação e da microeletrônica, até a formação daqueles que estarão à frente desta formação, os docentes, técnicos e gestores. Estes objetivos foram alcançados e as metas ampliadas (CNI, 2013).

O número de trabalhadores matriculados em curso de formação continuada oferecidos pelo Sesi foi de 1.300.000 em 2013 e a meta para 2014 é de 1.500.00. Também em 2013 o Senai realizou 3.052.294 de matrículas, que somados aos 1.500.00 de formação continuada são 4.552.294 milhões de trabalhadores qualificados (CNI, 2013). Portanto um significativo número de trabalhadores qualificados para o trabalho, que podem ser somados aos milhares e milhares de profissionais formados todos os anos pelas universidades públicas e privadas. Com isso parece difícil entender que falta mão-de-obra qualificada, afinal não são criados postos de trabalhos por ano na mesma proporção de trabalhadores aptos para o mercado de trabalho.

Segundo o documento, o orçamento mobilizado para o Programa Educação para a Nova Indústria seria de R\$10.450 bilhões entre o período de 2007 a 2010. Parte destes investimentos vem de recursos públicos, o que tem gerado insatisfação nas centrais sindicais. No 10º Congresso Nacional da Central Única de Trabalhadores (CONCUT, 2009), a CUT ressaltou que é necessário lutar pela definição do caráter público do Sistema “S”, uma vez que essas organizações empresariais são financiadas com recursos públicos há cinquenta anos, e isto precisa urgentemente ser revisto. Vale ressaltar que neste sentido as leis não parecem retrógradas e inadequadas como é para a CNI a legislação trabalhista, conforme já foi estudado anteriormente<sup>31</sup>.

Segundo a CUT, somente em 2007 o Sistema “S” recebeu recursos, incluindo as contribuições advindas de impostos cobrados sobre a massa salarial dos

---

<sup>31</sup> Podemos acrescentar a esta tomada da verba pública pelo Sistema S a atual lei da educação profissional do governo Dilma Rousseff, o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Lei n. 12.513/2011. Por meio deste programa, o Sistema Indústria passa a ser componente do sistema de educação profissional federal, e, com isso, acaba tendo acesso aos investimentos federais em educação e formação profissional.

trabalhadores, no montante de R\$ 11.800.000.000,00 (onze bilhões e oitocentos milhões de reais), sobre os quais praticamente não existe regulação e nenhum controle social. Neste mesmo ano a CUT ressalta que o SENAI e o Sesi receberam R\$ 7 bilhões, enquanto a Rede Pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica em todo o país teve uma receita de R\$ 690 milhões; aproximadamente dez vezes menos (CONCUT, 2009).<sup>32</sup>

Isto demonstra a importância da classe trabalhadora organizada lutar pela educação do trabalhador neste país. O capital não tem lutado somente no campo ideológico pela conquista da educação, não se trata apenas de uma disputa no campo conceitual, com o objetivo de convencer os trabalhadores e a sociedade em geral de uma formação para o trabalho, o capital tem recebido e muito do governo para “preparar uma mão-de-obra de qualidade”.

Retornando ao documento, o quarto capítulo, denominado Propostas de Ação, é o que trata com mais detalhe a questão da educação básica brasileira e sobre a proposta dos empresários sobre o tema. O principal argumento para o investimento em educação está calcado na Teoria do Capital Humano (TCH). Como pode ser observado no trecho a seguir:

O capital humano nas organizações, considerado na sociedade do conhecimento como o principal ativo das empresas, é formado pelo conjunto de habilidades que as pessoas detêm, adquiridas por meio de processos educativos, treinamento ou da experiência. As chamadas competências básicas, formadas pela educação básica e a continuada, são condição para o desenvolvimento das demais competências, inclusive as profissionais, na medida em que possibilitam continuar aprendendo e aperfeiçoando-se durante toda a vida. Tais aspectos têm adquirido crescente importância nas ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualificação do perfil dos trabalhadores da indústria. A indústria competitiva depende de força de trabalho capacitada, o que implica melhorar os índices de escolaridade do trabalhador e garantir aos seus filhos educação de qualidade. O programa Educação para a Nova Indústria compreende todos esses temas (CNI, 2007, p. 21).

Como citado acima, o capital humano é o “principal ativo das empresas”, portanto, é fundamental para a competitividade da indústria. Segundo a CNI, educação básica e continuada tem um papel central na formação deste capital humano, pois além da formação das competências básicas, são responsáveis também pela condição de desenvolvimento das demais competências demandadas pela indústria. Ainda segundo o documento são dois os objetivos centrais que o Programa persegue em relação a educação básica e continuada:

---

O primeiro consiste na melhoria das condições técnico-pedagógicas, que compreende a ampliação do tempo de permanência de crianças e jovens na escola, a aquisição de recursos paradidáticos e a formação do educador. O segundo está voltado para a expansão da oferta de educação básica e continuada, com prioridade para o trabalhador da indústria. Estão também previstas ações com vistas à melhoria da educação básica do País. (CNI, 2007, p. 22)

O primeiro objetivo refere-se à melhoria no campo técnico-pedagógico com vista a adequar a educação oferecida no Sistema Indústria aos novos paradigmas educacionais. E o segundo para a expansão de oferta de educação básica e continuada. Para os empresários a nova realidade das indústrias brasileiras demanda um novo tipo de envolvimento do trabalhador no processo produtivo e isto exige maior nível de escolarização e qualificação. A maior parte das matrículas é destinada à Educação Continuada, que tem como objetivo prover conhecimentos alinhados às demandas da indústria. Segundo relatório anual de 2012, o Sesi atendeu 1.763.619 de trabalhadores em cursos de educação continuada com foco em competências relacionadas ao mundo do trabalho, contabilizando-se as ações relacionadas à educação, cultura, saúde, lazer e responsabilidade social (CNI, 2013). O documento define Educação Continuada da seguinte forma:

A educação continuada é um processo permanente de aprendizado e de incorporação de conhecimentos gerados pelo progresso científico e tecnológico, propiciando o desenvolvimento pessoal e profissional. A educação ao longo da vida aplica-se a todos, a qualquer tempo e com motivações e objetivos os mais diversos: para ampliar ou aperfeiçoar conhecimentos; para aperfeiçoar a formação profissional; para dar resposta ao senso ético e estético; para desenvolver competências relacionadas à vida familiar e pessoal. O programa tem, pois, como objetivo prover conhecimentos alinhados às necessidades da indústria com conteúdos típicos da Rede Sesi de Educação (competências básicas, empreendedorismo, responsabilidade social, sustentabilidade ambiental, ética, inovação, educação alimentar, inclusão digital). (CNI, 2007, p. 23)

Como indica o excerto acima, Educação Continuada significa “educação ao longo da vida”. Isto é, o trabalhador deve estar sempre atualizado com relação aos conhecimentos gerados pelo progresso científico, de forma que possa garantir a sua empregabilidade, afinal de contas o trabalhador é o principal responsável pela sua empregabilidade. Como afirma o relatório do Sesi (2012, p.16) referente aos últimos anos da década de 2000 o “[...] afortunado painel de aumento na oferta de empregos [...] contrasta com a dificuldade de encontrar mão de obra qualificada”. Desta forma, na concepção empresarial os índices de desemprego apontados pelo DIEESE (2011a) resultam do fato de que estes trabalhadores não estão desenvolvendo sua empregabilidade.

Voltando ao documento, outra ação proposta pelos industriais é a chamada Escola de Tempo Integral que, segundo o documento:

Visa melhorar a qualidade da educação, ampliando o tempo de permanência nas escolas do Sesi de crianças e jovens da educação básica, articulando as ações de ensino-aprendizagem com ações de cultura, esporte e lazer e, no que concerne ao nível médio, com a educação profissional. A escola de tempo integral atualiza o conceito de currículo, possibilitando ao aluno adquirir hábitos de vida saudável, ampliar o capital cultural, incentivar a leitura, conhecer novos idiomas, participar de processos de inclusão digital e de formação profissional (CNI, 2007, p. 22).

O principal objetivo desta proposta dos industriais, como pode ser observado no excerto acima, é o desenvolvimento de hábitos saudáveis e ampliação do capital cultural em geral. Desta forma é que se pode apreender como os industriais encaram a formação educativa no nível básico, focado na cultura, esporte, lazer, o que demonstra a materialidade do projeto de educação generalista como objetivo educacional no Sistema CNI (MELO, 2010).

A formação de educadores que atuam no Sistema CNI também é uma das preocupações do Programa. Segundo o documento a formação continuada dos profissionais da educação é fundamental para o alcance dos objetivos apresentados pelo Programa. A infraestrutura e os recursos didáticos também são discutidos neste tópico. São apresentados três projetos: Inclusão Digital para Todos; Ciências na Escola; e Enriquecimento do Capital Cultural dos Alunos.

Segundo o documento o projeto de inclusão digital está relacionado com a emergente “sociedade do conhecimento”.

O conceito de inclusão digital emerge na sociedade do conhecimento como estratégia que possibilita às pessoas o acesso às tecnologias de informação e comunicação, visto como condição para a inserção social e a competitividade das empresas e do País. (CNI, 2007, p.25)

Para Melo (2010) a burguesia industrial busca, como essa denominada “sociedade do conhecimento”, assinalar que já não vivemos em uma sociedade de classes. No seu pensamento educacional e social os industriais passam a destacar a centralidade de uma sociedade do conhecimento em que as:

diferenças existentes não se referem exatamente à classe social a que se pertence, mas sim pela posse ou não de conhecimento; pela possibilidade ou não de acesso a este conhecimento; pelo uso que se faz, ou se deixa de fazer, deste conhecimento, entendido como fundamental para o sucesso individual na sociedade” (idem, 140).

O objetivo do projeto Inclusão Digital está descrito da seguinte forma:

O Programa de Inclusão Digital para Todos tem como objetivo facilitar o acesso aos meios de comunicação e o desenvolvimento de competências

para o uso da tecnologia de informação para alunos e professores da Rede Sesi de Educação. Propõe-se atuar no desenvolvimento de comunidades por meio das unidades Sesi Indústria do Conhecimento. (CNI, 2007, p. 25)

O objetivo, portanto, é garantir uma massa de trabalhadores aptos a utilizar as tecnologias de informação, cada vez mais comum na produção industrial. A inclusão digital alçada a uma possibilidade de inserção social parece subsumida pela relação estreita com as necessidades da produção industrial.

O segundo projeto, Ciência na Escola, visa à instalação de 510 laboratórios de ciências nas escolas a rede Sesi, com objetivo de melhorar a qualidade na educação básica proporcionando aos alunos atividades práticas científicas.

O terceiro projeto, o Enriquecimento do Capital Cultural dos Alunos, parte do pressuposto que o sucesso da aprendizagem está intimamente relacionado com o capital cultural da família. Segundo o documento, alunos cujo capital cultural da família é mais rico têm mais facilidade na aprendizagem. Como a grande parte dos trabalhadores da indústria possui baixa escolaridade, isto significa que os seus filhos que são atendidos pelo Sesi possuem dificuldades de aprendizagem, sendo, portanto, necessário o investimento neste capital cultura. O objetivo deste projeto é desenvolver as competências linguísticas dos alunos e também ampliar sua visão de mundo, utilizando-se para tanto livros didáticos, jornais, cinema, revistas, teatro e museus (CNI, 2007). Claro que não se trata da formulação de uma educação crítica nos limites que esta pode atingir, que seria avesso à tentativa constante e histórica de limitar a formação para o trabalho alienado.

A Inovação é a quarta linha de ação dos empresários. Nesta área são apresentados três projetos: Sesi Indústria do Conhecimento, Prêmio Sesi Qualidade da Educação e Consultoria para Educação de Qualidade. O primeiro projeto trata da construção de unidades multimeios com computadores, Gibiteca, Biblioteca e DVDteca. O Prêmio Sesi Qualidade da Educação é uma parceria da CNI com a UNESCO, Movimento Todos pela Educação e tem o apoio do Ministério da Educação, e premia as melhores escolas da educação básica no país. Conforme ressalta Melo (2010) este é um movimento em que se tem a generalização do modelo proposto pelos industriais para toda a educação básica do país, para além da rede Sesi. O terceiro projeto é um exemplo de como a burguesia industrial busca penetrar na educação básica pública:

Enquanto que o Prêmio Sesi Qualidade da Educação induz processo de avaliação, identifica e reconhece boas práticas, a Consultoria para Educação

de Qualidade apoia processos de melhoria, qualificando gestores e promovendo o intercâmbio de experiências. **O Programa tem como objetivo assessorar escolas e redes de ensino estaduais e municipais, para a elaboração de planos de melhoria.** (CNI, 2007, p.28 grifos nossos)

Percebe-se claramente o objetivo da CNI de imiscuir-se em questões diretamente educativas, diretamente nas escolas, visando, com isso, intervir nos processos formativos das novas gerações. Esta intencionalidade é histórica, e, pelo menos desde os anos 90, tem tido certa entrada na educação brasileira, como destaca o exemplo mineiro do movimento de qualidade total da educação (GENTILI; SILVA, 1995).

No quinto capítulo, intitulado “A importância da Educação Básica e Profissional para o Sistema Indústria”, os industriais expõe de maneira geral os argumentos em favor da sua atuação na educação básica, buscando a formação do capital humano para a indústria. Neste sentido afirma o documento: “A formação de recursos humanos capazes de sustentar o progresso da indústria foi a razão que levou os próprios industriais a investir de forma maciça na formação de capital humano. (CNI, 2007, p. 37).

O documento ressalta ainda a importância do SENAI e do Sesi para indústria ao apontar que formar o capital humano não é apenas uma formação técnica, uma das finalidades do SENAI, mas também uma formação de hábitos e atitudes para qual se propõe o Sesi. “Formar capital humano significa não apenas preparar as pessoas nas respectivas profissões, mas também investir na formação de hábitos e atitudes positivas em relação ao trabalho, à vida comunitária e ao regime democrático.” (CNI, 2007, p.37)

Ainda conforme o documento, os industriais reiteram que cabe à indústria responder às suas próprias necessidades, sem que as suas diretrizes do processo estejam sujeitas a pressões políticas e, com isso, possam sofrer com as descontinuidades típicas da política brasileira. No entanto, como bem ressaltou Melo (2010) a contradição é que não é possível aos industriais a formação de toda a sua mão-de-obra, e, portanto, dependem da escola pública, o que nos permite entender a necessidade destes de interferir também nesta esfera, e não somente na rede Sesi-SENAI.

Como dissemos no início deste capítulo, o nosso objetivo com explicitação desta proposta de educação básica da CNI era apreender a relação estabelecida por esta entidade entre as transformações no mundo do trabalho e o papel da educação



básica para formação de trabalhadores. Como vemos, para a CNI a educação básica possui um papel central para o desenvolvimento das empresas e da economia do país. A melhoria da qualidade do ensino significa para a indústria a melhoria de produtividade e maior competitividade. Os pressupostos da educação básica na concepção da burguesia industrial deve levar em conta as novas demandas do processo produtivo, para, assim, ter a qualidade requerida de formar mão-de-obra produtiva. A educação básica deve ser capaz de propiciar o desenvolvimento das competências profissionais e o aprendizado continuado. Enfim, a educação básica deve preparar para o trabalho.

#### **4.3 Da precarização do trabalho à precarização da educação**

Após apresentar o panorama geral das propostas de reforma trabalhista da CNI, bem como sua proposta para a educação básica, pensamos ser possível sintetizar o que aqui acreditamos ser uma relação interessante e não explorada na literatura sobre trabalho e educação, da precarização do trabalho com a precarização do projeto educativo do empresariado, que, de alguma forma, está disseminado no seio da sociedade brasileira. Ao fazer isso pensamos contribuir para sintetizar o pensamento empresarial em educação, e, a partir desta síntese, podemos visualizar melhor a concepção burguesa de educação e, mais, podemos melhor diferenciar os projetos educativos em disputa na sociedade que, claro, fazem parte do projeto de hegemonia.

O projeto educativo da CNI para a educação básica, segundo constatamos ao longo dos estudos desta dissertação, não pode ter outro caráter que não o de propor uma formação precarizada para um trabalho e trabalhadores precarizados, segundo as propostas que a mesma entidade tem para a reforma trabalhista. E é interessante notar que as categorias que serão relacionadas dizem muito sobre um projeto formativo a partir dos preceitos que se esperam dos trabalhadores, e, por esta via, pode mesmo se falar em “trabalho alienado como princípio educativo”, embora o discurso da CNI, que é um discurso hegemônico pois é ampliado pela mídia, abraçado pelos governos e forma parte do senso comum da população, mostra seu projeto educativo como formação para o trabalhador produtivo, para uma indústria que necessita ser produtiva para fazer o Brasil crescer e se desenvolver, e este projeto,

que é um projeto privado de uma classe, torna-se na disputa hegemônica um projeto de todos os brasileiros.

Por isso a relevância de desvendar a pedagogia da precarização por trás do discurso da eficiência, produtividade e desenvolvimento nacional. É preciso desvendar a falácia do projeto empresarial para a classe trabalhadora, e, com isso, reafirmar a luta de classes negada pelos empresários, reafirmar que é necessário outro projeto educativo para a classe trabalhadora, que para reverter a histórica situação de opressão e exploração, necessita de uma pedagogia que humanize, que produza seres humanos críticos por meio do conhecimento da realidade em seus fundamentos, que deixe desenvolver todas as potencialidades, tal como afirma Gramsci em suas cartas do cárcere (GRAMSCI, 2005a; 2005b). Mas o que se percebe na leitura da proposta da CNI para a educação básica, a partir do referente da reforma trabalhista, que é o mote principal deste trabalho, o que se percebe é o inverso: a pedagogia burguesa materializada na CNI não tem a intencionalidade de reverter a situação de opressão e exploração, ao contrário, é uma pedagogia que reforça a exploração a partir do intento de formar trabalhadores mais “produtivos” ao capital; não é uma pedagogia que humaniza, mas ao afirmar a precarização das condições de trabalho faz apenas acirrar as condições de alienação dos trabalhadores; é uma pedagogia que não pode produzir seres humanos críticos, já que o seu intento é o de esvaziar a escola de conteúdos críticos, focando-se em conteúdos básicos para a leitura, escrita, matemática e lógica; e, por fim, não é uma pedagogia que explore e desenvolva todas as potencialidades, a não ser as potencialidades necessárias para que o trabalhador possa sobreviver em situações de crise estrutural, tal qual a vivemos atualmente, ou seja, a flexibilidade, a iniciativa, a criatividade, o trabalho em equipe, a comunicação entre outras, são ressignificadas e sequestradas por um projeto de adaptação e, logo, de subserviência dos trabalhadores ao capital.

Por fim, antes de entrar especificamente nas categorias, é necessário afirmar que não é possível, no nosso entendimento, produzir uma proposta pedagógica sem ir aos fundamentos da sociedade em que esta proposta se desenvolve. No caso deste estudo, isso significa que não podemos analisar a proposta da CNI para a educação básica sem compreender que esta proposta não se desvincula da reforma trabalhista, e esta reforma entendida como uma parte relevante da forma como o capital, em tempos de crise estrutural, como insiste o filósofo húngaro István Mészáros em seus trabalhos, procura se organizar para se manter e ampliar a acumulação, no terreno

estrutural, e, ao mesmo tempo, procura ganhar terreno na disputa hegemônica ao evidenciar que o projeto de acumulação, mostrado como projeto de desenvolvimento nacional, geração de emprego e renda etc., não é apenas projeto seu, mas de todos. Trata-se, portanto, de uma pedagogia do capital para a perpetuação das relações capitalistas, e que, por meio da reforma trabalhista, a podemos entender como uma pedagogia da precarização, já que é uma pedagogia para o trabalho precarizado.

As categorias que encontramos na análise, e que demonstram a relação entre reforma trabalhista e educação básica são as seguintes: empregabilidade, empreendedorismo, polivalência e capital humano.

#### 4.3.1 A empregabilidade

A questão da empregabilidade, constante nos textos da CNI, representa uma forma ideológica das relações do mundo do trabalho contemporânea marcado pelo desemprego estrutural. Não há vagas de emprego para todos os trabalhadores, e é neste sentido que a empregabilidade ganha vida real no movimento contraditório do capitalismo.

Ser empregável significa a probabilidade ou capacidade do trabalhador de conseguir emprego e manter-se nele, e, logo, empregável é aquele trabalhador que, estando empregado, luta para permanecer nesta situação, o que, diante das dificuldades para se conseguir um emprego, impõe a estes a necessidade constante de investimento em sua formação continuada. Aos que estão desempregados, o receituário é o mesmo, isto é, é preciso investir mais em educação, em formação continuada etc., para torna-se empregável.

O perfil profissional característico da empregabilidade pode ser assim sintetizado:

que seja um profissional com objetivos, que saiba aonde quer chegar, invista em si mesmo, disposto a trabalhar arduamente; - que tenha boa rede de relacionamentos, que saiba se relacionar bem com as pessoas, que participe ativamente em sua comunidade, saiba conviver com diferenças, tenha bom convívio familiar, seja flexível e aceite novas maneiras de fazer as coisas; - que tenha coragem para enfrentar mudanças, que saiba lidar com pressões, que tenha bom senso, que tenha intuição, que saiba solucionar rapidamente problemas e tomar decisões; que seja polivalente, que adquira experiência internacional, que tenha bom nível cultural e seja ligado ao mundo e às suas tendências; que seja ético, criativo, curioso, que tenha visão ampla, seja automotivado, tenha boa capacidade crítica, comprometimento e responsabilidade. (REIS, 1998, apud Melo, 2010, p.179-180).

É este o perfil do profissional requerido pelas empresas, ou seja, um profissional flexível, disposto a enfrentar novos desafios, trabalhar arduamente, além de investir em si mesmo, que saiba se relacionar entre outras. Estas características estão presentes na proposta de formação do trabalhador nos documentos da CNI, que, como vimos, mostram uma ênfase no desenvolvimento de características vinculadas à personalidade, ao modo pessoal de relacionamento com o mundo, e ser flexível para enfrentar situações inesperadas, entre outras.

Este perfil profissional implica a subordinação objetiva e subjetiva do trabalhador às demandas da empresa. Por um lado, o que está em jogo é o perfil de personalidade e disponibilidade objetiva e subjetiva, que implica inclusive na disposição de mudar de horários, de lugares etc.

As análises críticas em torno da empregabilidade apontam-na como elemento ideológico que busca mascarar a dinâmica real do trabalho no capitalismo, caracterizada pela exploração e exclusão dos trabalhadores, “[...] legitimada pelo individualismo meritocrático, que explica a realidade e as condições materiais dos indivíduos pelo resultado das ações individuais, que, neste caso, podem ou não resultar em sucesso no campo profissional” (MELO, 2010, p.180).

Esta categoria da empregabilidade está presente no contexto do projeto formativo da CNI, como uma necessidade de adaptação dos trabalhadores sob dois aspectos: o primeiro é que, afirmam os empresários, ser empregável é positivo para os trabalhadores, porque com isso podem lograr sucesso no mercado de trabalho; o segundo é bom para as empresas, o trabalhador que tem a “consciência” da necessidade da empregabilidade realiza um esforço de adaptação às demandas das empresas, o que é essencial para a competitividade na luta concorrencial capitalista. Como constantemente é afirmado no documento que analisamos (CNI, 2007), trabalhadores mais bem qualificados resultam em melhores índices de produtividade.

A empregabilidade assume um papel central no campo ideológico porque atribui à competência individual do trabalhador o seu sucesso no mercado de trabalho. Como não há vagas para todos, somente aqueles que se preocuparam em investir tempo, dinheiro, em sua empregabilidade, isto é, somente aqueles que se prepararam para as poucas vagas de emprego terão sucesso no mercado de trabalho.

Assim, o sucesso ou não no mercado de trabalho é questão de competência pessoal, e neste sentido é que há um processo de psicologização de uma questão

eminentemente social, histórica, do capitalismo, a saber, a tendência a diminuição do capital variável do processo produtivo (RAMOS, 2001).

Neste sentido, o princípio que está atrás deste conceito é de que o desemprego tem como causa a baixa ‘empregabilidade’ da mão-de-obra, o que significa dizer a inadequação por parte do trabalhador as exigências do mercado. Assim, a ideologia da empregabilidade, culpabilizando os trabalhadores pela não inserção no mercado de trabalho redime o capital de sua contradição histórica e social (INVERNIZZI, 2000).

Não é difícil vermos reportagens, livros, programas de TV entre outros meios de comunicação, que dão as receitas para tornar os trabalhadores mais empregáveis. Para as carreiras que exigem maior grau de escolaridade e especialização, o receituário indica a necessidade de se constituírem grupos de contatos (*network*), falar mais que um idioma, investir em cursos de especializações tipo MBA, participação em cursos que ensinem a se comunicar e se comportar em público entre outros. Para os trabalhos menos valorizados a receita é mais simples, cursos profissionalizantes, cursos de informática, e a conclusão da educação básica.

Para a CNI a empregabilidade é condição da auto-formação dos trabalhadores, no sentido de que estes desenvolvam competências básicas e específicas para o trabalho, garantido pela educação básica e profissional. Mas como tentamos demonstrar, na verdade, a ênfase na empregabilidade busca mascarar as contradições históricas do capitalismo.

O apelo à ideologia da empregabilidade, neste contexto em que ela se insere, é mais uma forma eficiente de explorar a força de trabalho. Para isso, a empregabilidade se coloca no movimento real do capitalismo contemporâneo

como mais uma forma de reforçar ideologicamente os fundamentos do sistema capitalista, cuja competição no interior da classe trabalhadora, é uma das suas facetas conservadoras mais relevantes, que desvia a luta desta classe da transformação social para a luta por um “lugar ao sol” no próprio sistema. (MELO, 2010, p.185)

A empregabilidade, portanto, é uma categoria que exprime o movimento real do capitalismo em crise e a luta hegemônica por resguardar os fundamentos da sociedade baseada na exploração do homem pelo homem. Mas é também expressão de uma determinada pedagogia, que sustenta princípios individualistas, meritocráticos e, logo, excludentes. Sem aprofundar a análise, é empiricamente comprovado que o sistema escolar, embora com falhas, funciona como uma empresa: horários rígidos,

sistemas de avaliação somativos, hierarquias, classificação, fragmentação e disciplina, como avaliou classicamente Maurício Tragtemberg, em seu texto “Relações de poder na escola” (TRAGTEMBERG, 1985)<sup>33</sup>.

#### 4.3.2 O empreendedorismo

Outra categoria que sintetiza o projeto educativo empresarial é o empreendedorismo, que apresenta os mesmos princípios individualistas da empregabilidade, mas tem sido apresentado como uma grande alternativa para o desenvolvimento pessoal, o que pode ser constatado pela existência de programas de televisão dedicados a este tema<sup>34</sup>, livros, revistas, sites que propagandeiam iniciativas empreendedoras e as vantagens em ser empreendedor num mundo em que o mercado de trabalho é apresentado como cada vez mais concorrido.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), também tem sido um grande propagador do empreendedorismo, oferecendo cursos, consultorias e outras modalidades de apoio aos pequenos e médios empreendimentos.

Nos documentos da CNI o empreendedorismo é concebido como incentivo à inovação, como sendo uma característica formativa para a educação básica e também como fator fundamental de desenvolvimento econômico para o país.

A concepção de empreendedorismo da CNI abrange a concepção econômica e comportamental. As características que viriam a se concretizar como adequadas ao empreendedor são: oposição ao gerenciamento tradicional dos negócios, ou seja, o trabalhador empreendedor é aquele que tem aversão ao tipo formal e estável de emprego, caracterizado pela rotina, por procedimentos burocráticos entre outras. O trabalhador empreendedor, cujo modelo nasce da teoria do economista da Áustria, Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), é aquele que acredita na sua autonomia, que enxerga no uso da criatividade uma fonte do trabalho, que alimenta o sonho de um

<sup>33</sup> TRAGTEMBERG, Maurício. Relações de poder na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano VII, n. 20, jan-abr. 1985, p. 40-45. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag\\_escola.htm](http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_escola.htm). Vários acessos.

<sup>34</sup> O mais clássico programa é o “Pequenas empresas, grandes negócios”, veiculado na Tv Globo, e em revista com o mesmo título da editora Globo. Mas também o tema é apresentado constantemente em outros programas massivos, que procuram utilizar a estratégia do “exemplo” de pessoas que superaram sua condição de pobreza pela iniciativa em abrir um novo negócio, que é a faceta mais popular do empreendedorismo. A mensagem é clara nestes programas: se não existem empregos, temos que cria-los nós mesmos, e não esperar nem pelo Estado nem pela iniciativa de outros.

futuro promissor para si e para os seus negócios, que possui uma visão de futuro e de mercado, procurando se colocar de maneira a criar um diferencial que o faça obter lucros (MELO, 2010).

Ainda sobre estas características soma-se o fato de que o empreendedor não acredita mais no tipo de emprego que dure por toda a vida, ao contrário, o empreendedor busca incessantemente melhorar sua posição no mercado, tanto por meio de negócio próprio como por meio de melhorias no seu próprio capital humano, isto é, na sua empregabilidade. Assim, afirma Melo (2010, p.188):

esta é uma característica que surge organicamente às condições do mundo do trabalho na contemporaneidade, caracterizado pela precarização dos postos e vínculos de trabalho, em que o desemprego, ou o receio dele, permeia a classe trabalhadora. Portanto, a superação do tipo de emprego por toda a vida, que ora se coloca como característica empreendedora, na verdade, é um fato concreto, derivado das condições que advieram da superação do modelo fordista para o toyotismo. Tal mudança na organização fabril se reproduziu, mediatamente, como parte do caráter que deve ter o trabalhador no atual estágio da sociedade capitalista, em que a competitividade se alarga não apenas para o mundo dos negócios, mas também para a classe trabalhadora, em busca de emprego ou de melhores colocações no mercado de trabalho.

A outra linha de abordagem do empreendedorismo é a comportamentalista, relacionada à análise comportamental do “ser empreendedor”, algo que vai além dos negócios e transcende como paradigma formativo para a classe trabalhadora. São comportamentos empreendedores: “[...] a vontade de realização dos sonhos; a busca pela realização pessoal e financeira; aperfeiçoamento constante; sentimento positivo quanto ao êxito da tarefa” (MELO, 2010, p,187).

Essas duas concepções de empreendedorismo estão presentes nos documentos da CNI. Para a burguesia industrial interessa que os trabalhadores atuem para uma adaptação constante, buscando sua empregabilidade, o que se reflete em maior produtividade; por outro lado, também interessa a estes empresários que os trabalhadores, nas empresas, sejam empreendedores, buscando constantemente melhorias nos processos de trabalho.

O conceito de empreendedorismo desloca para o indivíduo a responsabilidade pela construção de sua carreira dentro e fora das empresas, dependendo das iniciativas e condições individuais para fazer acontecer o sucesso e realização profissional.

Parece claro que o apelo à subjetividade como chave para o sucesso profissional, por um lado retira dos fundamentos sociais a responsabilização da

situação, e, por outro lado, é uma demanda do capital em um cenário de crise do emprego, que precisa de alguma forma ser justificado não como falha do sistema, mas como falha dos indivíduos que, ou não conseguem se adaptar a ele ou não tem competência para concorrer. Daí que corolário a esta categoria volta-se, novamente, à discussão da naturalização do social: a concorrência e, logo, a exclusão pela vida da ideologia neodarwinista, não são criticadas, não podem ser criticadas fundamentalmente sem o risco de fazer ruir as estruturas que a alimenta.

No documento que foi objeto de análise deste capítulo – *Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil (2007)* – o empreendedorismo é abordado como um dos principais conteúdos da educação básica, oferecida pelo SESI, dentre os quais é considerado “[...] competências fundamentais no trabalhador da sociedade do conhecimento”. (CNI, 2007, p. 46). Para a educação profissional no SENAI, o empreendedorismo aparece como uma das competências transversais para a formação profissional (CNI, 2007).

Há duas perspectivas com relação a ideologia do empreendedorismo com a realidade concreta colocada pela crise do capital na contemporaneidade.

Primeiro, o enfrentamento da problemática do desemprego, no atual contexto das relações capitalistas de produção, requer uma dupla condição: que os sujeitos busquem, deliberadamente, formas próprias e autônomas de sobrevivência, e que os mesmos se proponham a tomar a iniciativa de empresariar suas individualidades. Segundo, na medida em que a pobreza e a miséria se aprofundam como elementos estruturais do movimento econômico e político em curso, é necessário que sejam administradas, papel que cabe ao Estado, uma vez que o mercado se constitui no espaço, por excelência, do *laissez faire*. (CÊA 2007, p.313 apud MELO, 2010, p.191)

O projeto de formação da CNI que privilegia o empreendedorismo é, portanto, orgânico à estrutura econômica da sociedade capitalista contemporânea, marcada pela precarização e flexibilização do mercado de trabalho que legitimam socialmente o indivíduo como ator único dos sucessos ou dos fracassos. Não podemos deixar de relacionar, nesta altura, a ampla literatura de auto-ajuda existente para aqueles que estão infelizes em seus empregos, que querem mudanças em suas vidas, que sempre almejam melhores carreiras ou que querem simplesmente adequar seu comportamento às situações ou aprender os segredos do mercado de trabalho. O estudo desta literatura, sua relação com a realidade e a produção, a partir daí, de uma “pedagogia da auto-ajuda”, como poderíamos denominar, é tema para outros estudos.



### 4.3 Polivalência

A categoria polivalência aparece nos discursos da CNI como demanda formativa para a classe trabalhadora advinda do processo de implementação na indústria de vários mecanismos de flexibilização da produção, características da produção toyotista.

Ao analisar a nova relação entre homens e máquinas no paradigma da produção flexível, Invernizzi (2000) destaca que as novas tecnologias possuem duas características fundamentais, e que parecem ter implicação no perfil dos trabalhadores polivalentes: a integração e a flexibilidade. Estas duas características são respostas do capital à concorrência que tem sido cada vez mais acirrada nos mercados mundiais.

A integração inerente a estas tecnologias buscava acabar com os chamados “tempos mortos” da produção, problemas frequente na operação da produção de base fordista/taylorista. Como vimos no primeiro capítulo, as tecnologias microeletrônicas tornam o uso das máquinas mais intensivo e o relacionamento entre as partes da produção mais orgânicos.

Quanto à outra característica estudada por Invernizzi (2000), a flexibilidade, esta advém da capacidade de programação das novas tecnologias, que permitem vários ciclos de operações, retroalimentação e autocorreção, o que resultou em um grande salto de produtividade e também uma mudança de paradigma técnico, científico e político. As máquinas desta base microeletrônica passaram a internalizar complexas operações cerebrais, com reflexos em toda a formatação das relações de trabalho.

Neste sentido, a flexibilidade resultante desta nova base tecnológica possibilita que uma mesma planta de fábrica possa produzir vários produtos, modificá-los com mais rapidez conforme a flexibilidade da demanda de mercado, de forma rápida e programável.

A forma mais comum de polivalência é a “[...] adição de atividades indiretas às atividades de produção” (INVERNIZZI, 2000, p.130). Isto é, a polivalência significa na maioria dos setores de produção estudas pela autora em sua tese de doutorado, a ampliação da utilização da força de trabalho.

Para a grande parcela dos trabalhadores a polivalência aparece como *multifuncionalidade*, isto é, como acréscimo sem qualidade de tarefas, que geram a

intensificação do trabalho. Por outro lado, a polivalência que leva à multiquificação é destinada a um “núcleo central” de trabalhadores. Esses núcleos principais segundo Invernizzi (2000, p.149):

são trabalhadores multiquificados e mais escolarizados, garantia fundamental da empresa para enfrentar as mudanças de produtos, os desafios do mercado, a introdução de novas tecnologias e formas organizacionais, isto é, são trabalhadores mais preparados para enfrentar a inovação em sentido mais amplo.

Este número de trabalhadores do “núcleo central”, mais escolarizados, é pequeno se comparado com a grande massa de trabalhadores que estão na produção industrial. Metade dos trabalhadores se encontram nas micro e pequenas empresas como aponta os dados do DIEESE (2011a), e outra grande parcela está na agricultura e no comércio.

Portanto, pode-se afirmar que a introdução da polivalência pode significar para uma pequena parcela de trabalhadores a multiquificação, mas para a grande maioria ela significa a multifuncionalidade, ou seja, a intensificação do trabalho sobre as mais variadas formas.

Neste sentido a polivalência, especialmente na sua faceta de multifuncionalidade, é uma forma de precarização do trabalho, e que, portanto, não contribui para a qualificação dos trabalhadores por apenas somar novas atividades de forma horizontal e intensificando o trabalho. Trata-se de uma forma de extrair mais-valia em sua forma relativa.

Uma implicação pedagógica desta categoria é expressa pelo fato de que a exigência da produção não se traduz em necessidade de melhores ou mais densos conhecimentos por parte dos trabalhadores. O que se exige deles é uma disposição de aprender sempre, ademais aprender tarefas pouco complexas e, por que não, repetitivas, já que esta característica não deixa de ser marcante mesmo sob a hegemonia do toyotismo. Assim, é compreensível a ênfase empresarial na educação básica, já que não se trata nada mais que isso mesmo, ou seja, de oferecer um mínimo de educação para um trabalhador que não precisa de conhecimentos profundos para ser produtivo. Daí também que o “aprender a aprender” é ressignificado para sua faceta pragmática de adaptação e flexibilidade para aprender qualquer tarefa que o mercado ou a empresa necessitem no momento.

O trabalho com sentido, ou seja, que se vale de mais conhecimento para ocorrer, que leva o trabalhador a conhecer a fundo o funcionamento das operações,

ou o conhecimento sobre como manter aparatos e processos, passa a ser uma tarefa de poucos, e é isso que precisa ser melhor disseminado, já que a ideologia educativa dominante afirma que existe, por conta da “globalização” e da “sociedade do conhecimento”, maiores exigências “para todos” os trabalhadores.

#### 4.4 O Capital Humano

A TCH é outra categoria que surge como ideologia que fundamenta os projetos educacionais da burguesia industrial para a classe trabalhadora. No documento *A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento (2002)* aparece uma questão interessante surgida no bojo da introdução do capital humano nos documentos da CNI, que é a explicação social da desigualdade entre as pessoas, explicação está relacionada à apropriação de capital humano. Os empresários explicam os baixos salários da seguinte forma: “Por que essas pessoas ganham pouco? Porque produzem pouco. E produzem pouco porque suas “ferramentas” são insuficientes ou deficientes.” (CNI, 2002, p. 136). Isto é, a explicação da política salarial das empresas em relação aos baixos salários pagos os trabalhadores redireciona-se à responsabilização dos próprios trabalhadores, que não estão desenvolvendo suas ferramentas adequadas a uma produtividade com maior eficiência.

Ainda segundo este documento as ferramentas mais importantes que os homens podem dispor para a produção industrial atual são suas ferramentas intelectuais, sobre as quais estes devem investir para se adequar às demandas do mercado de trabalho. “Quem não o tem – e de boa qualidade – é como o operário que necessita serrar uma tábua com um velho serrote desdentado, ao invés de usar uma serra circular afiada.” (CNI, 2002, p.136).

Com relação à educação, o documento traz, sinteticamente, a sua concepção, que é semelhante às clássicas proposição da TCH<sup>35</sup>. Estabelece uma relação

---

<sup>35</sup> A TCH afirma que uma maior escolarização contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função de um aumento de renda que decorre, diretamente, da sua melhor qualificação para o desempenho no mercado de trabalho. Em outras palavras, o incremento da produtividade – decorrente do aumento da capacitação – levaria a que o indivíduo também se beneficiasse pelo aumento dos seus salários. A TCH estrutura-se a partir de uma leitura do sistema capitalista na qual não se apreende que a história é feita dentro de relações sociais conflituosas, determinadas pela apropriação desigual da riqueza. A leitura a-histórica desenvolvida por estes teóricos não consegue captar que os fatos sociais não ocorrem no âmbito de particularidades individuais e não são apenas expressões de uma racionalidade humana. A história humana há de

diretamente proporcional entre educação e rendimento pessoal. Neste sentido, a explicação é que quanto menor a escolarização, conseqüentemente menor é a renda das pessoas. Além disso, para uma boa integração no mercado de trabalho, não basta ter passado muitos anos na escola, é preciso ter recebido uma educação de qualidade (CNI, 2002). Os mais pobres, explicam os empresários, são mais pobres porque lhe faltaram uma educação de qualidade que possibilitasse uma melhor inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, maiores salários.

Se fizéssemos uma análise superficial teríamos que concordar com tal relação, afinal os dados estatísticos do DIEESE (2011a), por exemplo, comprovam esta relação: as pessoas com menos escolaridade recebem salários mais baixos. No entanto, a questão deve ser vista sobre um outro ângulo, ou seja, esta é uma forma de se justificar baixos salários. Como temos apontado no trabalho até aqui, relacionar a baixa produtividade à baixa escolarização não se sustenta, principalmente com o avanço da tecnologia, que tende a simplificar cada vez mais o trabalho para a maioria absoluta dos trabalhadores.

No documento *Educação para a nova indústria* (CNI, 2007), que analisamos neste capítulo, a TCH é bastante significativa. Neste documento a TCH aparece inserida na concepção de “sociedade do conhecimento”, em que a necessidade de formação intelectual seria fundamental para a competitividade da indústria. O documento explora duas vertentes do capital humano: para a indústria o desenvolvimento do capital humano representa melhoria de produtividade, enquanto para o país o “[...] conjunto do capital humano qualificado permite a absorção e desenvolvimento de novas tecnologias” (CNI, 2007, p.09).

Ao discutir as diferentes competências na formação do capital humano, o documento afirma que cabe à educação básica e continuada desenvolver as competências básicas, que são suportes para as demais competências técnicas. Neste sentido, pode-se afirmar que a importância que a educação básica ganha, a partir dos anos 90 para a classe dominante, está vinculada diretamente com este objetivo, isto é:

e formação das competências básicas, de cunho comportamental muito mais que de conhecimentos, que na produção flexível ganham prioridade frente à formação técnico-científico, dadas as características da mediação presente nas tecnologias microeletrônicas. (MELO, 2010, p. 212).

---

ser compreendida por uma totalidade maior que determina o conjunto das ações dos indivíduos. (OLIVEIRA, s/d).

O discurso de que o capital humano é o maior ativo das empresas e, que, portanto, é fundamental a formação de qualidade e eficiente com vistas a atender às necessidades da produção, na verdade, é uma teoria que serve como mecanismo ideológico que tenta ocultar as relações de exploração e de aprofundamento das desigualdades sociais no capitalismo contemporâneo.

#### **4.5 Educação básica e a reforma trabalhista: a articulação da CNI**

Em 2012, a CNI lançou o programa Educação para o Mundo do Trabalho, com o objetivo difundir modelos de gestão escolar e práticas pedagógicas que propiciem um ambiente escolar que estimule a criação, a autonomia e a iniciativa (CNI, 2013). A CNI assume explicitamente que a educação deve cumprir este papel de preparar para o trabalho, e que as propostas de educação básica devem pautar-se pelo e para este trabalho. Surge novamente a problemática que tem norteado a investigação desta dissertação, a saber: é possível uma proposta educacional fundamentada nas novas necessidades do mercado de trabalho, caracterizado pela precarização, alcançar os seus objetivos enunciados de uma educação de qualidade, democrática e promotora da inclusiva social? E é importante lembrar a premissa de que partimos desde o princípio: dado o quadro de precarização do trabalho, e das propostas de reforma trabalhista que o aprofunda, é de se esperar que uma proposta educacional apropriada a este trabalho também seja precária.

Não se pode perder de vista nesta questão que o edifício teórico que fundamenta as propostas de reforma trabalhista e de educação básica é o trabalho, o que nos remete consequentemente a necessária compreensão do trabalho no capitalismo contemporâneo. Neste sentido lançamos mão do que afirma Antunes (2013, p.20) de que presenciamos uma “[...] *nova era de precarização estrutural do trabalho*”. As principais características desta precarização foram assim destacadas por este autor como:

a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e sua substituição pelas diversas formas de trabalho atípico, precarizado e “voluntário”; a criação de “falsas” cooperativas a fim de dilapidar ainda mais as condições de remuneração dos trabalhadores, erodir seus direitos e aumentar os níveis de exploração de sua força de trabalho; o “empreendedorismo”, que se configura cada vez mais como forma oculta de trabalho assalariado e multiplica as distintas formas de flexibilização de horário, salarial, funcional ou organizativa; a degradação ainda mais intensa do trabalho imigrante em escala global. (Idem, p.21)

Nesta mesma linha Druck (2011, p.41) indica que “[...] o conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho”. Nova porque institui novas formas de precarização somadas às já tradicionais formas de precarização do trabalho no Brasil, como demostramos no primeiro capítulo. Este trabalho precário pode ser observado sobre as suas mais diversas dimensões como “[...] nas formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, no adoecimento, nos acidentes de trabalho, na perda salarial, na fragilidade dos sindicatos” (ibidem). Portanto, uma educação fundamentada para o trabalho alienado se revela neste contexto como uma proposta limitada e precária.

Estas propostas não são desconexas, pelo contrário, estão intimamente relacionadas. A reforma trabalhista implica em inúmeras transformações nas relações e condições de trabalho, e, como vimos nos capítulos anteriores, o contrato por tempo determinado, banco de horas, liberação dos trabalhos aos domingos, terceirização, entre outras, todas elas ampliando a precarização do trabalho sobre várias formas, como o aumento da jornada de trabalho, a perda de direitos trabalhistas, a insegurança, o desemprego, salário mais baixos, entre outros. Para essas relações e condições de trabalho é necessário formar um trabalhador que esteja sujeito a essas novas condições, que invista em sua empregabilidade, que seja um empreendedor, que seja capaz de adaptar-se a situações diferentes entre outras. Trata-se, como estamos tentando demonstrar, de uma organicidade entre proposta de reforma e proposta de educação, uma precariza o trabalho, a outra prepara o trabalhador para adaptar-se a este trabalho precário.

As categorias presentes no projeto educacional como vimos se articulam de forma a mascarar a realidade concreta de precarização do trabalho. A ênfase na empregabilidade, afirmando que o trabalhador empregável deve ser mais flexível, deve estar disposto a mudança, saber lidar com pressões, disposto a encara os desafios, são todas característica de condições e relações de trabalho precário, e precarizada pela reforma trabalhista; o empreendedorismo falseia o grave problema do desemprego; a polivalência tem significa a intensifica da exploração da força de

trabalho e a Teoria do Capital juntamente com essas demais se integram na construção ideológica e real de culpabilização do trabalhador pelo seu insucesso.

Em síntese queremos dizer que a reforma trabalhista aprofunda a precarização através da introdução de várias formas de flexibilização na regulação do trabalho, resultando em maior rotatividade, insegurança, desemprego, entre outras formas de precarização, e que cabe a educação, tendo como fundamento da sua proposta educacional estas categorias que acabamos de mencionar, adaptar o trabalhador para o trabalho precário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise da proposta de reforma trabalhista apresentada pela CNI essa pesquisa buscou questionar as propostas de educação básica apresentadas por esta entidade nos anos 2000, buscando investigar se é possível uma educação fundamentada nas novas necessidades do mercado de trabalho, caracterizado pela precarização, alcançar os seus objetivos enunciados de uma educação de qualidade, democrática e promotora da inclusão.

Para se alcançar este objetivo, esta dissertação foi organizada, para fins de exposição, em quatro capítulos: Reorganização do capital e o processo de precarização do trabalho; Reforma trabalhista no Brasil: desregulamentação e flexibilização na década de 1990; Análise crítica da proposta de reforma trabalhista da CNI; e o projeto educacional da burguesia industrial nos anos 2000: uma análise a partir dos documentos da CNI.

Como apontam os documentos, a modernização da legislação trabalhista e a educação são apresentadas como estritamente necessárias para o processo de desenvolvimento do país, para o aumento da produção e competitividade da indústria. As transformações no sistema produtivo exigem novas formas de relações do trabalho, portanto, uma nova legislação adequada a essas transformações, bem como uma educação básica de qualidade que seja capaz de propiciar aos trabalhadores habilidades e competências necessárias para o trabalho. É neste sentido que essas duas reivindicações do empresariado se relacionam, uma alterando a forma de relação do trabalho e a outra adaptando/conformando para este novo trabalho.

O edifício teórico em que se fundamenta as propostas de reforma trabalhista e as proposições de educação básica são as transformações no mundo do trabalho, marcado pelo incremento de novas tecnologias, novas formas de gestão da produção e do trabalho. Foi por esta razão que buscamos no início desta investigação analisar este processo de transformação no mundo do trabalho com o objetivo de apontar os limites destas propostas tendo em vista que o trabalho no capitalismo contemporâneo tem inaugurado uma *nova era de precarização estrutural do trabalho*, como enfatiza Antunes (2013).

Neste estudo podem ser destacados mais os seguintes aspectos:

As propostas de reformas são sempre apresentadas como inevitáveis para o desenvolvimento do país, e apontadas como fundamentais para o aumento da



produtividade e competitividade da indústria no mercado global e, sobretudo, como geradoras de mais e melhores empregos.

Apresentadas desta forma, a CNI busca alcançar consenso sobre a necessidade de efetivação de tais propostas fundamentando o seu discurso sobre a ideia de que o seu projeto de nação conflui e sintetiza os interesses de toda a nação. Neste sentido, a estratégia usada pelo capital é afirmar que na sociedade contemporânea as contradições entre o capital e trabalho perdem o sentido. Afirmam que “todos” estão convencidos da necessidade de uma mudança nas relações de trabalho e da importância de uma educação capaz de atender as necessidades do mercado de trabalho. Neste sentido, como ressaltou Rodrigues (1997), esta entidade busca “corporificar uma vontade coletiva”, visando a hegemonia da visão de mundo burguesa, com o objetivo de dinamizar e preservar a acumulação do capital.

A reforma trabalhista é apresentada como um processo de modernização na regulação das leis trabalhista. Para os empresários é fundamental a adequação da legislação trabalhista a esta nova fase de produção. As regulações do trabalho são sempre relacionadas pela burguesia industrial como obstáculos ao crescimento da indústria, limitadora da geração de emprego, e responsável pelo elevado índice de informalidade do trabalho no Brasil. Os custos do emprego formal são muito altos no Brasil, afirmam os empresários, sendo, portanto por esta razão que muitos empresários não cumprem a lei.

Sobre a rigidez da legislação trabalhista, salientamos na pesquisa que o que caracteriza essa rigidez para a CNI é o que garante o mínimo de dignidade ao trabalhador. Demostramos utilizando vários autores que o mercado de trabalho no Brasil é estruturalmente flexível, o que possibilita ao capital uma enorme liberdade de utilização da força de trabalho (KREIN, 2001; 2007).

Quanto à possibilidade da reforma trabalhista propiciar a geração de empregos, a própria CNI reconhece a impossibilidade de verificar tal relação: isto significa que não se pode afirmar o que eles mesmos estão afirmando, isto é, reforma trabalhista gera mais e melhores empregos.

Outra questão que chama a atenção é que a burguesia industrial reconhece que os empresários não cumprem a lei porque ela gera custos, é rígida, complexa, entre outros atributos. Neste sentido, a CNI inverte a questão, atribuindo o descumprimento da lei por parte dos empresários pela própria existência da lei, em outras palavras, o que a burguesia industrial quer é a liberdade para explorar ao

máximo a mão de obra sem a existência de nenhum aparelho regulatório. Não havendo leis que limitem a utilização da força de trabalho por parte do capital, eles não estão descumprindo nada, afinal não haveria leis para descumprir.

Ainda sobre a relação entre reforma trabalhista e a criação de mais e melhores empregos, a CNI relaciona a formalização com qualidade de emprego, no entanto, a formalização não significa ausência de precarização. A terceirização é um exemplo deste fenômeno, já que os estudos que se dedicam a estudar a terceirização apontam que os trabalhadores terceirizados ganham menos, têm jornadas de trabalhos mais extensas, o que ocasiona um número elevado de acidentes no trabalho e índices mais altos de adoecimento em função do trabalho entre outras.

A educação básica que aparece para a CNI como fundamental para o processo de desenvolvimento se refere exclusivamente a uma formação generalista, sem conteúdos, fundamentadas em questões relacionadas somente para situações imediatas do cotidiano do trabalho, como saber trabalhar em equipe, desenvolver a autonomia, capacidade de abstração que nada mais é que o desenvolvimento da capacidade de lidar com situações inesperadas.

Neste sentido, a proposta de educação básica da CNI já expressa seu limite, uma educação voltada exclusivamente para o trabalho, desconsiderando assim as demais práxis do ser social.

Um aspecto que questionamos nesta pesquisa com relação à educação, é que a CNI insiste que a indústria brasileira tem enormes desvantagens competitivas, por falta de mão-de-obra qualificada. Quanto a isto, destacamos duas observações, descritas a seguir.

A primeira é que somente o Sistema S forma milhares de trabalhadores para o mercado de trabalho. Além disto, como indicamos, segundo dados do Censo da Educação Superior (2011), o crescimento de universitários do país foi de 110% entre 2001 e 2011, o que significa milhares de jovens formados e aptos para entrarem no mercado de trabalho. Portanto, não parece conveniente afirmar que falta mão-de-obra qualificada, a não ser que a CNI assuma ser só ela a única instituição capaz de preparar adequadamente a mão-de-obra necessária para o trabalho.

A segunda é que a tendência geral do capitalismo com implementação de novas tecnologias na produção com vista a diminuir cada vez mais o tempo de trabalho necessário na produção para se obter mais mais-valia tem eliminado cada vez mais posto de trabalho na produção industrial, e simplificado a operação dos

processos. As novas tecnologias não foram criadas para a complexificação do trabalho, pelo contrário, todo o investimento da produção capitalista, busca facilitar o uso das máquinas, e mesmo que se argumente que estas são cada vez mais complexas, o número de trabalhadores que as concebem ou que podem realizar sua manutenção, por exemplo, e que assim devem conhecer seu funcionamento completo, é ínfimo se comparados com a maioria absoluta de trabalhadores para os quais não se exigem conhecimentos densos para serem produtivos.

Apontamos neste texto em forma síntese, algumas categorias presentes no projeto de educação básica da CNI, a saber: empregabilidade, empreendedorismo, polivalência e capital humano.

Ser empregável significa a capacidade do trabalhador para ter sucesso na busca e manutenção do emprego. Em um contexto de desemprego, de altos índices de rotatividade, contratos flexíveis de trabalho, como o trabalho temporário, torna-se empregável é condição para manter-se empregados.

O empreendedor é a pessoa que diante da crise do emprego, procura saídas próprias tanto para se encaminhar no sentido de enquadramento no mercado de trabalho, adequando-se às demandas, quanto pela saída empreendedora típica, isto é, pela formação do próprio negócio, que seria então uma válvula de escape para a falta de postos de trabalho. (MELO, 2010).

A outra categoria presente na concepção de educação da burguesia industrial é a polivalência. Na produção de base toyotista, os trabalhadores operam várias máquinas ao mesmo tempo, realizando uma série de tarefas combinadas. A polivalência implica em uma intensificação da utilização da força de trabalho. É comum vemos trabalhadores que desenvolvem o trabalho que antes era feito por mais que um trabalhador sem, contudo receber mais por isto.

O discurso de que o capital humano é o maior ativo das empresas e, que, portanto, é fundamental a formação de qualidade e eficiente com vista a atender as necessidades da produção, na verdade, como apontou Melo (2010) é uma teoria que serve como mecanismo ideológico que tenta ocultar as relações de exploração e de aprofundamento das desigualdades sociais no capitalismo contemporâneo.

Essas categorias presente no projeto de educação básica da CNI articuladas com vista a responder aos novos paradigmas da produção expõe como buscamos demonstrar o seu caráter precarizante.

Ao tomarmos as propostas de reforma trabalhista como expressão do limite da proposta de educação básica para o trabalho da CNI, objetivávamos demonstrar que essa reforma aprofunda o processo de precarização do trabalho e, que, portanto, a educação para o trabalho proposta por esta entidade é uma educação apropriada ao trabalho precário, logo, precária. Ao observarmos as categorias presentes nesta concepção de educação é possível verificar esta precarização.

Conclui-se assim que a proposta de educação básica da CNI cumpre o papel de adaptação e conformação para o mercado de trabalho precarizado, o que expressa o limite desta proposta de educação. Uma reforma trabalhista que precariza ainda mais este mesmo trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. Trabalho decente, informalidade e precarização do trabalho. In: CONDIÇÕES de trabalho no limiar do século XXI. Brasília: Eppoca, 2008.

ALVES, G. **A precariedade do trabalho no capitalismo global 2012:** Estranhamento e fetichismo social. Notas teórico-críticas. Marília, 2012.

\_\_\_\_\_. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos noventa. In: NEOLIBERALISMO e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo; Fortaleza: Cortez: UECE, 1998.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2 ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

\_\_\_\_\_. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, G.L. **A produção da escola pública contemporânea.** Campo Grande; Campinas: Ed. da UFMS: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. Colóquio Internacional Trabalho e Trabalhador no século XXI: repensando a questão da qualificação profissional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 16, p. 129-139, dez. 2004. Disponível em: <  
[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis16/art9\\_16.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis16/art9_16.pdf)>. Vários acessos.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o estado democrático. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ANTUNES, R. **A era da informatização e a época da informalização:** riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: RIQUEZA e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: RIQUEZA e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7 ed. ver. ampl. São Paulo-SP: Cortez; Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo-SP: Boitempo, 2003.

AROUCA, J.C. Riscos de retrocesso na legislação brasileira. In: A REFORMA sindical e trabalhista no governo Lula. São Paulo: Anita Garibaldi: Instituto Maurício Grabois, 2004.

AZEVEDO, M. **A modernidade da selvageria (O "custo CNI")**. CUT Central Única dos Trabalhadores. São Paulo, 10 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/ponto-de-vista/artigos/4781/a-modernidade-da-selvageria-o-custo-cni>>. Vários acessos.

BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: NEOLIBERALISMO, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. Ricardo L. C Antunes. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BORGES, A. A ofensiva do capital contra os direitos trabalhistas. In: A REFORMA sindical e trabalhista no governo Lula. São Paulo: Anita Garibaldi: Instituto Maurício Grabois, 2004.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.  
Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

CARCANHOLO, R.A. A atual crise do capitalismo. **Crítica Marxista**, n.29, p.49-55, 2009.

CARDOSO, A.M. Ajuste econômico e legislação trabalhista: qual modernidade? **Revista Novos Estudos**, n. 52, nov. 1998.

\_\_\_\_\_. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xama, 1996.

CNI. Confederação Nacional Da Indústria. **Conclusões do 3º Encontro Nacional da Indústria 2008**: recomendações e propostas. Brasília: CNI, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Educação para a nova indústria**: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Brasília: CNI, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mapa estratégico da indústria**: 2007-2015. Brasília: CNI, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mapa estratégico da indústria**: 2013-2022. Brasília: CNI, 2013.

\_\_\_\_\_. **Redução da jornada de trabalho**: mitos e verdades. Brasília: CNI, 2009a. Disponível em: [www.cni.org.br](http://www.cni.org.br). Vários acessos.

\_\_\_\_\_. **Terceirização**: sondagem especial, ano 7, n. 02, abril de 2009b. Disponível em: <[www.cni.org.br](http://www.cni.org.br)>. Vários acessos.

\_\_\_\_\_. **101 propostas para modernização trabalhista**. Brasília: CNI, 2012.

\_\_\_\_\_. **A indústria e o Brasil**: uma agenda para o crescimento. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Convenção 158 da OIT**: tema importante para as empresas e para o país. Brasília: CNI, 2008b. Disponível em: <[www.cni.org.br](http://www.cni.org.br)>. Vários acessos.

CONCUT: Congresso Nacional da CUT. 10., 2009, São Paulo. **Resolução**. São Paulo: CUT, 2009. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/123>>. Vários acessos.

DEDECCA, C.S. **Racionalização econômica, emprego e relações de trabalho no capitalismo avançado**. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1997.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

\_\_\_\_\_. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011b. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2011/livroRotatividade11.pdf>>. Vários acessos.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: RIQUEZA e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Globalização e Reestruturação Produtiva: O Fordismo E/Ou Japonismo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, p. 31-48, 1999.

\_\_\_\_\_. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, v. 24, n. spe01, p. 37-57, 2011.

DRUCK, G.; BORGES, A. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul/dez. 2002.

DRUCK, G.; FRANCO, T. A precarização do trabalho no Brasil: um estudo da evolução da terceirização no Brasil e na indústria da Bahia na última década. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 13, p. 97-120, 2008.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERRETTI, C.J. Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: CAPITALISMO, trabalho e educação. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: NEOLIBERALISMO y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. BASUALDO, E.M.; ARCEO, E. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, ago. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Vários acessos.

GALVÃO, A. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2003.

GENTILI, P.; SILVA, T.T. (org). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 2a ed., 1995.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. v.1. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Cartas do cárcere**. v.2. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 19 ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INVERNIZZI, N.C. **Novos rumos do trabalho: mudanças nas formas de controle e qualificação da força de trabalho brasileira**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP: 2000.

KALLEBERG, A.L. O trabalho precário nos Estados Unidos. In: HEGEMONIA às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KREIN, J.D. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.



LEITE, M. P. Reestructuración productiva e mercado de traballo: a experiencia brasileira. **Revista Galega de Economía**, Santiago de Compostela, v. 14, n. 1-2, p. 177-202, 2005.

\_\_\_\_\_. O trabalho reestruturado. **Novos cadernos NAEA**, Belém/PA, v. 1, n. 2, p. 82-104, 1999.

MANDEL, E. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Unicamp: Ensaio, 1990.

MARTINS, L. M. Introdução aos fundamentos epistemológicos da psicologia sócio-histórica. In: MARTINS, L. M. **Sociedade, educação e subjetividade**: reflexões temáticas à luz da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 2ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: livro I. v. 1. 30 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: livro I. v. 2. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MATTOSO, J.E.L. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MELO, A. **O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2010.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: RIQUEZA e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Campinas; São Paulo: Ed. da UNICAMP: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. **Introdução ao Método da Teoria Social**. Capacitação em Serviço Social. CEAD/UNB, 2009.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, E. **Toyotismo no Brasil**: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, R. **A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira**. [Online]. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/271/boltec271c.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

PASTORE, J. **Acordo entre empresário e trabalhador deve prevalecer sobre a lei, defende Pastore** [mai. 2013]. Brasília: CNI, 2013. Entrevista concedida ao Portal da Indústria. Disponível em:

<<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2013/05/1,12997/acordo-entre-empresario-e-trabalhador-deve-prevalecer-sobre-a-lei-defende-pastore.html>>. Vários acessos.

POCHMANN, M. SINDEEPRES: **As Relações do Trabalho Terceirizado**.

Disponível em:

<[http://www.diap.org.br/~diap/images/stories/terceirizacao\\_nobrasil.pdf](http://www.diap.org.br/~diap/images/stories/terceirizacao_nobrasil.pdf)>. Vários acessos.

\_\_\_\_\_. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Produtividade e emprego no Brasil dos anos 90**. Disponível em:

<<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo77.htm>>. Vários acessos.

RAMOS, M.N. **A pedagogia das competências e a psicologização das questões sociais**. São Paulo. *Boletim Técnico do SENAC*. Vol.27, n.3, Set/Dez 2001.

RIZEK, C. Verde, amarelo, azul e branco: o fetiche de uma mercadoria ou seu segredo. In: HEGEMONIA às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

RODRIGUES, J.S. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1997.

ROSSO, S.D. Crise socioeconômica e intensificação do trabalho. In: RIQUEZA e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

RUMMERT, S.M. **Educação e identidade dos trabalhadores**: as concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

SADER, E. Prefácio. In: MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAISSE, S. **A regulação do trabalho no Brasil**: obstáculo ao aumento da renda e do emprego. Brasília: CNI, 2005.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. **Acordo Coletivo Especial**. São Paulo, 2013. Disponível em:

<[http://www.smabc.org.br/Interag/temp\\_img/%7B016A7A92-EDB2-48D8-8734-F9C3617D2E1A%7D\\_cartilha\\_ace\\_v4\\_nova.pdf](http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B016A7A92-EDB2-48D8-8734-F9C3617D2E1A%7D_cartilha_ace_v4_nova.pdf)>. Vários acessos.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnostico e alternativas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SODRE, N.W. **A farsa do neoliberalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUZA, J.S. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil**: anos 90. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: RIQUEZA e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.